

**UNIVERSIDADE CATÓLICA
PORTUGUESA . PORTO**

FACULDADE DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO

Economia Social

Modalidade de Trabalho

Dissertação

Tema

Avaliar a Eficácia de Programas Municipais de Ação Social: o caso de Castelo de Paiva

Nome Aluno

Andreia Isabel da Rocha Gomes

Data

Setembro/2013



CATÓLICA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | PORTO
Faculdade de Economia e Gestão



Andreia Isabel da Rocha Gomes

**Avaliar a Eficácia de Programas Municipais de Ação
Social:
o caso de Castelo de Paiva**

Orientadores: Professora Doutora Marisa Tavares

Professora Doutora Liliana Fernandes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Economia Social

Porto, Setembro de 2013

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo avaliar o impacto do Projeto Incluir (PI) – programa municipal de ação social no Município de Castelo de Paiva, socorrendo-se da metodologia de análise de implementação de Mendes (2006). Pretende-se avaliar qual o impacto que o PI teve nos beneficiários, na comunidade e nas relações interinstitucionais e, paulatinamente, no desenvolvimento do próprio concelho. Foram abordados alguns conceitos teóricos, nomeadamente pobreza, exclusão social e fatores associados a estes, municípios, territorialidade, parceria e intervenção ao nível local, com o intuito de fundamentar as hipóteses de trabalho da presente dissertação, nomeadamente o impacto e a eficácia que este projeto teve sobre as competências pessoais, sociais e profissionais dos beneficiários, assim como ao nível da empregabilidade e isolamento social. Fizemos uma análise ao PI na totalidade dos diversos anos de vigoração (2006 – 2011) em termos de execução/avaliação. Por disponibilidade de dados, e de acordo com pressupostos definidos, centramos a nossa análise numa amostra de 117 pessoas (estiveram integradas no PI durante a sua vigência). Concluímos que o PI teve um impacto positivo na amostra e agregados familiares e, paulatinamente, no território, rentabilizando recursos endógenos e parcerias através de respostas individualizadas e sistémicas. Não obstante, o projeto em causa também tem limitações que se correlacionam com restrições orçamentais, parcerias mal definidas, inoperacionais e dificuldades em alguns beneficiários em apreender o projeto como uma ferramenta potenciadora de mudanças sociais e construção de novos projetos de vida.

Palavras chave: programas municipais, avaliação, intervenção, resultados, competências, empregabilidade, isolamento social, (re) inserção.

ABSTRACT:

This study aims to evaluate the impact of 'Include Project', a social-action driven Municipal program in Castelo de Paiva, supported by the methodology of analysis of Mendes' (2006) methodology. The goal is to evaluate the 'Include Project's' impact within the beneficiaries, the community and on the inter-institutional relations, and, gradually, its influence on the County's development. To evaluate this impact there has been a study of some theoretical concepts, such as poverty, social exclusion (and factors associated to them), municipalities, territoriality, partnership and some local intervention, trying to fundament the work opportunities of this dissertation, such as the impact and effectiveness that this project had upon the personal, social and professional skills of the beneficiaries, as well as the employability and social isolation. We have analyzed the "PI" on its entirety over the years (2006 - 2011) and the various actions related to its execution / evaluation. By data availability, and according to our own defined assumptions, we focused our analysis on a 117 people sample that has been on the project through its duration. Based in our sample we have concluded that "Include Project" had a great impact within our individuals and their households, and gradually, also on the analyzed territory, maximizing local resources and partnerships by individual and systemic responses. Nevertheless, this project also has some limitations correlated with budgetary restrictions, inoperable and ill-defined partnerships and some obvious difficulties were experienced by some beneficiaries on apprehending the project as a tool to enhance social change and to build new life projects.

Keywords : municipal programs , assessment , intervention, outcomes , skills , employability , social isolation , (re) integration .

AGRADECIMENTOS:

Um caminho nunca se faz só e ao longo dos percursos encontramos obstáculos e alegrias. Começo por agradecer às minhas orientadoras Professora Marisa Tavares e Professora Liliana Fernandes, que aceitaram acompanhar-me nesta caminhada e com os seus conhecimentos, disponibilidade, cumplicidade e paciência me ajudaram a tornar possível esta tarefa.

Ao Professor Américo Mendes o meu agradecimento pela sua disponibilidade e colaboração.

Ao Município de Castelo de Paiva pela possibilidade que me concedeu em desenvolver este estudo cedendo-me toda a informação necessária para produzir este trabalho e aos demais parceiros do PI. Aos técnicos, dirigentes e Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva que se disponibilizaram em participar neste estudo.

Por último, ao meu marido Tó e ao meu filho Ivo, pelo apoio que me deram e espaço que me facultaram.

GLOSSÁRIO:

AJSNSI – Associação de Jovens Sol Nascente de Sto Ildefonso

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

ICA – Incluir Cooperativa Artesanal

IEPI – Índice de Eficácia do PI

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISS,I.P. – Instituto de Segurança Social, I.P.

GCC – Grau de Cumprimento do Critério

PCHI – Programa de Conforto Habitacional para Idosos

Presid.CM – Presidente da Câmara Municipal

PI – Projeto Incluir

PROGRIDE – Programa para a Inclusão e Desenvolvimento

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

SCMCP – Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva

Resumo	iv
Abstract	v
Agradecimentos	vi
Glossário	vii
Índice	viii
Índice de Quadros	xi
Índice de Gráficos	xii
Índice de Figuras	xii
Introdução	1
Capítulo I – Pobreza e Exclusão Social	4
Os Conceitos e as Medidas	4
As Políticas	7
Capítulo II - As Autarquias Locais: Palcos Singulares para a Intervenção	11
O Papel das Autarquias	13
Capítulo III - Políticas Sociais em Castelo de Paiva	16
A Autarquia	16
Papel Global da Autarquia no Combate à Pobreza e à Exclusão Social	17
Programas / Ações implementadas no Território	19
CAPÍTULO IV - Dos Projetos Inter (nacionais) ao Projeto Incluir	23
Um projeto de parceria local: Projeto Incluir	26
Caraterização do concelho de Castelo de Paiva	29
Descrição Geral do Projeto Incluir	30
CAPÍTULO V - Avaliação Final do Projeto Incluir	36
5.1. Metodologia	36
Processo de Recolha e Tratamento de Dados	40
Seleção da amostra	44

CAPÍTULO VI- Metodologia de Análise de Implementação de Mendes	
(2006) aplicada ao Projeto Incluir	46
O que nos dizem os números ...	46
6.1. Caraterização da Amostra	63
6.1.1. Caraterização dos Beneficiários	63
6.1.2. Diagnóstico Inicial dos Beneficiários	74
6.2. Objetivo Geral do PI e Critérios para a sua Verificação	79
6.2.1. Critério 1	81
6.2.2. Critério 2	82
6.2.3. Critério 3	83
6.2.4. Sumula Critérios 1, 2 e 3	83
6.2.5. Critério 4	86
6.2.6. Critério 5	86
6.2.7. Critério 6	87
6.2.8. Critério 7	87
6.2.9. Critério 8	88
6.2.10. Critério 9	90
6.2.11. Critério 10	93
6.3. Índice de Eficácia do Projeto Incluir (IEPI)	94
6.4. Restrições de Implementação	98
6.4.1. Restrições de Viabilidade	98
a. Viabilidade de Recursos Materiais	99
b. Viabilidade de Recursos Humanos	102
c. Viabilidade de Recursos Tecnológicos	104
d. Disponibilidade de Conhecimento Relevante	105
e. Restrições Orçamentais	106

6.4.2. Restrições de Racionalidade Individual	109
6.4.3. Restrições de Compatibilidade de Incentivos	120
6.4.4. Restrições de Implementação: Conclusões	134
CAPITULO VII - CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	
ANEXOS	

Índice de Quadros:

Quadro n.º 1 – Taxa de desemprego	7
Quadro n.º 2 – Beneficiários Oficinas Tradicionais	50
Quadro n.º 3 – Descrição das Intervenções da Equipa Multidisciplinar	53
Quadro n.º 4 – Beneficiários de Alfabetização	54
Quadro n.º 5 – Beneficiários / Formação Sócio Comunitária	56
Quadro n.º 6 – Temáticas das Ações de Formação	57
Quadro n.º 7 – Crianças que participaram nos Campos de Férias	59
Quadro n.º 8 – Crianças que participaram no Espaço Ser Mais Criança	61
Quadro n.º 9 – Formados do Espaço de Inclusão Digital	62
Quadro n.º 10 – Taxa de Execução 2006/2011	64
Quadro n.º 11 – Desempregados por nível de escolaridade	68
Quadro n.º 12 – Zona de Residência	69
Quadro n.º 13 – Problemas financeiros do agregado familiar	72
Quadro n.º 14 – Explicação para os problemas financeiros	73
Quadro n.º 15 – Estratégias mudar situação de desemprego	75
Quadro n.º 16 – Recursos Materiais	99
Quadro n.º 17 – Recursos Humanos	103

Índice de Gráficos:

Gráfico n.º1 – Freguesias de Residência	66
Gráfico n.º2 – Idades dos Beneficiários	66
Gráfico n.º 3 – Habilitações Literárias	67
Gráfico n.º4 – Problemas do Agregado familiar identificados pelo Beneficiário	70
Gráfico n.º5 – Proveniência dos rendimentos do agregado familiar	71
Gráfico n.º6 – Grau de cumprimento do critério 1	82
Gráfico n.º7 – Grau de cumprimento do critério 2	83
Gráfico n.º8 – Grau de cumprimento do critério 3	84
Gráfico n.º9 – Cumprimento do critério 5	86
Gráfico n.º10 – Grau de Cumprimento do critério 7	87
Gráfico n.º11 – Grau de Cumprimento do critério 8	89
Gráfico n.º12 – Cumprimento do critério 9	91
Gráfico n.º13 – Grau de Cumprimento do critério 9	93
Gráfico n.º14 – Índice de Eficácia do PI na amostra (%)	94

Índice de Figuras:

Figura n.º1 – Princípios da Rede Social	9
Figura n.º2 – Logótipo do PI	29

INTRODUÇÃO

Os Municípios, dada a sua proximidade com a população e conhecimento das realidades locais, assumem-se como entidades estrategicamente responsáveis por encontrar respostas inovadoras, territorializadas e adaptadas às especificidades do seu território de modo a promover o desenvolvimento sustentável do mesmo. Para tal, muito importante se torna a promoção de projetos específicos, sistémicos e adaptados à realidade do território em intervenção.

Conscientes das dificuldades inerentes à avaliação de projetos, nomeadamente os de cariz social, de intervenção direta com a população, pela subjetividade inerente aos mesmos e pelos modos de vida associados a cada cultura e, cientes das discrepâncias que existem entre os dados estatísticos apresentados e a real eficácia do projeto em termos de impacto e mudança de percursos sociais, pretendemos desenvolver um estudo que incide sobre o Projeto Incluir (PI). Trata-se de um projeto de parceria apresentado pelo Município de Castelo de Paiva ao Programa para a Inclusão e Desenvolvimento assente em parcerias estratégicas criadas no âmbito da Rede Social. Este tinha como finalidade pautar a sua intervenção de modo individualizado, e sistémico, rentabilizando todos os recursos disponíveis em prol de um concelho marcado pela qualidade social. Como tal pretende-se com o presente estudo empírico avaliar a eficácia do PI, nomeadamente se a participação neste reduziu as situações de isolamento social, pobreza e exclusão social através da promoção de competências pessoais, sociais e profissionais dos seus beneficiários e/ou através da sua inclusão efetiva no mercado de trabalho.

A opção por esta temática prende-se com a minha trajetória profissional e com a necessidade premente de avaliação dos diversos projetos desenvolvidos com a finalidade de averiguar se o seu grau de eficácia junto da comunidade que intervém é igual aos dados estatísticos dessa mesma unidade social. Por vezes somos confrontados com projetos com graus de execução elevados, no entanto, em termos de mudanças sociais efetivas e permanentes estas são residuais e, de certo modo, pontuais dada a durabilidade dos projetos e o diminuto enraizamento do que se foi aprendendo e apreendendo ao longo do mesmo, associados a outros fatores conjunturais que se prendem com o território onde é desenvolvido.

Neste estudo inicialmente é elaborada uma abordagem teórica aos conceitos de pobreza e exclusão social, seguida de uma análise das políticas sociais e do papel que os municípios assumem nestas. Posteriormente centramos a nossa análise nas políticas sociais em Castelo de Paiva, com maior incidência no PI e em toda a sua dinâmica de intervenção. A metodologia utilizada para avaliar a implementação do projeto e o plano metodológico adotado são também apresentados nesta fase.

Seguidamente apresentamos o processo de seleção da amostra, assim como os métodos utilizados na recolha e tratamento de dados. Na fase seguinte utilizamos a Análise de Implementação do PI segundo a metodologia proposta por Mendes (2006), através da qual avaliamos os resultados do projeto na globalidade das ações, numa primeira fase e, numa segunda fase, considerando uma amostra de 117 cidadãos (beneficiários que participaram no projeto desde 2007 a 2011, ininterruptamente). Posteriormente à apresentação dos objetivos do projeto e determinados os critérios para a sua verificação, é desenvolvida a

avaliação do seu cumprimento e apresentado o Índice de Eficácia do PI (IEPI). Na fase seguinte são dissecados os três tipos de restrições para cada grupo de intervenientes – equipa do projeto, parceiros e beneficiários – com o objetivo de apurar a existência, ou não, de falhas de implementação que possam sustentar a baixa eficácia apurada em alguns casos.

Por último, são apresentadas as conclusões finais desta investigação e deixadas algumas pistas para futuras investigações.

CAPÍTULO I – POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

“Um pobre não tem apenas carência de bens materiais,
Está razoavelmente «fora de Jogo»,
Sente-se inútil e sem referências e como tal é excluído e exclui-se socialmente,
Não faz uso dos seus direitos sociais e não exerce, inúmeras vezes,
O seu direito de cidadania”.

Elza Chambel

Os Conceitos e as Medidas

É hoje objeto de consenso que os fenómenos de pobreza e da exclusão social se apresentam como multidimensionais e transversais a vários domínios (Rodrigues et al, 1999; Capucha et al, 2008; Costa et al, 2008). Assim, para o alcance de níveis de coesão social consistentes, torna-se necessário proceder a uma articulação e compatibilização das diversas políticas setoriais e dos diferentes agentes com intervenção ao nível local, regional e nacional.

Existem múltiplas abordagens dos conceitos de pobreza e exclusão social, umas (Costa, 2001) encarando-os mais como realidades distintas, de tal modo que nessa óptica poderia haver excluídos que não seriam pobres e pobres que não seriam excluídos, outras (Capucha, 2005; Costa, 2008) privilegiando a sua complementaridade, interdependência e, mesmo, sobreposição, resultante do facto de tanto a pobreza como a exclusão social possuírem dimensões redistributivas e relacionais. Não obstante as diferentes perspetivas dos conceitos de pobreza e exclusão social, ambas compreendem a ideia-chave de privação múltipla e continuada de recursos e direitos, visível em múltiplos

domínios e situações, assim como uma perda de cidadania e dignificação humana (Capucha, 2005).

No presente estudo, os conceitos de pobreza e exclusão social serão interpretados e tratados numa relação muito direta com as questões da participação e da própria cidadania, na linha de pensamento traduzida num trabalho coordenado por Luís Capucha (2005), no qual a noção de exclusão social “se liga a défices de participação dos cidadãos na vida social e de satisfação dos seus direitos essenciais de cidadania, desde logo o direito a condições materiais de vida dignas, pelo que a pobreza pode ser tomada como um indicador-chave da exclusão social”.

Para este autor, a pobreza e a exclusão social, dado o seu carácter multidimensional, resultam da ação conjugada de três fatores, nomeadamente os processos objetivos (influenciadores das condições de existência, tais como o sistema de emprego e de educação), subjetivos (formas de reagir a dificuldades quotidianas, as representações sociais) e as dinâmicas relacionais (resultantes da conjuntura sociopolítica) (Capucha, 2005). Este modelo permite cruzar problemas objetivos com problemas subjetivos, através da perceção dos próprios às suas vivências, às suas reações aos estigmas e às formas encontradas para superar constrangimentos, fatores que condicionam as orientações de vida das pessoas e as imagens que os outros têm dela, contribuindo para dificultar uma mudança na sua situação e na construção de projetos de vida ativa, inibindo fortemente as suas capacidades de interação e participação social, sendo geradores de círculos de pobreza instalada (Capucha, 2005). Esta abordagem elucida o cenário de partida da presente dissertação, nomeadamente das bases em que foi desenhado o programa de ação municipal que vai ser objeto da nossa análise.

Existe uma série de indicadores (ver anexo I) que nos permitem, através da sua análise, constatar que os fenómenos de pobreza e exclusão social são multidimensionais, transversais a toda a(s) sociedade(s), e que persistem ao longo dos tempos e, em alguns domínios, surgem novos riscos para a coesão social e para o bem-estar dos cidadãos, dado que estes fenómenos são visíveis em qualquer território, assim como em qualquer franja populacional (EAPN, 2012). Há um maior risco de vulnerabilidade à pobreza, quer em extensão quer em intensidade (dos cidadãos), característico do crescimento e da visão economicista da sociedade (EAPN, 2012).

No presente estudo, o desemprego assume-se como um problema social grave no território que vamos analisar, também pela sua transversalidade, multicausalidade e multidimensionalidade, e que alude a uma necessidade premente de intervenção, para que, paulatinamente, potencie a reinserção social e minore as situações de pobreza e exclusão social (Núcleo Executivo Rede Social, 2012). O quadro seguinte evidencia as taxas de desemprego ao nível nacional e outras regiões, assumindo-se a do concelho de Castelo de Paiva como a mais elevada. O desemprego é um fenómeno com implicações sociais e psicológicas elevadas, que exige respostas territorializadas e adequadas (MSST, 2003). Estas devem ser de proximidade e de complementaridade de intervenções em diversos domínios e um ponto fulcral de atuação em prol de qualquer estratégia de desenvolvimento socioeconómico (MSST, 2003).

Quadro n.º 1**Taxa de desemprego¹**

Unidades Territoriais	Taxas de desemprego (Agosto de 2012)			
	Total	homens	mulheres	disparidade
Continente	13,41%	12,44%	14,46%	2,02%
Norte	16,43%	14,38%	18,70%	4,32%
Tâmega e Sousa	17,74%	14,77%	21,50%	6,72%
Castelo de Paiva	22,68%	15,22%	33,05%	17,84%

Fonte: INE, Centros de Emprego: Estatísticas Mensais, 2011

Tendo em conta o exposto, urge a necessidade de implementação de políticas sociais direcionadas para a consagração dos direitos sociais e consolidação da cidadania e que contribuam para a redução deste tipo de fragilidades sociais (Rodrigues, 2010).

As Políticas

As políticas sociais² e o papel do Estado têm sofrido alterações ao longo do tempo, para dar resposta aos *novos problemas sociais*, assim como para contrariar a crescente falta de capacidade financeira dos Estados-Providência (Estivill e Caleiras, 2008).

O Estado foi evoluindo de um mecanismo meramente compensatório e de relativa estabilização social para um Estado cada vez mais interventor e regulador (Rodrigues, 2010) e, simultaneamente, assiste-se a um maior

¹ Nota metodológica: taxa de desemprego = razão entre inscritos nos centros de emprego em agosto de 2011 (IEFP) e população ativa em Março de 2011 (INE, 2011 - censos definitivos).

² Visam a promoção do acesso de cada indivíduo aos direitos sociais; estes direitos exigem um Estado ativo e intervencionista, cuja atuação se traduza na prossecução de políticas sociais ativas e inclusivas e numa sociedade ativa, traduzida no envolvimento de todos os atores, e principalmente dos que enfrentam situações de pobreza, na conceção, implementação e avaliação das políticas (Estivill e Caleiras, 2008).

dinamismo da sociedade civil em relação aos grupos socialmente desfavorecidos, nomeadamente do Terceiro Setor.

A partir dos anos 90, o Estado começa a assumir um papel mais ativo ao nível da proteção social, adotando todo um conjunto de medidas que vieram dar corpo à nova geração de políticas sociais ativas, “políticas e medidas que, para além de assegurarem um sistema de proteção de garantia dos direitos, têm subjacentes como componentes estratégicas de atuação o princípio da multidimensionalidade e o da territorialidade, significando que a resposta procura ser integrada, quer na sua forma, cruzando intervenções setoriais e agentes públicos e privados, quer nos níveis de intervenção, cruzando nível nacional com o local” (MSST, 2003).

O conceito de ativação começa a emergir e, conseqüentemente, um novo tipo de políticas sociais, designado por “nova geração de políticas sociais ativas”, conotada com a passagem de um Estado- Providência Passivo³ para um Estado-Providência Ativo (Estivill e Caleiras, 2008). Passa-se, então, a privilegiar uma participação ativa dos beneficiários das medidas, materializada num acordo, e da própria sociedade civil, o que pressupõe uma política proativa e uma forma mais eficaz de promover a inclusão social. São adotadas, cada vez mais, políticas sociais ativas que incentivam à participação e envolvimento dos indivíduos nas respostas adequadas à sua situação, favorecendo a sua inserção ativa no mercado de trabalho e/ou na sociedade (Estivill e Caleiras, 2008). A Rede Social é uma política ativa que assume expressividade em todo o território nacional e tem como princípios os característicos destas novas políticas:

³ Limitavam-se à simples compensação, ao usufruto de um rendimento sem contrapartida, assentes no conceito de beneficiário, enquanto mero destinatário das ações e numa visão segmentada das situações, que exclui uma visão integrada dos problemas e dificulta uma ação coordenada entre vários setores. Estas políticas são muitas vezes encaradas como desincentivadoras do trabalho e promotoras da dependência, mas são igualmente imprescindíveis como as prestações no âmbito da proteção social (Estivill e Caleiras, 2008).

subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação, tal como apresentado na figura seguinte, promovendo através da parceria respostas territorialmente adequadas e sistémicas aos diversos problemas que caracterizam cada território em específico. Em suma, reportamo-nos à Rede Social⁴, enquanto base de trabalho dos agentes locais para o desenvolvimento (MSST, 2003).

Figura n.º 1

Princípios da Rede Social⁵

Subsidiariedade:	Procurar soluções próximas das populações privilegiando os recursos locais; Integração: encontrar respostas integradas para os problemas multidimensionais envolvendo os vários sectores;
Integração:	Encontrar respostas integradas para os problemas multidimensionais envolvendo os vários sectores;
Articulação:	Promover ações articuladas entre as várias entidades, projetos e medidas, evitando lacunas e sobreposições.
Participação:	Mobilizar as entidades e populações locais para participarem ativamente na resolução dos seus próprios problemas;
Inovação:	Descentralizar e flexibilizar os serviços e introduzir lógicas de planeamento estratégico integrado na intervenção social

Fonte: Instituto de Segurança Social

A Rede Social visa racionalizar formas de intervenção social e articular as diferentes instituições (podendo ser elas públicas ou privadas) e parcerias locais

⁴ Projeto do Ministério do Trabalho e Segurança Social (1997), Instituto da Segurança Social, que tem como objetivo atenuar os problemas diagnosticados nos territórios, assim como apelar para a ativação de agentes de resposta e solução na concretização destes problemas. - Decreto-lei n.º 115/2006 de 14 de Junho

⁵ Fórum de articulação e congregação de esforços e baseia-se na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar pelas instituições e grupos de ação social que aí atuem – Resolução n.º 197/97 de 18 de Novembro

dentro de uma perspetiva territorializada de intervenção. As diversas problemáticas assumem expressividade ao nível local e é com base nelas que deverão ser encontradas as soluções para as resolver (de forma integrada e ajustada às reais necessidades e problemas dos indivíduos e/ou famílias), envolvendo para tal todas as entidades que atuam em determinada comunidade e as sinergias locais existentes (Núcleo Executivo da Rede Social, 2007). Assente nestas premissas de intervenção e em todos os documentos estratégicos desenvolvidos neste âmbito⁶, foi elaborado o PI tendo em vista o desenvolvimento de respostas integradas e sistémicas para os indivíduos, assim como o fortalecimento das parcerias interinstitucionais em prol do desenvolvimento local.

⁶ Diagnósticos Sociais, Planos de Desenvolvimento Social e Planos de Ação desenvolvidos pelo Núcleo Executivo da Rede Social e Conselho Local de Ação Social de Castelo de Paiva.

CAPITULO II. AS AUTARQUIAS LOCAIS: PALCOS SINGULARES PARA A INTERVENÇÃO

“Em Portugal há um reconhecimento nacional e sub-nacional da necessidade de se pensar nas políticas públicas a nível regional”

Dr. Carlos Jalali

Prof. Auxiliar da Universidade de Aveiro e investigador no Centro de Estudos de Governança, Competitividade e Políticas Públicas na Universidade de Aveiro

Tal como já foi referido anteriormente quando abordamos os “Conceitos e as Medidas”, a pobreza e a exclusão social são fenómenos sociais complexos e multicausais. Tendo cada vez mais plena consciência de todas as alterações da sociedade moderna e problemas emergentes destas, torna-se premente desenvolver políticas e estratégias de intervenção social baseadas em princípios de complementaridade, proximidade, envolvimento e territorialidade, primando pela conjugação de esforços e parcerias que permitam um combate eficaz ao flagelo da pobreza (Núcleo Executivo da Rede Social, 2007). Este tipo de trabalho mostra-se essencial para se atingir o objetivo de reduzir ao máximo situações de pobreza e exclusão social, assim como para potenciar o desenvolvimento económico-social dos concelhos (Núcleo Executivo da Rede Social, 2007).

As autarquias constituem-se como o poder mais próximo das comunidades locais e, como tal, têm vindo a afirmar-se progressivamente e a assumir um

papel de relevo na resolução dos problemas concretos das populações, na medida em que as autarquias locais se caracterizam como espaços privilegiados de expressão das necessidades e aspirações dos cidadãos, sendo por este motivo quem melhor poderá controlar os recursos endógenos, as carências e as próprias especificidades de cada grupo da comunidade (Ruivo, 1999).

Não podemos esquecer que um território pressupõe uma identidade local⁷, implicando essa identidade “(...) uma partilha de modos de vida ou de estilos de vida comuns e ainda um contexto de relações sociais que, embora diferenciando cada indivíduo, imprime um quadro comum de atitudes e de valores” (Felizes, 2000). Isto permite-nos afirmar que a intervenção do poder local será mais assertiva do que uma intervenção direta do poder central, tendo em conta a proximidade e o conhecimento efetivo das necessidades e/ou recursos existentes do poder local. Paralelamente, o local não se resume a um único espaço, pois dentro de um local, existirão múltiplos locais, sendo necessário ter em atenção as solidariedades primárias constituídas pelas amizades, a família, o bairro. Só através da mobilização destas solidariedades é que se obtém hipóteses mais elevadas para a participação dos cidadãos nas políticas locais (Felizes, 2000). Esta mobilização é, sem dúvida, uma tarefa mais fácil para as autarquias locais (Ruivo, 2002). Estas devem ser consideradas como entidades autónomas representativas de locais; estas têm uma importância fulcral, pois não representam unicamente espaços territoriais, mas identidades coletivas onde as práticas sociais se inscrevem e se desenvolvem (Felizes, 2000).

⁷ Nos locais onde se verificarem identidades fortes e homogéneas, será mais fácil conseguir consensos quanto à resolução de problemas e à concretização de políticas públicas. Por outro lado, onde a identidade for fraca e heterogénea, existindo competições entre diferentes interesses políticos, será difícil conseguir consensos, sendo a intervenção local dividida e ineficaz. O importante será associar atores locais neutros às clivagens e com uma acentuada pertença ao território de forma a obter consensos na concretização dessas políticas (Ruivo, 2002).

O Papel das Autarquias

As tarefas das autarquias de hoje são muito mais exigentes do que outrora. No sentido de promover a qualidade de vida das populações torna-se premente o incentivo da participação democrática no processo de desenvolvimento. O poder local é cada vez mais chamado a intervir nos mais diversos domínios (cultura, desporto, ambiente, etc.) (Ruivo, 1999).

Mas nem sempre foi assim. Durante largas décadas a intervenção das autarquias foi residual e sempre dependente de um Estado autoritário. As autarquias locais não possuíam qualquer autonomia, por colocarem em causa a estrutura centralizadora e poderosa do regime (Portas, 1979).

Com a sua fundação, as autarquias locais chamaram a si o desenvolvimento do seu território com a construção de infraestruturas básicas necessárias à vida das suas comunidades (Portas, 1979). Atualmente assiste-se a uma mudança no papel do poder local. As autarquias têm instituídas uma série de competências, já não exclusivamente associadas à infraestruturização do território, mas ligadas ao seu desenvolvimento entendido num sentido mais amplo, surgindo competências associadas à educação, ação social, saúde, planeamento e ordenamento do território, ambiente, cultura e tempos livres, etc. “O objetivo é agora situar a autarquia nas ‘encruzilhadas do desenvolvimento’, definindo-a como ator de primeira instância na elaboração e execução das estratégias socioeconómicas locais e regionais” (Ruivo, 1999). Emerge um poder local preocupado com as suas populações, daí a necessidade inicial de infraestruturização dos territórios para, posteriormente, avançar para uma preocupação geral de desenvolvimento local. Porém, as dificuldades inerentes ao seu financiamento foram e são um obstáculo, assim como a falta de

regulamentação da sua atividade. Assim, podemos verificar que o local começa a ser palco de tentativas de territorialização de políticas públicas nos mais diversos domínios, mediante a constante descentralização de competências, mas sempre com limitações financeiras e com fracas ou nulas descentralizações de recursos (Ruivo, 1999).

Em suma, as mudanças no regime político centraram-se num aumento e reforço das competências e meios dos municípios nas várias áreas de intervenção social. Houve uma reorganização das relações entre a administração central e a administração local, pautada por uma tendência no sentido da descentralização de base municipal e da subsidiariedade, com repercussões nas políticas sociais (Cerca, 2007). O poder local estabelece uma dupla relação, por um lado, com as populações locais que diretamente o elegem e, por outro, com o poder central, requerido cada vez mais pelas populações para intervir no domínio social e pela administração central para apoiar na concretização de políticas sociais nacionais. O poder local muito mais autónomo e com mais meios do que antes do 25 de Abril, não poderia ter deixado de desenvolver a sua intervenção no domínio social (Cerca, 2007).

As autarquias, dada a estreita ligação que mantêm com as populações que as situam a um nível institucional e territorial, não podem voltar as costas aos problemas que mais afetam as comunidades locais. Conforme é reconhecido publicamente pelas próprias populações e pelas diferentes forças políticas e sociais, apesar dos seus recursos financeiros limitados e da sua imposta autonomia administrativa, “as autarquias locais estão conscientes das suas obrigações consagradas na própria constituição e na legislação ordinária e sabem muito bem da resolução dos problemas do país” (Cerca, 2007).

A vontade e a necessidade de responder de uma forma mais imediata e mais eficaz às necessidades locais conduzem ao estabelecimento de grandes diálogos com associações existentes e as comunidades locais (Ribeiro, 1992). Torna-se necessário dotar o poder local com meios técnicos e recursos humanos capazes de dar resposta aos verdadeiros problemas locais. Esta dotação de técnicos (em número e diversidade de áreas de especialização) é um fenómeno recente e foi mais evidente durante o ultimo quartel do século XX (Nunes, 2009). Segundo Marina Nunes (2009), existem alguns fatores que poderão ter estado na base desta evolução, sendo eles as:

- mudanças no regime político (Nunes, 2009);
- mudanças socioeconómicas (Nunes, 2009);
- mudanças nas ideias (Nunes, 2009);
- mudanças no Estado-Providência (Nunes, 2009; Ruivo, 1999).

As políticas sociais têm afirmado o seu desenvolvimento ao nível local, dos municípios, o que gera possibilidades inovadoras na gestão pública, de proximidade dos municípios com as populações, o que é uma condição preponderante a ter em conta na evolução das políticas sociais (Nunes,2009).

CAPITULO III. POLÍTICAS SOCIAIS EM CASTELO DE PAIVA

“O sucesso da política social depende de quem a aplica, de como a aplica e a quem é aplicada”.

Dr. Joaquim Caeiro⁸

A Autarquia

As autarquias locais são o elo mais próximo da comunidade e aquelas onde as pessoas recorrem com maior frequência em qualquer tipo de situação, principalmente quando abordamos questões de pobreza e exclusão social. Consciente disto, a atuação da autarquia de Castelo de Paiva pauta-se por intervenções em prol da comunidade e da inclusão social da mesma, assumindo a inclusão social como:

um processo que garante que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e para beneficiarem de um nível de vida e bem estar considerado normal na sociedade em que vivem (ISS, 2003).

Tendo em conta a proximidade das autarquias às populações, é crucial o papel que estas representam no desenvolvimento local e no apoio às comunidades. Para reforçar o trabalho do poder local é de extrema importância o trabalho em parceria que é levado a cabo pelas Instituições Concelhias (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012). Esse trabalho permite uma rentabilização dos recursos com

⁸ Professor Associado da Universidade Lusíada de Lisboa e Diretor do Instituto Serviço Social de Lisboa

vista à obtenção dum resultado mais eficaz e mais eficiente. O concelho de Castelo de Paiva não é exceção e nos últimos anos é visível o aumento de Planos e Projetos da Autarquia que contribuem para um desenvolvimento sustentável do município com preocupações de coesão social e territorial, sempre ao serviço de todos os/as cidadãos/ãs (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

Papel Global da Autarquia no Combate à Pobreza e Exclusão Social

No sector das políticas sociais, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido traduz a preocupação da Câmara Municipal em refletir e atuar sobre problemáticas locais de pobreza e exclusão social, sempre com o objetivo de perspetivar um quadro social mais positivo, enquadrado por um sistema de parcerias, coordenação de esforços e rentabilização de recursos das entidades do concelho (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012). No âmbito da ação social, a autarquia definiu como missão a afirmação do concelho de Castelo de Paiva como promotor de estratégias inclusivas e equitativas em prol do desenvolvimento de uma comunidade eticamente igualitária e redutora de riscos de desinserção social (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012). Ao prosseguir uma política social assente em lógicas de intervenção de proximidade e de planeamento estratégico, procura direcionar a sua intervenção junto dos grupos sociais mais vulneráveis, como crianças e jovens em situação de risco, pessoas portadoras de deficiência, idosos, carenciados, toxicodependentes e outros grupos excluídos social e culturalmente. Desta forma, num esforço de articulação das intervenções no terreno destinadas ao combate das situações de pobreza e exclusão social, é desenvolvido um trabalho com vista à qualificação da intervenção social no concelho (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012). Esse trabalho tem uma orientação predefinida, uma visão

estratégica para o território, nomeadamente a promoção de um território potenciador da implementação e/ou fortalecimento do empowerment, dinâmicas de inter ajuda e solidariedade para a constituição de um concelho marcado/imbuído de qualidade social (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

Tendo por base o Diagnóstico Social de Castelo de Paiva (2012), para o alcance deste, os parceiros que integram o Conselho Local de Ação Social têm vindo a implementar no Concelho várias medidas políticas, utilizando caminhos estratégicos e definindo desafios de intervenção, com o objetivo de evitar/eliminar situações-problema da população, sendo alguns dos caminhos / desafios estratégicos:

- Incrementar ações de cidadania plena que favoreça a população sénior;
- Favorecer a ocupação e a inserção socioprofissional da população, nunca esquecendo os portadores de deficiência, fomentando a transição para a vida ativa, empregabilidade e iniciativa económica;
- Assegurar a prestação de serviços à comunidade escolar garantindo maior qualidade de vida e sucesso escolar;
- Promover a generalização da atividade física e do desporto num quadro ético, inclusivo, seguro e saudável;
- Apelar para a participação e cooperação da população;
- Estratégia de desenvolvimento elaborada com base numa cooperação e parceria público-privada em relações de confiança e de consenso;
- Intervenção ativa e preventiva sobre populações vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social;

- Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais;
- Fomentar a coesão social;
- Prioridade à mobilidade de recursos locais;
- Promover o aproveitamento dos recursos físicos e humanos, visando a dinamização de projetos e ações nos domínios do turismo, tradições, arte e cultura.

Programas / Ações implementadas no Território

Após a implementação da Rede Social, as diversas entidades que trabalham no concelho têm vindo a intensificar experiências de trabalho em parceria, maioritariamente coordenadas /presididas pela autarquia, através de várias estruturas de parceria que estão implantadas no terreno, nomeadamente, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)⁹, o Núcleo Local de Inserção (NLI)¹⁰, o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE¹¹, o Contrato Local de Desenvolvimento Social¹², a Comissão Municipal de

⁹ Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) como instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e reverter ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (Lei 147/99 de 01 de setembro).

¹⁰ Órgãos locais a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Neste sentido, está cometida a estes Núcleos a responsabilidade da elaboração e aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e ainda o acompanhamento e avaliação da respetiva execução (Despacho n.º 23 088/2006 – Ministério do Trabalho e Solidariedade).

¹¹ O Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE) pretende promover o desenvolvimento de projetos dirigidos a territórios onde a pobreza e exclusão social justifica intervir prioritariamente. O Programa dirige-se a grupos específicos particularmente confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistente, assentes na participação de todos os atores locais e na congregação das várias sinergias locais (Portaria n.º 730/2004 de 24 de Junho).

¹² O Programa CLDS tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos (Portaria n.º 396/2007 de 2 de Abril).

Acompanhamento à Saúde¹³, os Conselhos Municipais de Segurança¹⁴, Proteção Civil¹⁵, Cultura, Desporto e Juventude¹⁶ e Educação¹⁷. Destas diversas estruturas de parceria ressalta a preocupação constante com a população e, paulatinamente, com as respostas adequadas ao território em causa, promovendo-se projetos de intervenção específicos e adequados às necessidades locais que abrangem todas as camadas da população em diversos domínios de atuação. Tem-se verificado através destas experiências a partilha de iniciativas, bem como a rentabilização de esforços como formas adequadas para a consciencialização dos problemas e, por consequência, para a resolução dos mesmos (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

São diversos os projetos definidos e colocados em prática no âmbito da ação social – PI (sobre o qual se vai centrar a presente dissertação), Contrato Local de Desenvolvimento Social Paiva + (projeto de intervenção comunitária), Loja Social (apoio em alimentos, vestuário, brinquedos, mobiliário), Banco de Ajudas Técnicas (disponibilização de cadeiras de rodas, camas articuladas, andarilhos e

¹³ A CMASCP é constituída pelo Presidente da Câmara Municipal, dois representantes do Executivo Municipal e um membro de cada partido com assento na Assembleia Municipal. Os principais objetivos são: proceder ao levantamento da situação da saúde no Município; identificar os principais problemas que o sector apresenta; solicitar reuniões de trabalho com as entidades responsáveis pelo sector, quer do Serviço Nacional de Saúde quer de outras entidades; apresentar sugestões ou recomendações aos responsáveis pelos respectivos serviços; e, informar regularmente a Câmara e a Assembleia Municipal das atividades desenvolvidas (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2009).

¹⁴ É uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, de articulação, de informação e cooperação (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2005).

¹⁵ Este organismo assegura que todas as entidades e instituições de âmbito municipal imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistência previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto (Câmara Municipal de Castelo de Paiva, 2005).

¹⁶ Órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude (Lei 8/2009 de 18 de fevereiro).

¹⁷ “Instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo” (art.3º do decreto Lei n.º 7/2003, 15 de janeiro).

outros equipamentos a título de empréstimo), Projeto SOL (apoio a idosos isolados), Projeto MICAS (convívio idosos institucionalizados), Banco Local de Voluntariado, Universidade Sénior, Cantinas Sociais, Respostas Sociais na área de Idosos, Deficientes, Vitimas de Violência Doméstica e Crianças, Casa de Emergência Social (resposta a situações de carência habitacional transitória), Transporte Solidário (transporte para os hospitais de referência a título gratuito para pessoas carenciadas), Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, apoio na alimentação aos alunos do pré escolar e 1.º ciclo, transportes escolares, desporto escolar, atividades de enriquecimento curricular, Regulamento de Solidariedade Social (diversos apoios definidos em termos de apoios na renda de casa, obras em casa, acesso a título gratuito a equipamentos municipais, etc.), Espaço Convívio Reformados, Passeio Sénior, Campos de Férias para crianças carenciadas, Feira Agrícola (venda de produtos agrícolas locais fomentando o cultivo, as vendas e, concomitantemente, o aumento de recursos financeiros), entre outros (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

A maioria dos projetos elencados são projetos peculiares e especificamente elaborados em função do território concelhio, uma vez que se trata de um concelho rural, parco em indústria e em emprego, com uma elevada taxa de desemprego, com um elevado índice de envelhecimento e de situações de pobreza, territorialmente disperso, com problemas de criminalidade e de delinquência juvenil em ascensão, com população com baixos níveis de escolaridade e de qualificações, com acessibilidades desadequadas, que obrigam a que sejam implementados projetos assentes numa lógica de intervenção sistémica de proximidade e que se encontrem articulados entre si (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012). Só assim é possível a promoção da inclusão social e alcance dos objetivos definidos pela política social local que se

prendem com a promoção de um concelho solidário, pelas respostas a necessidades reais e prementes da população, contribuindo deste modo para a coesão social local e para a redução das desigualdades e disparidades territoriais.

A leitura do próximo ponto, responsável pela exposição dos objetivos e metodologia do PI, possibilitará uma melhor compreensão da sua pertinência perante as referências teóricas acima evocadas.

CAPITULO IV. DOS PROJETOS INTER (NACIONAIS) AO PROJETO INCLUIR

O PI, sobre o qual incide esta dissertação, pretende ser um projeto que prima pela abordagem multidimensional no combate ao desfavorecimento social, partindo de um diagnóstico individualizado que tem em conta a globalidade dos problemas das pessoas e das suas diferentes implicações, e com base neste, construir percursos individuais à medida (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005). Trabalha-se com a pessoa, como ser único que é, olhando não apenas para as suas fragilidades, mas também as suas capacidades, consideradas como um recurso fundamental para a inserção, o que desde logo se afigura como fator de *empowerment* (Equipa do Projeto, 2011).

O PI utiliza uma metodologia de intervenção inspirada em referenciais metodológicos de diversas Parcerias de Desenvolvimento EQUAL¹⁸. A Iniciativa Comunitária EQUAL tem duas características distintivas de outras iniciativas: trabalhar em parceria, enquanto instrumento de suporte a ação, e *empowerment*.

O PI, inspirado nas premissas anteriormente apresentadas, é um conjunto de iniciativas locais que assentam em novas metodologias de trabalho interinstitucional que apostam na flexibilidade, combatendo a fragmentação das respostas (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005). Segue os princípios orientadores de algumas iniciativas EQUAL: os indivíduos são alvo de uma

¹⁸ A Iniciativa Comunitária EQUAL destina-se a eliminar os fatores que estão na origem das desigualdades e discriminações no acesso ao mercado de trabalho. Na área do desenvolvimento dos recursos humanos, tem por objetivo a promoção de abordagens e metodologias inovadoras com vista à promoção de um mercado de trabalho aberto a todos. Assente no trabalho em rede e na cooperação nacional e transnacional, esta Iniciativa, financiada pelo Fundo Social Europeu, é uma das componentes da estratégia europeia de emprego, e procurou beneficiar prioritariamente as pessoas que são vítimas das principais formas de discriminação (Gabinete de Gestão EQUAL, 2008).

avaliação pormenorizada numa abordagem multidimensional e, o trabalho em parceria. Valoriza a abordagem territorializada que procura incentivar os recursos locais e o posicionamento das pessoas no centro da atuação dos serviços/projetos.

O Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI)¹⁹ foi outra fonte de inspiração. No decorrer do PI surgiu uma iniciativa direcionada ao apoio aos idosos isolados, designadamente o “PaivaAmigo”. Esta iniciativa foi uma necessidade sentida com o desenvolvimento do projeto e, paulatinamente, uma tentativa de conciliação entre as estratégias de atuação locais e o Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI) (Equipa do Projeto, 2011). Este Programa de âmbito nacional e de gestão do poder central, através da definição de territórios específicos para a intervenção pelo Instituto de Segurança Social, IP., disponibiliza os recursos económicos para a intervenção²⁰ e, a ação Paiva Amigo a mão de obra. Contudo, não foi possível estabelecer esta complementaridade de forma protocolada, sendo assumido pela ação local o desenvolvimento e captação de ambos os recursos, económicos e humanos.

Outra ação, o Espaço de Inclusão Digital, não passa de uma sala de aula de informática, réplica de espaços congéneres, mas com a particularidade de ser rotativo pelas nove freguesias do município, permitindo deste modo uma resposta de proximidade e subsidiariedade (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

¹⁹ O PCHI tem como objetivo a prevenção da dependência e institucionalização dos cidadãos mais idosos, ao intervir na qualificação habitacional através do melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruem dos Serviços de Apoio Domiciliário ou frequentem a resposta Centro de Dia ou cuja prestação destes serviços esteja dependente da qualificação habitacional (www.seg-social.pt/pchi/ Despacho n.º 6716 – A/2007).

²⁰ Na criação de uma resposta de melhoria de condições nas habitações de idosos, em territórios envelhecidos e com baixo poder de compra concelhio. Estas melhorias identificam-se ao nível do edifício e ao nível do equipamento (Instituto de Segurança Social, IP – Despacho n.º 6716-A/2007).

As ações de alfabetização, responsabilidade do Ministério de Educação, foram desenvolvidas e foram a base de *empowerment* de muitos dos beneficiários do projeto. Os Campos de férias, iniciativa vulgar em termos nacionais, contudo em termos locais permitiram o acesso a estes a crianças desfavorecidas e sem qualquer capacidade de acesso aos mesmos, caso não existisse este projeto (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em suma, as ações do projeto em análise não são ações pioneiras, pois existe uma multiplicidade de experiências municipais e outras semelhantes contudo, o conjunto destas, aplicado no mesmo território é sem dúvida uma inovação e um contributo para o desenvolvimento local.

A inovação social acontece quando se encontram novas soluções para as necessidades sociais; para resolver os problemas da exclusão social, da falta de qualidade de vida e da falta de participação cívica e democrática, é necessário encontrar novas soluções e reinventar as atuais para que tenham mais qualidade, mais impacto e mais eficiência. Ou seja, a inovação social é

uma nova solução para um problema social, que é mais eficaz, eficiente, sustentável ou justa que as soluções existentes e em que o valor criado reverte em primeiro lugar para a sociedade como um todo do que para indivíduos (Phills, Deiglmeier & Miller, 2008).

O termo “inovação social”, unido ao termo “sustentabilidade”, não define exclusivamente iniciativas voltadas à promoção de pessoas em desvantagem económica e social, ainda que as considere de modo relevante. O termo inovação social é proposto também numa perspetiva abrangente, visando desvendar todo o seu potencial na promoção de modos de vida sustentáveis: mudanças no modo como indivíduos ou comunidades atuam espontaneamente para obter um resultado (isto é, resolver um problema ou gerar uma nova

oportunidade) (Mendes, 2011). O PI pode ser considerado um projeto de Inovação Social, dado que mobilizou estratégias individuais e institucionais em prol de objetivos comuns e da promoção do desenvolvimento local, tanto territorial como dos indivíduos enquanto indivíduos (*empowerment*) e assumiu um papel de projeto-piloto em torno de redes de parceria mais alargadas sujeitas a financiamentos públicos (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

Esta experiência permitiu-nos a consciencialização de que para inovar se torna necessário considerar o *empowerment*: que cada um participe na construção da solução que melhor lhe convier para resolver os seus problemas; e inventar novas respostas sociais ou reinventar as antigas para satisfazer as novas necessidades sociais ou aquelas que ainda não foram resolvidas, de modo a gerar ciclos de sustentabilidade (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

Nesta experiência de inovação social, a Câmara Municipal assumiu o papel de catalisador de dinâmicas e de ideias com vista à promoção de um projeto territorialmente inovador e assente em princípios de proximidade, subsidiariedade, parceria, concertação e sustentabilidade, com vista à intervenção junto das situações de pobreza e exclusão social plasmadas no Diagnóstico Social concelhio (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Um Projeto de Parceria Local: Projeto Incluir

O PI tem como área de implementação o concelho de Castelo de Paiva e surgiu no âmbito de uma candidatura apresentada ao Programa para a Inclusão e Desenvolvimento – PROGRIDE²¹. Este tem o objetivo de ser um projeto de

²¹ O Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE) pretende promover o desenvolvimento de projetos dirigidos a territórios onde a pobreza e exclusão social justifica intervir prioritariamente. Dirige-se a grupos específicos particularmente confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza

parceria que contribua efetivamente para a promoção da inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combata o isolamento, a desertificação e a exclusão social e intervenha junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes. Este Projeto iniciou-se em 2006 e teve financiamento público através do PROGRIDE até 2011. Posteriormente houve alteração de financiamento, passou a ser equiparado a um Contrato Local de Desenvolvimento Social- CLDS (ainda em execução)²².

Agir sobre a pobreza e exclusão social impõe a necessidade de uma política de proximidade, eficaz e articulada, que tome como alvo essencial as pessoas mais desfavorecidas e os territórios confrontados com problemas de exclusão, assente na plena integração de todos, que valorize a igualdade de oportunidades e o respeito pela dignidade e direitos humanos e que fomente as solidariedades locais (MTSS, 2007).

O desenvolvimento social local é um processo de procura de alternativas e de construção de novas oportunidades de futuro, com vista à mudança social. À comunidade local cabe partilhar informação, promover identidades positivas, ajudar a transformar identidades prescritas, desenvolver o sentimento de pertença a um território partilhado, contribuir para a redescoberta da importância do espaço público e de debate socializado no enquadramento de formas diferentes de ser e de estar e na afirmação de uma cultura de solidariedade (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

persistente, assentes na participação de todos os atores locais e na congregação das várias sinergias locais. Deve obedecer aos seguintes princípios gerais: Parceria; Territorialização; Transversalidade; Flexibilidade e Inovação (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Portaria n.º 396/2007 de 2 de Abril).

²² O Programa CLDS tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Portaria n.º 396/2007 de 2 de Abril).

“Conhecer para intervir” é a máxima que norteia todo o trabalho da ação social / Rede Social, daí que este projeto se norteie em prol dos vários elementos recolhidos e dos problemas priorizadas, tendo como finalidade última contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade paivense. Para além disto, este projeto gera empregabilidade, o que vem contrariar as tendências atuais do concelho (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Figura n.º 2

Logotipo Projeto Incluir²³



PROJETO INCLUIR

Não olhar à diferença,

Não olhar à cor, nem à raça, nem às
tendências sexuais ...

Não olhar aos diferentes percursos ou quadros
de vida

Todos debaixo do mesmo sol, partilhando os
mesmos direitos e deveres ...

Palco igual para olhares diferentes ...

Andreia Gomes/Téc. Sup. Sociologia da Câmara Municipal de Castelo de Paiva

²³ Logotipo criado para o Projeto Incluir pela própria equipa de projeto e parceiros.

Caraterização do concelho de Castelo de Paiva

Castelo de Paiva, concelho constituído por 9 freguesias, com 16 733 habitantes, situado no distrito de Aveiro, caracteriza-se por um contexto social, económico e cultural desfavorecido, pois é um concelho tradicionalmente rural, com tímido crescimento no setor secundário e onde existe uma grande oferta de mão-de-obra e uma escassez a nível de ofertas de emprego (Núcleo Executivo da Rede Social, 2003). Uma fatia considerável da população residente tem baixa formação e qualificação, o que não permite uma ascensão social e profissional adequada. A par deste cenário, surgem situações de vulnerabilidade social que urge combater. Vulnerabilidades, essas, que não se limitam à carência económica, mas abarcam também os domínios sociais, culturais, desportivos e recreativos, que estão a descoberto em praticamente todo o território (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012). Este cenário de partida evidencia as referências teóricas de Luís Capucha (2005) abordadas anteriormente na secção relativa aos Conceitos e Medidas.

O PI foi definido de acordo com esta realidade, tendo-se traçado uma matriz de intervenção em prol do combate à exclusão assente no seguinte quadro de vida: presença de agregados familiares multiproblemáticos /disfuncionais/desestruturados detentores de baixos recursos económicos e /ou socioeducativos/culturais que condicionam toda a sua mobilidade social/sectorial/profissional/educativa/cultural. Estas características peculiares dão azo ao isolamento e à instalação de ciclos de pobreza intergeracional de difícil erradicação (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Descrição Geral do Projeto Incluir

O PI foi desenhado de acordo com a visão estratégica da ação social local anteriormente apresentada (ver secção Políticas Sociais em Castelo de Paiva) e subdivide-se em 10 ações distintas, que posteriormente serão apresentadas, mas complementares entre si, que foram enquadradas nos diversos eixos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social definido e validado para o território em questão. São múltiplos os parceiros deste projeto²⁴, sendo a Câmara Municipal de Castelo de Paiva a entidade promotora e o Centro Social de Santa Maria de Sardoura a entidade executora (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Este projeto é direcionado para a promoção da inclusão, nomeadamente dos grupos mais vulneráveis que, por um acumular de situações, se encontram afastados do mercado de trabalho e do acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços (direito ao trabalho, exercício de direitos cívicos, educação, habitação condigna, participação na vida social e cultural), promovendo a igualdade de oportunidades entre todos (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005). Nesse sentido, usou-se recursos e sinergias locais, nomeadamente no estabelecimento de parcerias (muito aquém do desejável) que com afinco e o esforço de todos os intervenientes permitiram detetar problemas que de outra forma permaneceriam “escondidos”.

²⁴ Câmara Municipal de Castelo de Paiva; Centro Regional de Segurança Social de Aveiro; Centro Social de Santa Maria de Sardoura; Centrum F – Centro Social de Solidariedade Social de Fornos; Associação de Solidariedade Social de Bairros “Os Cucos”; Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva; Centro Social Sol Nascente de Santo Ildefonso; Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido; Junta de Freguesia de Pedorido; Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura; Junta de Freguesia da Raiva; Junta de Freguesia de São Martinho de Sardoura; Junta de Freguesia de Real; Agrupamento Vertical de Escolas Escola de Castelo de Paiva; Agrupamento de Escolas do Couto Mineiro do Pejão (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

As diversas ações²⁵ que constituem o projeto são as seguintes (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005):

Ação 1 - Estudo/Diagnóstico sobre a deficiência - estudar cientificamente a deficiência de modo a conseguirmos conhecer a problemática e o modo de agir sobre a mesma. Recursos Humanos: psicólogo clínico e administrativo;

Ação 2 - Oficinas Tradicionais de Cerâmica, Gastronomia, Jardinagem, Tecelagem e Bordados - reanimação das atividades económicas tradicionais em prol da (re) integração social e ocupacional. Recursos Humanos: monitores (6);

Ação 3 - Equipa Multidisciplinar constituída por técnicos de diversas áreas que se desloca para o terreno, com o objetivo de promover um trabalho de prevenção e redução de riscos. Esta ação é importante para o desenvolvimento local do território e, simultaneamente, permite a promoção da inclusão social e combate ao isolamento geográfico²⁶ e/ou social em que se encontram muitos dos agregados familiares. Este trabalho é complementar ao desenvolvido pelo Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção (RSI)²⁷ e por todos os técnicos que fazem atendimento nos gabinetes, contudo, tem a vantagem de ser um serviço de proximidade e *in loco*. Esta equipa é o teto de todo o projeto, isto é, sinaliza, encaminha os seus utentes para as ações do projeto e outras que

²⁵ Todas estas ações são enquadráveis no fio condutor do Plano de Desenvolvimento Social 2006/2009 (PDS) – Implementação e Fortalecimento de Dinâmicas de Interajuda e Solidariedade para a constituição de um concelho marcado/imbuído de qualidade social, assim como nos diversos eixos de intervenção deste mesmo PDS: Eixo I – Influir ativa e preventivamente sobre populações vulneráveis à pobreza e à exclusão social; -se no Eixo II – Melhorar a qualidade de vida das comunidades locais; Eixo III – Fomentar a transição para a vida ativa, empregabilidade e a iniciativa económica (Núcleo Executivo da Rede Social, 2003).

²⁶ O isolamento geográfico é visível em alguns locais quando não existem transportes públicos perto de casa e é agravado quando não existe transporte próprio. Este isolamento exacerba a dificuldade em aceder a serviços/instituições públicas, áreas de segurança social e do trabalho, da justiça e da saúde, etc., determina, de certa forma, uma situação de particular vulnerabilidade (Núcleo Executivo da Rede Social, 2003).

²⁷ Esta ação do projeto complementa o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Local de Inserção definido. MTSS - Decreto-Lei n.º 221/2012 de 12 de Outubro.

entender pertinentes. Recursos Humanos: psicólogo, sociólogo, serviço social, enfermeiro, jurista, administrativo e auxiliares de serviço geral (2);

Ação 4 – Alfabetização que tem como finalidade contribuir para que os seus beneficiários adquiram competências básicas que lhes permitam a resolução e interpretação de saberes funcionais. Recursos Humanos: Formador (es);

Ação 5 - Formação Sociocomunitária (ações não formativas dirigidas a famílias disfuncionais encaminhadas pela equipa multidisciplinar) - O saber ser, saber estar e saber fazer são domínios deficitários em muitos dos elementos dos agregados familiares, daí que se possa afirmar que a causa da exclusão social que caracteriza estes agregados familiares situa-se no domínio dos laços sociais e participação na sociedade. Recursos Humanos: Formador (es);

Ação 6 - Ciclo de Seminários (monitorização do projeto). Conhecer para participar é a premissa que norteia esta ação. Assume-se como de extrema importância para a concretização objetiva do projeto e para a ativação do *empowerment*, na medida em que desde o início do projeto se tentou estabelecer um envolvimento de toda a comunidade no mesmo. Recursos Humanos: coordenador e profissionais afetos ao projeto;

Ação 7 – Jornadas Sociais visa contribuir para a contínua sensibilização/educação/informação/divulgação em áreas temáticas de interesse, prevenindo comportamentos de risco e desadaptativos através da promoção de comportamentos seguros. Recursos Humanos: orador (es);

Ação 8 - Campo de Férias como resposta à inexistência de atividades de animação sociocultural/educativas não institucionalizadas direcionadas às crianças e jovens. Tem como objetivo dar resposta às situações de

vulnerabilidade sentidas por muitas famílias que, em tempo de férias escolares, não têm respostas sociais que respondam à necessidade sentida (onde deixar os filhos). A ausência de atividades voltadas para a juventude e a falta de envolvimento na ocupação saudável dos seus tempos livres é uma lacuna sentida em termos territoriais.²⁸ Recursos Humanos: monitor (es) e auxiliares de serviços gerais (2);

Ação 9 - Espaço Ser Mais Criança – A educação assume cada vez mais valor como forma de superar as carências do meio familiar, contudo o território sente a necessidade de que seja assegurada a socialização das crianças pertencentes a agregados familiares disfuncionais de modo a estimular o seu desenvolvimento psicossocial, contribuindo assim para a redução das assimetrias sociais, prevenção de comportamentos de risco e contribuição para um crescimento saudável das crianças/jovens. Recursos Humanos: monitor (es);

Ação 10 - Espaços de Inclusão Digital - Resposta à inacessibilidade, da parte de uma franja significativa da população, às novas tecnologias de informação e comunicação devido à inexistência de espaços suficientes e devidamente assessorados o que nos leva a constatar a existência da infoexclusão. Como forma de tentar minorar esta lacuna, são desenvolvidos estes espaços pelas 9 freguesias. A exclusão social é uma situação de perda de vínculos sociais e de não participação mais genérica na sociedade, traduzindo-se na falta de “lugar” face às oportunidades oferecidas pela sociedade. A infoexclusão é um grande entrave ao acesso a estas oportunidades, na medida em que a sociedade atual

²⁸ Tal poderá revelar, por um lado, a falta de oferta/acesso relativamente a atividades de lazer e/ou ocupação de atividades que proporcionem um estímulo e promoção em termos sociais e culturais ou, por outro lado, pouca importância atribuída pelas pessoas a atividades sociais e culturais, esquecendo que o (des) envolvimento em atividades socialmente úteis e a ocupação dos tempos livres noutras atividades poderá diminuir as situações de exclusão social, desenvolver outras capacidades e a autoestima, constituindo uma forma de participar na vida social (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

norteia as suas ações em torno do mundo digital/informático. Recursos Humanos: formador (es).

O PI dividido em 10 ações pretende trabalhar na lógica de intervenção sistémica junto do público mais vulnerável, traçando percursos de mudança que não se centram apenas num domínio de intervenção ou só no indivíduo, mas sim no seu contexto familiar e meio social. O conjunto das ações tem como finalidade permitir uma valorização em várias vertentes, desde a aquisição de competências sociais, culturais, pessoais, profissionais, não descurando a vertente familiar e educacional (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Os destinatários diretos do Projeto são pessoas dotadas de características muito peculiares que inibem a sua (re) inserção no mercado de trabalho (baixas habilitações, falta de motivação, dificuldades de mobilidade social, falta de qualificação, portadores de deficiência, etc.). Assim sendo, todas estas ações têm como objetivo proporcionar uma aprendizagem de novos saberes, permitindo-lhes uma (re) inserção na vida ativa (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

A existência de problemas de tipo social e/ou cultural, défices de auto –suficiência e/ou autonomia pessoal é uma realidade concelhia que se vai transmitindo de geração em geração (Núcleo Executivo da Rede Social, 2003). Muitas destas pessoas recorrem com alguma frequência a instituições públicas a fim de obter uma resposta para os seus problemas, contudo, necessitam de ações que lhes promovam as competências para a resolução desses e outros problemas, devolvendo-lhes a autonomia que perderam ou dos quais têm défice (Núcleo Executivo da Rede Social, 2012).

O principal elo de ligação de todo este projeto é a equipa do projeto (coordenador e equipa multidisciplinar) que deteta os casos e os encaminha de

acordo com os défices de cada agregado familiar. Assim sendo, temos todas as ações a funcionar em simultâneo como forma de resposta às várias necessidades sentidas por um mesmo agregado familiar.

Com este projeto pretende-se criar uma série de respostas sociais à população que não é abrangida pelas respostas institucionais, tentando deste modo contribuir para a minoração da vulnerabilidade da população e consequente exclusão social através de ações que possibilitem a que todos os indivíduos tenham um projeto de vida, se mantenham ativos, incluídos socialmente (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

O combate à pobreza e à exclusão social envolverá diretamente as próprias pessoas que vivem o fenómeno evidenciando assim o *empowerment*. Mais do que destinatários do projeto, estes atores serão participantes ativos ao longo do desenvolvimento do mesmo.

Em suma o projeto pretende dar “material” com o objetivo de possibilitar encetar processos de mudanças na lógica de intervenção individual sistémica com a finalidade de indicar aquele que pode ser o melhor caminho, porque não sendo sempre obrigatório mudar de direção, se essa possibilidade for oferecida, a escolha poderá acontecer, assim como as mudanças sociais (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

CAPITULO V. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO INCLUIR

5.1. Metodologia

O objeto de estudo da presente dissertação circunscreve-se à avaliação da eficácia de programas municipais de ação social, concretamente do PI e ao impacto que a sua implementação teve nos beneficiários, na comunidade e relacionamento inter institucional. Tendo por base essa expectativa de mudança nas intervenções e resultados finais através do PI, propomo-nos desenvolver um estudo que nos permita reconhecer a sua realidade, inicialmente, avaliando o cumprimento dos seus objetivos através da análise de critérios de verificação, e, num segundo momento proceder à análise dos desvios de implementação, nos casos em que os objetivos não foram cumpridos. Tendo por base os pressupostos deste estudo utilizamos a metodologia de avaliação de projetos e programas proposta por Mendes (2006) fundada na Teoria da Agência. Nesta metodologia os programas ou projetos são analisados nos seus próprios termos, ou seja, considerando como um dado os objetivos que se propõem alcançar e os instrumentos definidos para esse resultado. Assim sendo, numa primeira fase identifica-se os desvios de implementação (falhas ou sucessos) comparando os resultados da execução com os objetivos inicialmente traçados. Numa segunda fase procura-se fundamentações para esses desvios considerando a relação entre a entidade responsável pelo programa ou projeto e o seu público alvo como sendo uma relação de agência onde a primeira é o “principal” e o público alvo corresponde aos agentes. Assim, os desvios de implementação podem ser explicados pelo facto de um ou vários dos três tipos de restrições a que os agentes estão sujeitos nessa relação terem sido violados: restrições de

viabilidade, restrições de racionalidade individual e restrições de compatibilidade de incentivos (Mendes, 2006).

O tipo de restrições definido inicialmente prende-se com restrições de viabilidade das fases de implementação do projeto em alguns domínios, a saber a disponibilidade de recursos materiais, humanos, informacionais, financeiros, tecnológicos, bem como de limitações normativas, como é o caso de normas sociais formais e informais (Mendes, 2006). Mais especificamente, um programa ou projeto pode não ter alcançado os objetivos predefinidos porque não foram disponibilizados os recursos necessários para esse cumprimento, por exemplo recursos financeiros, humanos ou outros.

Mesmo quando todos os recursos indispensáveis ao alcance dos objetivos predefinidos são colocados à disposição dos “agentes”, um programa ou projeto pode falhar por razões que se prendem com restrições de racionalidade individual. Existindo liberdade de decisão dos agentes para aderirem ou não ao programa ou projeto, estes apenas vão aderir se o seu bem estar melhorar com essa participação, coisa que não acontece caso fiquem à margem do programa ou projeto. Assim sendo, mesmo que as restrições de viabilidade sejam garantidas, isto é, mesmo que tenham sido disponibilizados os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos do programa ou projeto, este pode falhar se a utilização desses recursos pelos seus potenciais beneficiários piorarem o seu bem estar, ou, pelo menos, eles entenderem a participação no programa ou projeto desta forma (Mendes, 2006).

Por último, mesmo considerando que um programa ou projeto foi traçado e colocado em prática de modo a que os dois tipos de restrições anteriormente mencionadas tenham sido garantidas, a sua implementação pode não ocorrer

no cumprimento dos objetivos predefinidos (Mendes, 2006). Isto pode acontecer porque os beneficiários do programa ou projeto utilizaram, com vantagem para eles, os recursos que este lhes disponibilizou, mas não o fizeram de modo condizente com os objetivos definidos para o programa ou projeto. Esta situação pode ocorrer se houve informação assimétrica e dificuldade da entidade responsável pelo programa ou projeto em acautelar os comportamentos oportunistas que esta situação pode ocasionar. Mais especificamente, a entidade promotora do projeto pode ter dificuldades em monitorizar eficazmente o modo como os beneficiários do programa ou projeto utilizam os recursos que este disponibiliza. Assim sendo, esses beneficiários podem utilizar esses recursos de modo incompatível com os objetivos do programa ou projeto, não podendo a entidade responsável fazer grande coisa para obviar a esta situação (Mendes, 2006).

Com base nesta metodologia, avaliamos a implementação do PI para que, através da verificação do cumprimento dos objetivos do projeto e consequente apuramento das razões que possam estar na base das falhas de implementação verificadas, se pudesse concluir acerca da sua eficácia. Entendemos que esta metodologia é a mais indicada para o estudo do PI pois garante uma análise completa da sua execução, contemplando os interesses e comportamentos dos seus múltiplos intervenientes.

Seguindo os passos da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), foram num primeiro momento identificados os objetivos do PI e definidos os critérios base à sua verificação. Posteriormente desenvolvemos a análise ao nível de cada um desses critérios e apuramos o seu nível de cumprimento individual para a amostra considerada. Finda a análise individual dos critérios, foram apuradas as percentagens de casos em que se considera que

o projeto foi eficaz. Isto é, calculamos o índice de eficácia do PI - IEPI. O objetivo último desta análise era compreender o comportamento do PI nos seus intervenientes / beneficiários e apurar a sua eficácia. Foram definidos 10 critérios para a verificação do cumprimento dos objetivos do PI e, conseqüentemente, para o apuramento da eficácia do projeto nos beneficiários que integram a nossa amostra. Para tal, consideramos importante a criação de um índice que refletisse o cumprimento dos critérios de forma conjunta. Este índice tinha como objetivo agregar os resultados da análise individual dos critérios de cumprimento de objetivos num único indicador que nos possibilitasse aferir a eficácia do projeto num determinado caso específico.

Considerando a eficácia como a comparação entre o resultado alcançado para um dado indicador e o índice padrão de aceitação (meta), definido para um determinado processo, definimos o índice de eficácia, neste caso, como sendo a comparação entre a soma dos graus de cumprimento obtidos dos vários critérios e a soma dos valores máximos que seria possível obter nos graus de cumprimento dos vários critérios, ou seja (Rodrigues, 2012)²⁹:

²⁹ O ICCO deverá expressar o resultado do grau de cumprimento de todos os critérios (GCC) analisados num determinado caso, calculando-se através da soma desses mesmos resultados: $ICCO = GCC1 + GCC2 + GCC3 + \dots + GCC10$. O ICCD corresponde à soma dos valores máximos da escala do grau de cumprimento de cada um dos critérios avaliados para um caso concreto: $ICCD = GCC1máx. + GCC2máx. + \dots + GCC10máx.$ Efetuamos estes cálculos de acordo com determinados pressupostos que são necessários explicitar: 1. Consideramos que todos os critérios deveriam de ter a mesma ponderação no cálculo do ICCO e do ICCD e, conseqüentemente, no IEPI; 2. Para o cálculo do ICCD de um determinado beneficiário, apenas tivemos em conta os critérios avaliados para esse mesmo beneficiário. Houve alguns casos em que nem todos os critérios foram avaliados, dado que o objetivo a que um dado critério estava associado não era um objetivo a atingir pelo beneficiário, nomeadamente, para um beneficiário cuja intervenção não contemplava a ação de alfabetização. Nesta situação o critério 4 foi tido como *não aplicável* pelo técnico que o avaliou. Considerando que os restantes critérios foram todos avaliados, o índice de cumprimento dos critérios desejável deverá corresponder à soma dos valores máximos das escalas dos critérios. Se incluíssemos também o valor máximo da escala do critério 4, consideraríamos que, atribuindo um valor zero GCC4, o projeto havia sido ineficaz nesse critério, o que não refletia a verdade. 3. Para calcular o ICCO e o ICCD os valores das escalas inicialmente definidos tiveram que ser ajustados. Os critérios 1, 2, 3, 7, 8 e 10 foram avaliados através do recurso a uma escala de medida cujos valores variavam entre 1 e 5. Para que não houvesse resultados distorcidos, fizemos uma alteração aos valores da

Andreia Gomes

$$IEPI_x = \frac{ICCO}{ICCD} \times 100$$

A correspondência da fórmula é a seguinte:

- IEPI – Índice de Eficácia do PI no beneficiário x;
- ICCO – Índice de cumprimento dos critérios obtido;
- ICCD – Índice de cumprimento dos critérios desejado;

Por último, esta metodologia teve como objetivo final sinalizar e clarificar as falhas de implementação do projeto. Para tal analisámos as restrições de implementação para cada um dos intervenientes da nossa amostra, de modo a compreender os motivos de menor eficácia.

Processo de recolha e tratamento de dados

Ao longo desta investigação socorremo-nos da combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Na fase exploratória, os métodos qualitativos, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, permitiu-nos construir a fundamentação teórica de suporte à presente dissertação, assim como as

escala de medida, de modo a variar entre o 0 e o 4. Por exemplo, relativamente ao critério 1 - realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa / intervenção sistémica do PI, no sentido da melhoria das suas competências pessoais; se num caso concreto este critério fosse avaliado, sendo-lhe atribuído o valor 1 (nenhumas mudanças), e lembrando que neste critério o ICCD seria o valor 5 (totais mudanças) por este ser o valor máximo da escala, o índice de eficácia neste caso seria de 20% (de acordo com a fórmula anteriormente apresentada). Portanto, mesmo não tendo existido nenhuma mudança a nível das competências pessoais, e tendo o técnico atribuído o valor mais baixo da escala na avaliação do critério, o grau de eficácia seria de 20%. Com a adaptação proposta da escala para um valor mínimo de zero e um valor máximo de quatro, o grau de eficácia neste beneficiário seria agora de 0%, o que corresponde à realidade (Rodrigues, 2012).

conversas informais com vários *stakeholders* que nos deram diversas visões acerca do projeto.

Após a seleção da amostra de estudo, procedemos à recolha de dados, iniciando pelos relatórios de execução anual do projeto e relatório de execução final do mesmo, numa primeira fase, assim como baseando-nos nas ilações provenientes do contacto direto a que estamos sujeitos pelo facto de assumirmos a função de mediação do projeto entre a entidade promotora³⁰ e entidade executora³¹. Esta função de mediação dotou-nos de informações de extrema pertinência e aplicabilidade nesta dissertação passíveis de recolha através da observação.³²

Posteriormente, demos continuidade à nossa investigação, através da recolha de dados utilizando as fichas de sinalização /planos de intervenção individuais (anexo II) e algumas histórias de vida elaboradas. Socorremo-nos da base de dados (*Microsoft Excel*) do projeto como instrumento de trabalho (informações acerca dos beneficiários e sua trajetória) e criamos uma base de dados em SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), que será um importante instrumento de análise da implementação realizada, permitindo testar as hipóteses de investigação. Com o decorrer da nossa análise constatamos que, pela natureza do projeto e objetivos deste, a subjetividade é um elemento muito presente nos planos de intervenção individual e resultados alcançados. Como forma de ultrapassar este constrangimento, aplicámos um inquérito à equipa multidisciplinar, com a finalidade de recolher a sua avaliação relativamente a

³⁰ Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

³¹ Centro Social de Santa Maria de Sardoura.

³² A observação é uma técnica bastante útil como complemento de outras técnicas de análise dos processos de ação e transformação social, pois permite apreender os comportamentos e os acontecimentos no próprio momento em que se produzem e recolher material de análise relativamente espontâneo (Quivy et Campenhoudt, 1992:199). Esta técnica permite-nos constatar e registar o comportamento espontâneo dos atores sociais e, como tal, permitiu-nos recolher informações acerca dos comportamentos e opiniões dos intervenientes do projeto.

cada caso da nossa amostra (anexo III) e que nos permitisse avaliar a eficácia do projeto. Para a análise deste instrumento criamos uma escala de medida. Idealmente considerar-se-ia o PI eficaz num determinado caso, se os 10 critérios definidos fossem consumados no seu conjunto. No entanto, convém referir que dada a subjetividade da avaliação de alguns dos critérios (1, 2, 3, 7, 8 e 10) definimos uma escala de medida com base na qual o cumprimento destes critérios seria avaliado (Quivy, 1992).

A escala utilizada foi a seguinte:

1	2	3	4	5
Nenhuma	Pouca	Alguma	Muita	Total

Deste modo, não será possível afirmar simplesmente que, por exemplo, houve ou não mudanças num determinado beneficiário ao nível da promoção das suas competências, mas sim afirmar se houve nenhuma, pouca, alguma, muita ou total realização de mudanças nesse sentido. Refira-se ainda que aparecerão casos em que a avaliação de determinado critério poder-se-á não aplicar, por não se ter definido como objetivo a cumprir. Os outros critérios possibilitam uma análise mais objetiva, dispensando assim a utilização de qualquer escala de medida.

Com o objetivo de recolher informação necessária à segunda fase da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006), e que consistia na análise dos três tipos de restrições de implementação, realizaram-se também

entrevistas (anexo IV) a três técnicos da equipa multidisciplinar³³ (psicólogo, assistente social e sociólogo). Estas foram transcritas, interpretadas e elaborados os registos da sua informação numa grelha de análise individual (anexo V). Posteriormente elaboramos uma nova grelha que reunisse o conteúdo de todas as entrevistas, para auxiliar a sua análise temática e comparativa (anexo VI). A análise do conteúdo das entrevistas foi feita através de abordagem quantitativa e qualitativa.

Realizamos também uma entrevista semi-estruturada ao coordenador do projeto (anexo VII), com a finalidade de atilar se, o PI na prática funcionou de acordo com a sua fundamentação teórica. Tínhamos também como objetivo perceber se a equipa multidisciplinar desempenhou as suas funções de acordo com a metodologia do projeto, assim como recolher alguma informação necessária à análise das restrições de implementação. Foi também colocada uma questão acerca da eficácia do projeto e outra destinada a informações complementares. Com os mesmos objetivos e acrescentando a compreensão do impacto do projeto ao nível do desenvolvimento do Município foi também elaborada uma entrevista ao presid.CM de Castelo de Paiva (anexo VIII).

Também para recolher a opinião dos parceiros do Projeto relativamente às questões em análise na dissertação, desenvolvemos um questionário (anexo IX). Numa fase posterior, e centrando-nos na nossa amostra, formulamos e testamos hipóteses explicativas de fenómenos observados utilizando os dados disponíveis, através de uma análise estatística, descritiva numa primeira fase e depois inferencial.

³³ Estas entrevistas foram realizadas presencialmente, gravadas e transcritas para a presente dissertação, acrescentando informações adicionais passíveis de acesso que de outro modo não teríamos, nomeadamente de expressões e sentimentos.

Seleção da amostra

A delimitação do campo de análise ocorreu em duas fases distintas, isto é, num primeiro momento centramos a nossa análise na avaliação da execução de todas as ações da candidatura ao longo dos diversos anos de execução (2006/2011), assim como nos 2 737 beneficiários que tiveram uma participação no mesmo³⁴. Numa segunda fase, centramos a nossa análise em 117 beneficiários e nos seus agregados familiares de forma indireta. A nossa opção deveu-se ao facto de estes terem participado no projeto desde janeiro de 2007, ano em que o mesmo já estava efetivamente implementado. Quando referimos agregados familiares, consideramos que uma intervenção num indivíduo integrado num determinado agregado familiar tem influência na dinâmica desse mesmo agregado familiar.

Para uma melhor compreensão e fundamento da nossa opção torna-se pertinente fazer algumas observações. Apesar de um elevado número de participantes no projeto, de acordo com a descrição estatística, há que ressaltar que existe uma repetição dos indivíduos nas diversas ações³⁵. No que concerne às estatísticas anuais elas refletem o número de participantes / beneficiários desde o início do projeto (acumulação de dados de ano para ano)³⁶, o que não reflete a realidade anual de execução do projeto de forma isolada. Houve um considerável número de beneficiários que tiveram participações pontuais e

³⁴ Nesta contabilização não foram consideradas as intervenções da equipa multidisciplinar, dado que estas são intervenções com os beneficiários e não os beneficiários em si, as ações ciclo de seminários e jornadas sociais.

³⁵ O mesmo indivíduo é contabilizado por exemplo na ação 1, na ação 2, na ação 3, ..., o que nos leva a uma inflação no número de participantes no projeto.

³⁶ Esta opção desvirtua os reais resultados estatísticos do projeto, contudo foi uma indicação dada pelas entidades que tutelavam a execução do projeto, nomeadamente o Instituto de Segurança Social. Esta opção pelo cumulativo transparece um aumento contínuo de ano para ano. Esta opção metodológica indica uma maior valorização dos números em detrimento do impacto real do projeto na comunidade em que é desenvolvido o projeto.

esporádicas nas ações/ anos do projeto, pelo que no nosso entendimento, não reuniam condições para serem alvo deste estudo empírico. Paralelamente, os beneficiários da ação 1 – estudo sobre a deficiência, apenas participaram no projeto (exceto 10) através de uma resposta a um inquérito de diagnóstico, o que não originou um impacto direto na melhoria das suas condições de vida³⁷. A ação 6. - ciclo de seminários e a ação 7. - jornadas sociais também tiveram participantes independentes e, muitos deles, não eram o público alvo do projeto em termos de intervenção social. Relativamente aos participantes na ação 8.- campos de férias, muitos deles foram crianças encaminhadas pela CPCJ de forma pontual e de acordo com os acordos de promoção e proteção em vigor.

Face ao exposto, optámos por centrar a nossa análise nos 117 beneficiários, pois deste modo podemos fazer uma avaliação real e empiricamente testada do impacto do projeto em termos da sua eficácia.

Relativamente às parcerias do projeto, consideramos a sua totalidade na amostra. Pretendemos analisar se as mesmas foram efetivamente potenciadas e se as entidades parceiras cumpriram com os compromissos firmados em sede de candidatura.

³⁷ No entanto, deu azo ao surgimento de novas respostas de intervenção territorial de proximidade, assim como à sinalização de situações desconhecidas em termos de locais de residência dos cidadãos portadores de deficiência.

CAPITULO VI. METODOLOGIA DE ANÁLISE DE IMPLEMENTAÇÃO DE MENDES (2006) APLICADA AO PI

O que nos dizem os números ...

A componente de avaliação da execução de qualquer projeto é um aspeto basilar na definição das políticas de ação social local. A existência de mecanismo de avaliação das medidas implementadas é fundamental para a aferição do seu impacto na promoção do desenvolvimento social local. A avaliação da execução de um projeto pode ser elaborada, partindo-se de uma análise da candidatura do mesmo para os resultados efetivamente alcançados. Para que se consigam assimilar todas as dinâmicas inerentes a cada uma das ações convém especificar o teor de cada uma delas e aquilo que foi efetivamente promovido, assim como ter em consideração o próprio contexto de implementação do projeto.

Qualquer projeto pode ser alvo de avaliação, podendo ser esta de diversos tipos, em diferentes momentos e centrada em diferentes metodologias.

Dada a especificidade do projeto vamos proceder, nesta fase, a uma análise individual das diversas ações tendo em conta o previsto em sede de candidatura e o efetivamente alcançado ao longo dos diversos anos de execução (julho de 2006 a julho de 2011) com o objetivo de avaliarmos a eficácia e a eficiência do mesmo.

Ação1 – Estudo/Diagnóstico da Deficiência

- **Objetivos do Projeto:** Elaboração de Diagnóstico da Deficiência em Castelo de Paiva (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Esta ação permitiu a criação de um importante instrumento de trabalho, pois só tendo conhecimento real sobre a problemática se pode ativar políticas de intervenção integradas e sustentadas com vista à integração e/ou reabilitação do cidadão portador de deficiência/incapacidade. Foram diagnosticados 334 casos de deficiência, dos quais 147 são do sexo feminino e 187 do sexo masculino.³⁸

Face ao exposto o objetivo proposto em candidatura foi executado.

Ação 2 – Oficinas Tradicionais

- **Objetivos do Projeto:** Reanimação das atividades económicas tradicionais, prevenindo comportamentos de risco através da estimulação de um desenvolvimento psicossocial sadio (potenciar a melhoria do relacionamento interpessoal e a valorização da auto estima) contribuindo para a aquisição de competências socio profissionais (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Esta ação promoveu a inserção ativa dos beneficiários através do desenvolvimento de Oficinas Tradicionais – Cerâmica, Gastronomia, Jardinagem, Tecelagem e Bordados. Estas, tiveram como finalidade a inclusão de públicos vulneráveis e/ou em risco de exclusão social e que, por diversos fatores, sentem dificuldades na inserção no mercado de trabalho. Esta ação foi frequentada por um público maioritariamente desempregado e beneficiário de RSI, sendo a maioria dos beneficiários do género feminino.

³⁸ Relativamente a tipologia, 144 são portadores de deficiência mental, 84 motora, 71 multideficiência, estando os restantes distribuídos por deficiência visual e auditiva. Este estudo revelou que existe baixa empregabilidade do cidadão deficiente, baixas qualificações e habilitações escolares e, ainda a existência de uma infinidade de barreiras que impedem o desenrolar de uma vida normal, muitos deles encontrando-se em situações de pobreza e exclusão social. Detetaram-se falhas a nível de acesso a cuidados de saúde, de apoio institucional. A nível de transportes, o que se verifica é que, ou não existem, ou são inadequados para este público (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em candidatura foi definida a constituição de 5 Oficinas Tradicionais direcionadas a 72 beneficiários por ano de execução, perfazendo um total de 360 indivíduos. Sendo que no primeiro e último ano em análise apenas podemos considerar metade dos beneficiários propostos anualmente (36).

Quadro n.º2

Beneficiários Oficinas Tradicionais

Julho 2006		2007		2008		2009		2010		Julho 2011		2006/2011			
Ef.	Taxa ³⁹	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.			Taxa
54	150 %	96	133 %	101	140 %	146	202 %	122	169 %	98	272 %	M	F	Total	171 %
												137	479	616	

Legenda: Ef. - Efetivos

Fonte: Candidatura e Relatórios de Execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 - 2011

Como podemos visualizar através do quadro anterior o total de efetivos superou os propostos em candidatura, o que também é passível de verificação através da análise das taxas de cobertura.

Face ao exposto, o objetivo foi executado (reanimação das atividades económicas tradicionais através da constituição das oficinas). Contudo, reportando-nos ao mesmo objetivo, existe também uma vertente qualitativa que tem que ser analisada numa fase posterior com maior acuidade – prevenção de comportamentos de risco através da estimulação de um desenvolvimento psicossocial sadio contribuindo para a aquisição de competências socio profissionais (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

³⁹ Taxa de cobertura: Efetivos/Candidatura

Ao longo dos anos em análise foi-se verificando algumas mudanças comportamentais nos beneficiários que participaram ativamente nesta ação, nomeadamente em termos de sociabilização e consequente integração social, mudanças de hábitos comportamentais no que concerne a consumos de álcool, a poucas condições de higiene pessoal e habitacional, assim como em alguns dos casos no acesso a uma refeição quente⁴⁰. Paralelamente a frequência desta ação mantém os beneficiários mais próximos do mercado de trabalho, dada a sua atividade constante em detrimento de uma passividade social que durante muito tempo vivenciaram (Equipa do projeto, 2011).

Ação 3 – Equipa Multidisciplinar

- **Objetivos do Projeto:** Desenvolvimento de um trabalho de prevenção e redução de riscos, através de uma intervenção sistemática e sistémica nos agregados familiares, potenciadora da (re) inserção social (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em candidatura não foram definidos números de intervenções, mas sim que a equipa multidisciplinar⁴¹ direcionava a sua atuação à totalidade dos beneficiários do projeto. Esta é o núcleo catalisador do desenvolvimento do projeto e a quem compete operacionalizar as diversas intervenções sistémicas individualizadas de modo a que existam reduções nas situações de pobreza e exclusão social. O trabalho é muito diversificado e, obrigatoriamente, personalizado tendo em conta as reais necessidades de (re) integração social de

⁴⁰ Muitas vezes esta refeição era a única do dia.

⁴¹ Equipa constituída por técnicos de Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Enfermagem, Direito e Ajudante Familiar.

cada beneficiário⁴². Centrou a sua atuação em diversos domínios, investindo significativamente na prevenção e redução de riscos, na intervenção em agregados familiares em situação de emergência social, assim como não foram descurados os fatores causadores das situações de vulnerabilidade (Equipa do Projeto, 2011).

⁴² Todas as intervenções realizadas, tendo em conta que o mesmo indivíduo foi alvo de diversas, tiveram como finalidade abarcar todas as dimensões do indivíduo e permitir o reforço da cidadania, a aquisição de saberes/competências e também o acesso a direitos fundamentais, muitas vezes desconhecidos ou inacessíveis.

Quadro n.º 3

Descrição das Intervenções da Equipa Multidisciplinar

Intervenções/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Visitas as oficinas tradicionais	29	208	288	240	125	105
Visitas a outras ações do projeto	6	70	113	98	33	26
Consultas (psicologia, serviço social, jurista, enfermeiro)	20	146	248	262	825	149
Limpezas de espaços adstritos ao projeto	23	971	789	584	0	136
Visitas domiciliárias	36	130	213	100	84	35
Encaminhamento para outras entidades sociais	0	26	0	0	0	3
Serviços de apoio domiciliário	81	3 402	4 680	4518	5300	4 523
Intervenção Ajudante Familiar	25	332	0	0	0	0
Transportes (beneficiários e monitores para as ações)	36	3 056	4 664	10 902	11 952	10569
Ações de Sensibilização	2	5	0	0	0	0
Realojamentos	0	0	0	3	0	0
Total	258	1 888	1 651	5 802	17728	11023

Fonte: Candidatura e Relatórios de Execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

Analisando os dados, concluímos que o trabalho da equipa multidisciplinar é transversal a todo o desenvolvimento do projeto. Face ao exposto concluímos que a ação foi executada.

Ação 4 – Alfabetização

- **Objetivos do Projeto:** Ensino de competências básicas potenciadoras da resolução de problemas do dia a dia e interpretação de saberes funcionais da vida quotidiana (saber ser, saber estar); redução dos índices de analfabetismo e/ou baixa taxa de escolaridade (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em candidatura foram apostos 60 beneficiários subdivididos em 4 grupos por ano, com frequência total de 400 horas anuais de alfabetização, perfazendo um total de 300 beneficiários, sendo que em 2006 e 2011 apenas foram apostos 30 beneficiários/ano em causa (200 horas de formação para 2 grupos).

Quadro n.º 4

Beneficiários de Alfabetização

Julho 2006		2007		2008		2009		2010		Julho 2011		2006/2011			
Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.			Taxa
23	77 %	46	77 %	68	113 %	77	128 %	70	116 %	48	160 %	M	F	Total	111 %
												66	266	332	

Legenda: Ef.- Efetivos

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

As ações de alfabetização foram, prioritariamente dirigidas a membros de famílias problemáticas, destinatários de outras ações do projeto. A sua finalidade foi a aquisição de competências básicas que permitam a resolução e interpretação de saberes funcionais da vida quotidiana, assim como para alguns beneficiários, um aumento da sua escolaridade (Núcleo Executivo da Rede

Social, 2005). No decorrer do ano de 2008, foram realizadas 6 ações de Alfabetização, direcionadas para um público que pretendia revalidar e certificar competências escolares ao nível do 9.º ano de escolaridade (com duração de acordo com as necessidades).⁴³

As ações foram realizadas em diferentes freguesias do concelho, abrangendo uma diversidade de beneficiários e permitindo uma valorização das competências escolares. Esta descentralização possibilitou que, independentemente das questões que se fazem sentir em Castelo de Paiva e que dificultam o acesso a (in) formação, todos os interessados tivessem acesso à certificação escolar – equivalência ao 9.º ano (48 beneficiários elevaram a sua escolaridade). Face ao exposto podemos afirmar que a ação foi executada. A avaliação efetuada em termos de taxas de aprovação foi sempre superior a 90%, sendo que em 2009 atingiu os 100%.

Ação 5 – Formação Sócio Comunitária

- **Objetivos do Projeto:** Melhoria das competências pessoais e sociais das famílias vulneráveis e/ou em risco de exclusão social contribuindo para a sua integração social, através da promoção de competências para a alteração de percursos de vida (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em termos de candidatura foi proposto a realização de 12 ações por ano distribuídas, homogeneamente, por cada uma das nove freguesias do concelho, com uma carga horária de 30 horas de formação. Em 2006 e 2011 apenas se encontravam propostas a realização de 6 ações/ano em causa. A ação foi executada.

⁴³ Os conteúdos programáticos foram reajustados tendo em vista a abordagem de temáticas que integram a formação de base do processo de RVCC- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

A indicação de formandos passou pela equipa multidisciplinar, sendo a quem compete a proposta dos beneficiários a integrar, tendo em conta a intervenção sistémica que opera ao longo de todo o projeto.

Quadro nº 5

Beneficiários / Formação Socio Comunitária

Beneficiários			
Anos	Propostos	Efetivos	Taxa de Cobertura
2006	54	54	100%
2007	144	127	88%
2008	144	138	96%
2009	144	130	90%
2010	48	91	190%
2011	12	12	100%
Total		552 (130 M 422 F)	

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 - 2011

Esta ação desenvolveu-se essencialmente na promoção para a aquisição de autonomia pessoal, do saber ser, saber fazer e saber estar, dotando os seus beneficiários de ferramentas para a mudança de comportamentos e atitudes. Abordaram-se temas distintos:

Quadro n.º 6

Temáticas das Ações de Formação

Economia doméstica e Orçamento Familiar	Violência Domestica
Higiene Habitacional e Alimentar;	O álcool e outro tipo de dependências
Arranjo do Lar	Um novo olhar sobre a deficiência
Prevenção de Acidentes Domésticos	Direitos e Deveres dos Cidadãos
Apoio aos filhos nas atividades escolares	Sexualidade
Atividades Lúdicas e Educativas com os Filhos	Apresentação pessoal
A importância dos afetos	Gestão de conflitos

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

Todas estas ações foram orientadas para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, facilitadoras de (re) inserção profissional e que, simultaneamente permitiam minorar comportamentos de risco. (Equipa do PI, 2011).

Esta ação foi executada e todos os participantes tiveram uma avaliação positiva.

Ação 6 – Ciclo de Seminários

- **Objetivos do Projeto:** Informação / Avaliação aos resultados do projeto, desvios e medidas de correção implementadas (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em candidatura foi apostado a realização de 1 Seminário, por ano de execução do projeto, o que foi concretizado, perfazendo uma taxa de execução de 100%.

O ciclo de seminários revestiu-se de grande importância, pois contribuiu para a monitorização, para a divulgação e para perceber se os objetivos inicialmente propostos foram efetivamente atingidos. Paralelamente a esta metodologia de divulgação, no âmbito do projeto foram criados outros instrumentos como veículos de informação à comunidade, acerca da execução do mesmo: Jornal Incluir, Panfletos, Cartazes, programas radiofónicos e um filme.

Ação 7 – Jornadas Sociais

- **Objetivos do Projeto:** Prevenir comportamentos de risco através da promoção de comportamentos seguros de modo a aumentar o auto controle da pessoa em risco de exclusão e potenciar a sua participação na sociedade, enquanto cidadão ativo (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Foi proposto em sede de candidatura a realização de 4 Jornadas Sociais/ano, perfazendo um total de 20 Jornadas. Esta ação teve uma taxa de execução de 100%.

Estas incidiram em problemáticas atuais relacionadas com a vulnerabilidade e a exclusão social, contribuíram para a mudança nos estilos de vida e para uma nova forma de compreensão dos problemas sociais. Foram transmitidas através dos meios de comunicação locais, pelo que houve a possibilidade de serem acedidas por toda a população residente no concelho (destinatários previstos em candidatura - 17338). Esta ação, apesar de realizada, não nos permite afirmar que abrangeu todos os beneficiários propostos.

Ação 8 – Campo de Férias

- **Objetivos do Projeto:** Reduzir as assimetrias sociais, culturais e desportivas no seio da infância/juventude no que se reporta ao acesso a bens e serviços e, simultaneamente, promover a sua qualidade de vida e o bem estar socio afetivo (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em termos de candidatura foi definida a realização de 4 momentos da ação: momento I – Férias Carnaval; momento II – Férias da Páscoa; momento III – Férias de Verão⁴⁴ e momento IV – Férias de Natal direcionados a 12 crianças cada, perfazendo um total de 48 crianças por ano. Em 2006 e 2011 apenas direcionada a 24 crianças/ano. Na totalidade do período do projeto em análise a ação destinou-se a 240 crianças.

Quadro n.º7

Crianças que participaram nos Campos de Férias

Julho 2006		2007		2008		2009		2010		Julho 2011		2006/2011			
Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.			Taxa
46	230 %	53	110 %	92	191 %	71	147 %	44	92 %	46	191 %	M	F	Total	147 %
												249	103	352	

Legenda: Ef.- Efetivos

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

⁴⁴ Relativamente a este momento foi realizado em alguns anos em três edições dada a procura por este tipo de resposta.

Esta ação⁴⁵, embora desenvolvida nos espaços do parceiro AJSNSI, não se limitou aos mesmos, tendo tido momentos de realização noutras locais do concelho. Veio colmatar um défice existente relativamente às atividades de animação sócio-cultural-educativas e surgiu como uma resposta às vulnerabilidades sentidas por muitas famílias que, em tempo de férias escolares, não têm respostas sociais para as necessidades sentidas⁴⁶.

A avaliação efetuada pelas crianças em termos de satisfação relativa à frequência da ação foi sempre muito positiva.

A ação contribuiu para a diminuição de situações de exclusão social, dado que afastou temporariamente as crianças do meio socioeconómico desestruturado, do qual muitas fazem parte e concomitantemente, possibilitou o desenvolvimento de aptidões cognitivas, sociais e intelectuais. A frequência da ação visa a prevenção e a intervenção precoce, assim como o acesso a atividades que potenciam a interajuda, o desenvolvimento de relações interpessoais, que de outro modo lhes estavam vedadas.

Muitos dos encaminhamentos são efetuadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castelo de Paiva.⁴⁷

Ação 9 - Espaço Ser Mais Criança

- **Objetivos do Projeto:** Aumentar e estimular os índices de socialização e estruturação de personalidades desviando as crianças de comportamentos indutores de exclusão social. Socialização e

⁴⁵ Ação permitiu a recuperação de saberes e jogos tradicionais, revitalizou e reanimou espaços, potenciou a aprendizagem de práticas saudáveis e contribuiu para o desenvolvimento intelectual, criatividade e imaginação dos participantes.

⁴⁶ Esta ação foi em alguns momentos alargada a pessoas com deficiência/incapacidade.

⁴⁷ A frequência desta ação foi uma cláusula de alguns acordos de promoção e proteção assinados entre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castelo de Paiva e os agregados familiares em acompanhamento e com processo de promoção e proteção.

desenvolvimento psicossocial sadio de crianças provenientes de agregados familiares vulneráveis e desestruturados através da prevenção de comportamentos de risco (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em termos de candidatura foram apostos 12 crianças/mês a frequentar este espaço, perfazendo um total de 144 crianças por ano. Relativamente a 2006 e 2011, apenas contabilizamos 72 crianças/ano em questão.

Esta ação destinou-se a crianças provenientes de agregados familiares inseridos em contextos de alguma vulnerabilidade social, e corporizou-se em diversos ateliês que permitiram estimular o comportamento e facilitar o desenvolvimento psicossocial⁴⁸.

Quadro n.º8

Crianças que participaram no Espaço Ser Mais Criança

Julho 2006		2007		2008		2009		2010		Julho 2011		2006/2011			
Ef.	Taxa ⁴⁹	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.			Taxa
10	13 %	24	17 %	33	23 %	24	17 %	13	9,03 %	13	18 %	M	F	Total	16 %
												58	59	117	

Legenda: Ef.- Efetivos

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

⁴⁸ As atividades desenvolvidas passaram por *ateliers* de expressão plástica, desporto (perícia, manipulação, deslocamentos e equilíbrios, dança), jogos, percursos pela natureza, incutindo preocupações ambientais (papelart, reutilização de materiais, separação de resíduos, água, energias renováveis, espaço compostagem), atelier de música (sons, canções, corpo, dança, instrumentos) e atelier de informática.

⁴⁹ Taxa de cobertura: Efetivos/Candidatura.

Face aos dados apresentados podemos afirmar que a ação foi executada, apesar do seu baixo grau de execução anual.

Ação 10 – Espaço de Inclusão Digital

- **Objetivos do Projeto:** Redução da infoexclusão através da capacitação das crianças, adultos e idosos na área das novas tecnologias de informação e comunicação (Núcleo Executivo da Rede Social, 2005).

Em candidatura foi definida a realização de uma ação/ mês, direcionada a cada uma das 9 freguesias do concelho, destinadas a 12 formandos cada, perfazendo um total de 108 formandos anualmente (540 total projeto). Em 2006 foram projetadas 4 ações (48 formandos) e em 2007, 5 ações (60 formandos).

Quadro n.º9

Formandos do Espaço de Inclusão Digital

Julho 2006		2007		2008		2009		2010		Julho 2011		2006/2011			
Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.	Taxa	Ef.			Taxa
69	127 %	101	93 %	108	100 %	68	63 4%	44	41 %	44	81 %	M	F	Total	80 %
												148	286	434	

Legenda: Ef.- Efetivos

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

Esta ação contribuiu para a redução da infoexclusão, num concelho onde a mesma assume grande expressividade⁵⁰. Desenvolveu-se nas diferentes freguesias do concelho e abrangeu toda a população: crianças, jovens, adultos.

⁵⁰ Estar excluído das técnicas de informação e comunicação é ficar afastado das oportunidades oferecidas pela sociedade, nomeadamente no domínio da empregabilidade.

Em articulação com as ações de Alfabetização, o Espaço de Inclusão Digital, assumiu e teve um papel muito importante para a certificação escolar⁵¹.

Esta ação foi executada. Em termos de taxa de aprovação foi extremamente positiva e permitiu a aquisição de conhecimentos na área da informática.

Após a avaliação pormenorizada, ação a ação importa ser efetuada uma avaliação ao objetivo geral do projeto: Promoção da inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combate ao isolamento, à desertificação e à exclusão social. A avaliação terá que ser feita tendo em consideração todos os dados anteriormente apresentados, nomeadamente o facto de todas as ações terem sido superadas, o que nos evidencia uma avaliação positiva. Paralelamente à execução do estabelecido em sede de candidatura foram desenvolvidas outras ações que foram criadas ao longo da realização do projeto, nomeadamente, Serviço de Apoio Domiciliário Incluir, Centro Ocupacional para Deficientes, Paiva Amigo, Envelhecer Animado e Alojamento para Sem Abrigo, dados os diversos diagnósticos de intervenção traçados para cada indivíduo.

O fator de sustentabilidade previsto em sede de candidatura foi formalizado e executado, tendo sido constituída a ICA – Incluir Artesanal Cooperativa, CRL que alberga as oficinas tradicionais e continua a ser a resposta a alguns dos beneficiários que passaram por este Projeto.

O quadro seguinte permite-nos avaliar o grau de execução do projeto:

⁵¹ Os interessados em certificar as competências adquiridas ao longo da vida tiveram, nesta ação, um apoio ao nível de transmissão de conhecimentos relacionados com as TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação permitindo a construção do dossier de competências pessoais.

Quadro n.º 10

Taxa de Execução 2006/2011

Ação	Taxa de Execução	Média Taxa Execução
	Ação	Projeto
Estudo/Diagnóstico Deficiência	100%	103 %
Oficinas Tradicionais	171%	
Equipa Multidisciplinar	100%	
Alfabetização	111%	
Formação Sócio - Comunitária	100%	
Ciclo de Seminários	100%	
Jornadas Sociais	100%	
Campo de Férias	147%	
Espaço Ser Mais Criança	16%	
Espaço de Inclusão Digital	80%	

Fonte: Candidatura e Relatórios de execução Anuais, Câmara Municipal de Castelo de Paiva e Centro Social de Santa Maria de Sardoura, 2006 – 2011.

A avaliação pelos dados quantitativos foi extremamente positiva, com exceção da ação Espaço Ser Mais Criança. As taxas de cobertura são, na sua maioria, superiores o que revela uma efetiva concretização do projeto. Contudo, importa refletir sobre a eficácia das ações executadas, nomeadamente na minoração de

situações de pobreza e exclusão social no decurso e após implementação do projeto, assim como testar as hipóteses da presente dissertação.

Tendo por base de análise a metodologia de Mendes (2006), e limitando-nos à análise de dados estatísticos anteriormente apresentados, constatamos que as restrições de viabilidade não foram um entrave à efetiva implementação do projeto, mas são-no em termos de continuidade do mesmo⁵² tendo por base a parca disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais. Para uma análise e aplicação da restante metodologia temos que avançar para a análise de dados qualitativos e da amostra considerada na presente dissertação.

6.1. Caracterização da amostra

6.1.1. Caracterização Beneficiários

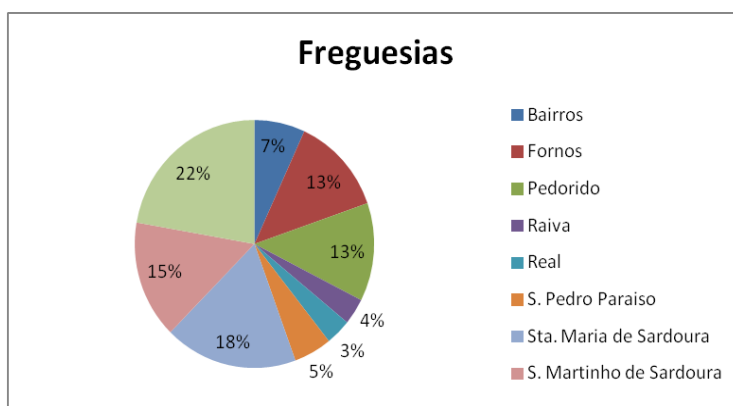
A nossa amostra é constituída por 117 cidadãos que participaram no projeto desde 2007 até 2011 de forma contínua; destes, 13 eram do sexo masculino e 104 do sexo feminino, representando respetivamente 11.1% e 88.9% do total de cidadãos.

No que concerne às freguesias de residência denota-se uma maior preponderância das freguesias de Sobrado (22.2%), Santa Maria de Sardoura (17.9%), São Martinho de Sardoura (15.4%), Fornos (12.8%) e Pedorido (12.8%), em detrimento das restantes. Estas freguesias embora rurais, caracterizam-se pela transição entre a ruralidade e a urbanização.

⁵² Continuidade da totalidade das ações do projeto (10 ações acrescidas de outras 4 implementadas no decorrer do mesmo).

Gráfico n.º 1

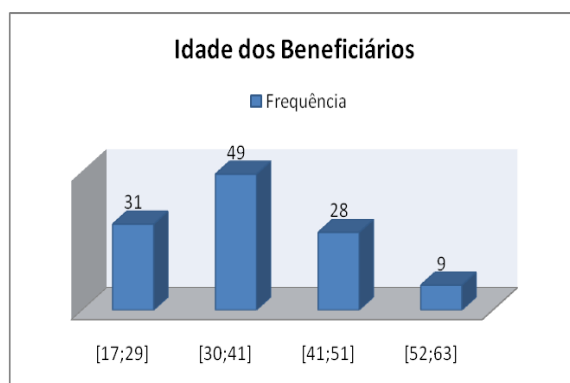
Freguesias de Residência



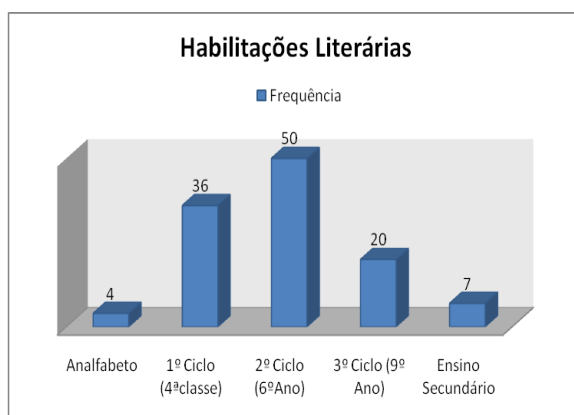
Em termos de idade dos beneficiários, esta variava entre os 17 e os 63 anos de idade, tendo uma média de 36,56 anos e um desvio padrão de 9.873.

Gráfico n.º 2

Idades dos Beneficiários



No que se reporta às habilitações escolares, constatámos que a maior incidência surge no 2.º ciclo (42.7%), seguindo-se o 1.º ciclo (30.8%) e, posteriormente, o 3.º ciclo (17.1%). Assim sendo, encontramos-nos perante uma amostra com baixos níveis de habilitações literárias.

Gráfico n.º 3**Habilitações Literárias**

Dos beneficiários pertencentes à nossa amostra, 104 encontravam-se desempregadas e 13 na condição de outro (prestadores de serviços pontuais, sem vínculo e sem remuneração fixa), representando respetivamente 88.9% e 11.1% do total de beneficiários. Relativamente aos principais motivos que apontavam para a sua situação de desemprego, 62.4% assume a inexistência de ofertas no mercado e 17,9% o baixo nível de escolaridade. Esta constatação permite-nos afirmar que a incipiência de respostas ao nível de ofertas, ainda se agudiza mais quando nos encontramos perante uma população com baixos níveis de escolaridade e sem o *Know-how* necessário para garantir a sua empregabilidade. Reportando-nos aos dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional disponíveis em 2011, podemos afirmar que 60% da população desempregada tinha escolaridade até o 2.º ciclo do ensino básico.

Quadro n.º 11**Desempregados por nível de escolaridade**

Níveis de Escolaridade	Números	Percentagem
<1.º Ciclo EB	58	4 %
1.º Ciclo EB	397	26 %
2.º Ciclo EB	463	30 %
3.º Ciclo EB	379	25 %
Secundário	170	11 %
Superior	59	4 %
Total	1526	100 %

Fonte: Estatísticas concelho de Castelo de Paiva, Estatísticas por concelho, IEFP, Dezembro 2011.

Consideramos importante dissecar a tipologia das famílias / agregados familiares dos beneficiários em análise e verificamos que 64.1% do total dos beneficiários pertenciam a famílias nucleares⁵³, 16.2% a famílias

⁵³ É uma unidade formada por um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, tendo pelo menos um filho (INE – Sistema de Metainformação, 2011)

monoparentais⁵⁴, 10.3% a famílias alargadas⁵⁵, 5.1% unitários⁵⁶ e 4.3% agregado familiar recomposto⁵⁷.

No que diz respeito às condições habitacionais, a casa individual é a tipologia de alojamento com maior expressividade (76.1%). Esta situação reflete a ruralidade do concelho, pois numa zona urbana a casa individual é substituída por apartamentos e bairros sociais.

Quadro n.º 12

Zona de Residência

	Frequência	Percentagem
Zona de Apartamentos	4	3,4
Zona de Vivendas	86	73,5
Bairro Social	12	10,3
Área Degradada	15	12,8
Total	117	100,0

No que se reporta à propriedade da casa onde residiam os beneficiários, 40.2% era alugada, 38.5% própria, 16.2% de família, 3.4% emprestada e 1.7% outra situação. Em termos de estado de conservação, 55.6% apontam como razoável, 24.85% como bom e 12.8% como mau. No que concerne a água canalizada 9.4% dos beneficiários não possuíam, assim como 0.9% dos beneficiários não possuía eletricidade.

⁵⁴ Núcleo familiar que integra apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filhos (INE – Sistema de Metainformação, 2011)

⁵⁵ Coabituação de várias gerações (avós – filhos – pais – filhos, primos, tios, ...) (INE – Sistema de Metainformação, 2011).

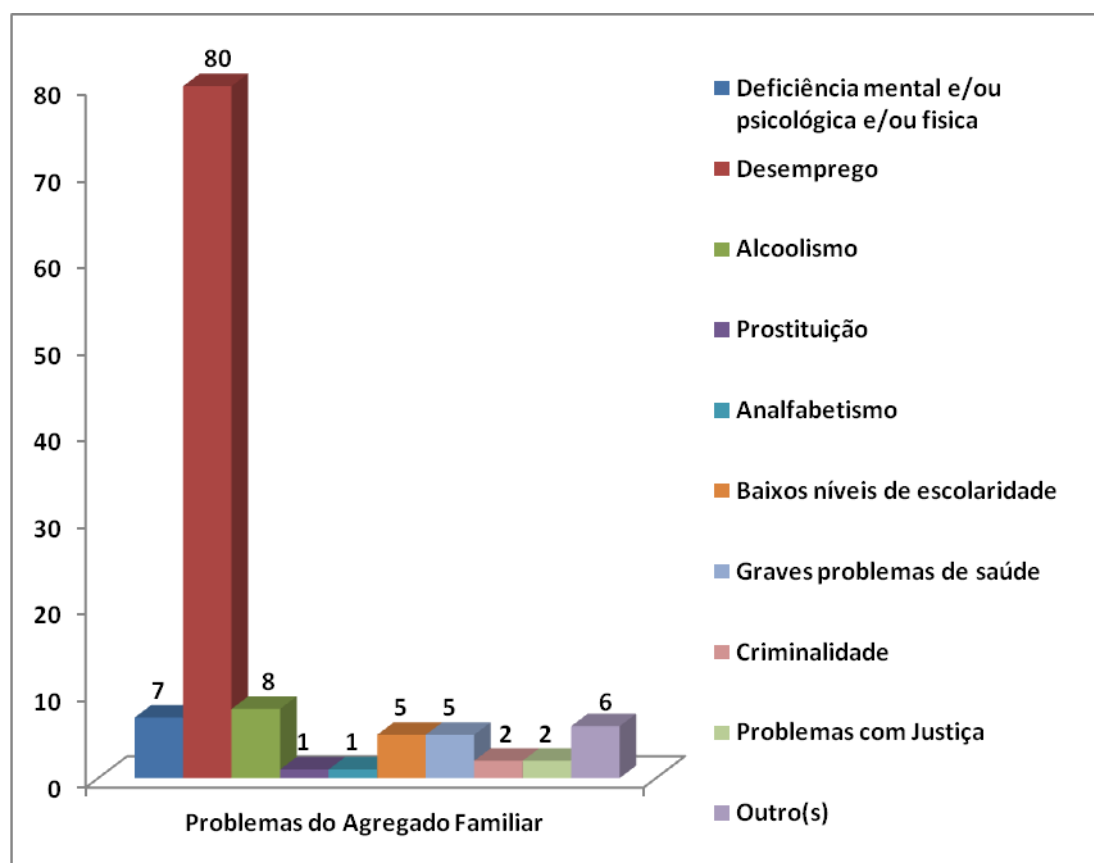
⁵⁶ Constituída apenas por um elemento (INE – Sistema de Metainformação, 2011).

⁵⁷ Núcleo familiar que consiste num casal “de direito” ou “de facto” com um ou mais filhos naturais ou adotados, sendo, pelo menos, um deles filho, apenas, de um dos membros do casa (INE – Sistema de Metainformação, 2011)

Relativamente aos problemas assumidos, enquanto problemas dos seus agregados familiares, o desemprego surge como o principal (68.4%), assumindo os restantes expressões residuais. Contudo, dada a especificidade da nossa amostra e, dado que, os resultados em análise são a expressão de uma auto avaliação de cada beneficiário, há que ter em consideração o facto de que associados a este problema surgem muitos outros, caraterísticos da disfuncionalidade social. O alcoolismo surge com 6.8% e os outro(s)⁵⁸ com 5.1%.

Gráfico n.º 4

Problemas do Agregado familiar identificados pelo Beneficiário

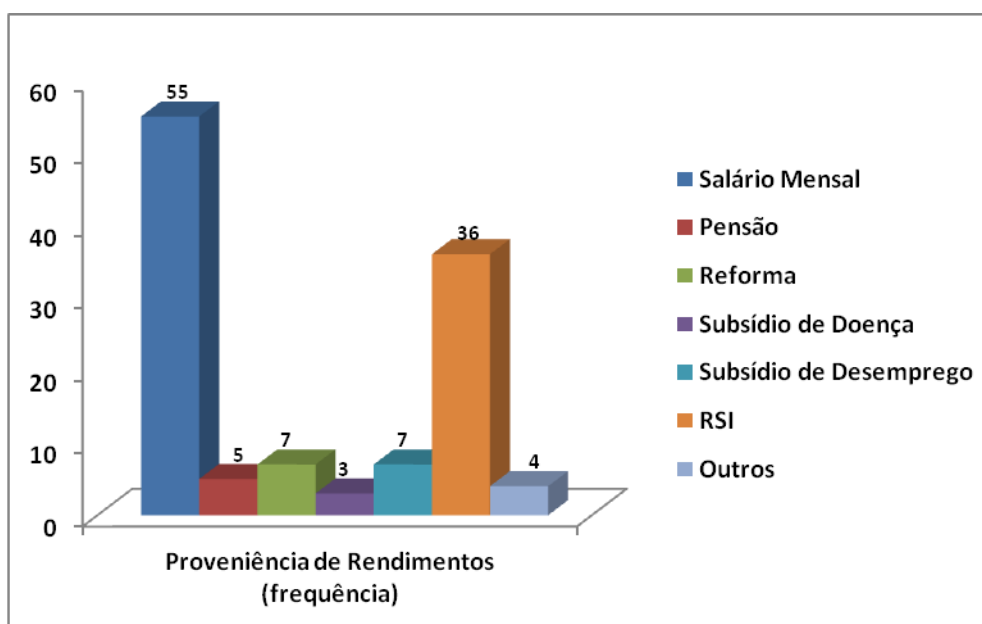


⁵⁸ Nesta variável são identificados os problemas sociais na sua totalidade, isto é não consideramos por exemplo apenas o problema do alcoolismo, mas sim este associado a todos as consequências / comportamentos disfuncionais advindos deste problema, por exemplo violência doméstica, negligência parental, delinquência, criminalidade, etc.

Relativamente à proveniência dos rendimentos do agregado familiar, constatamos que em 47% é do salário mensal de elemento(s) do agregado, 30.8% da prestação social Rendimento Social de Inserção (RSI)⁵⁹ e os restantes assumem valores residuais, tal como pode ser verificado pela análise do gráfico seguinte.

Gráfico n.º 5

Proveniência dos rendimentos do agregado familiar



Contudo, apesar da existência de rendimentos no agregado familiar, eles assumem valores baixos, contribuindo para o surgimento de situações de pobreza e exclusão social. Analisando a nossa amostra constatamos que 87.2% dos agregados familiares dos beneficiários têm um rendimento mensal que se

⁵⁹ é uma medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social e é constituída por: um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente; uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas. As pessoas, para receberem o RSI, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional (lei n.º 13/2003 de 21 de Maio).

cifra entre <250.00 € a 500.00€. Apenas 12.8% têm rendimentos entre os 500.00€ e os 1000.00€. Tal como define Bruto da Costa (2001), estes agregados familiares encontram-se em situação de exclusão social de tipo económico, pois está patente a privação e a falta de recursos, originando más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional e emprego precário. Podemos afirmar que os dados em análise se enquadram na definição de pobreza de Eduardo Vítor Rodrigues (2000), dado que este assenta o conceito de pobreza em pressupostos de cariz economicista das condições de vida dos indivíduos. Os conceitos de pobreza e exclusão social, tal como anteriormente referenciado, têm uma ideia chave em comum, privação múltipla e continuada de recursos e direitos, visível em múltiplos domínios e situações. Pensamos que os dados em análise permitem constatar e confirmar as referências teóricas apresentadas.

Os baixos rendimentos dos agregados familiares da amostra dão azo à identificação de problemas que os afetam e, que nos levam à identificação de situações de pobreza e exclusão social.

Quadro n.º 13**Problemas financeiros do agregado familiar**

	Frequência	Percentagem
Pagamento de contas correntes (água, luz, etc.)	46	39,3
Pagamento do empréstimo (carro, casa)	20	17,1
Pagamento de despesas com a alimentação	16	13,7
Outros	15	12,8
Pagamento da Renda de Casa	11	9,4
Pagamento de despesas com a educação	5	4,3
Pagamento de despesas com a saúde	3	2,6
Pagamento de compras a prestações	1	,9
Total	117	100,0

Como podemos verificar o pagamento das contas correntes, dos empréstimos (carro, casa), das despesas com a alimentação e da renda da casa são os mais notórios, permitindo-nos constatar que, de tal modo, estes agregados familiares têm muitas dificuldades em assegurar as condições básicas à vida humana, nomeadamente o direito à habitação, à educação, à saúde, entre outros. São múltiplas as explicações que são dadas pela nossa amostra para estas dificuldades:

Quadro n.º 14**Explicação para os problemas financeiros**

	Frequência	Percentagem
Outros	68	58,1
Despedimentos de alguns elementos do agregado	13	11,1
Salários em atraso/não pagamento de salários	11	9,4
Doença prolongada de alguns elementos do agregado	11	9,4
Atrasos no pagamento das pensões da Segurança Social	9	7,7
Atrasos nos pagamentos dos subsídios de desemprego	5	4,3
Total	117	100

Como podemos verificar as questões correlacionadas com a situação de inexistência de uma remuneração mensal pelo (des) emprego, assim como por questões de saúde, assumem grande expressividade nesta análise, contudo há que ressaltar que a variável “outros” assume uma percentagem muito elevada (58.1%). Analisando esta situação, e tendo por base o conhecimento do meio, beneficiários e projeto em si, afirmamos que se deve às disfuncionalidades familiares características destes indivíduos, às dificuldades em termos de gestão de orçamentos e economia doméstica. Muitos destes indivíduos, senão a maioria, fazem parte de agregados familiares multiproblemáticos, desorganizados, com poucas competências definidas e/ou existentes o que condiciona as formas de vivência quotidiana.

Segundo a opinião da nossa amostra, fazendo uma retrospectiva à sua vida nos últimos 5 anos, constatámos que 62.4% assumem que a sua situação financeira piorou, 30.8 % que se manteve e apenas 6.8% que melhorou. Estes valores são o reflexo do anteriormente referido, com o acréscimo da difícil situação do

concelho de Castelo de Paiva em termos de (re) inserção profissional dos indivíduos.

Esta afirmação pode ser validada através da análise dos resultados obtidos quando confrontamos os beneficiários com a identificação das principais dificuldades em termos de território / meio de residência. 71.8 % dos beneficiários identifica o emprego/desemprego como a principal dificuldade do meio, seguindo-se o ensino/formação profissional (13.7%) e os transportes (8.5%). Todos estes problemas estão associados, sendo que a formação profissional é por muitos vista como uma fonte de rendimento e não de aprendizagem e/ou reconversão profissional. Os transportes, dada a sua incipiência são um constrangimento à mobilidade interna e externa ao município, contribuindo também para as dificuldades de (re) inserção profissional.

Apesar das dificuldades existentes em termos de território, os elementos da nossa amostra também não têm proatividade em termos de mudança de condição de desempregado.

Quadro n.º 15

Estratégias mudar situação de desemprego

	Frequência	Percentagem
Nada	9	7,7
Inscrevi-me no Centro de Emprego	60	51,3
Pedi ajuda à Segurança Social	24	20,5
Contatei várias empresas	20	17,1
Outra Situação	4	3,4
Total	117	100,0

Centrando a nossa análise nestes dados e, tendo em consideração que 30.8% da nossa amostra é beneficiária de Rendimento Social de Inserção, podemos afirmar que a inscrição no serviço de Emprego é condição para receber a prestação social, pelo que pode ser analisada apenas como uma formalidade necessária e não como o reflexo de uma procura ativa de (re) inserção profissional. Paralelamente, o pedido de apoio à Segurança Social não tem em vista a (re) inserção profissional em si, mas um apoio económico eventual e, em muitos casos, uma subsidiodependência que impera face à (re) inserção no mercado de trabalho. No que concerne ao contato com as empresas, pode ser analisado como uma opção individual de (re) inserção profissional, assim como uma obrigatoriedade advinda do facto de serem beneficiários do subsídio de desemprego que obriga a uma procura ativa de emprego comprovada através de registos. Como verificamos também existem elementos da nossa amostra que assumem não ter feito nada para alterar a sua situação, limitando-se a transferir as suas obrigações para a comunidade; para estes, a sua condição atual deve-se ao território / comunidade e são os serviços quem têm que lhes alterar a sua situação, assumindo uma postura de passividade.

6.1.2. Diagnóstico Inicial dos Beneficiários

Dos 117 elementos da nossa amostra, 75.2% pertenciam a agregados familiares caracterizados por existência de disfunções sociais no seu seio e 24.8% a agregados familiares funcionais. Urge definir o que são famílias disfuncionais para uma melhor caracterização da nossa amostra. Assim sendo, estas, são famílias em que os conflitos, a má conduta e muitas vezes o abuso por parte dos membros individuais ocorrem continuamente e regularmente, sendo tais

comportamentos interiorizados como normais. Disfuncional reporta-se ao não cumprimento de determinada função social ou papel social na sociedade, assim como à família com problemas com expressividade elevada no quotidiano, nomeadamente violência doméstica, problemas de saúde mental, negligência parental, consumos de estupefacientes, situações de relacionamento conflituoso entre membros, subsidiodependência, inexistência de regras de comportamento, etc. Este grupo familiar será onexo entre o indivíduo e a sociedade e neste sentido, os problemas familiares podem-se trasladar para fora, para a sociedade (br.innatia.com, 2012).

A família não é algo natural ou dado, é parte de um processo de construção social que tem uma origem e um fim na sociedade, pautada por normas e valores orientados para a convivência saudável entre os diversos elementos da sociedade (br.innatia.com, 2012). Esta afirmação transparece o grande objetivo de trabalho da equipa multidisciplinar no que concerne a alteração de condutas e de comportamentos em prol de uma inclusão das famílias disfuncionais.

Outro fator avaliado no processo individual dos beneficiários é a existência ou não de baixa escolaridade, constatando-se que 81.2% da nossa amostra tem baixa escolaridade.

No que se reporta a variável baixa empregabilidade, esta caracteriza quase a totalidade dos beneficiários do projeto (98.3%). A empregabilidade pode ser entendida como as ações empreendidas pelas pessoas com o intuito de desenvolverem capacidades e procurar novos conhecimentos favoráveis que lhes permita estar ao alcance de uma colocação no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal (Minarelli, 1995). Com o advento das novas tecnologias, globalização da produção, abertura das economias, internacionalização do

capital e as constantes mudanças que vêm afetando o ambiente das organizações surge a necessidade de adaptação a tais fatores por parte dos empresários e profissionais. Para José Augusto Minarelli (2013) existem seis pilares da empregabilidade, que garantem a segurança profissional do indivíduo, sendo eles a adequação da profissão à vocação⁶⁰, as competências⁶¹, a idoneidade⁶², a saúde física e mental⁶³, a reserva financeira e fontes alternativas de aquisição de renda⁶⁴ e os relacionamentos⁶⁵. Analisando a nossa amostra constatamos que, a mesma, tem um grau de empregabilidade muito reduzido.

Outra variável considerada no diagnóstico inicial dos beneficiários foi o isolamento social. Entenda-se por isolamento social a falta de interação social, comportamento de alienação por parte de um indivíduo ou grupo de indivíduos, de forma voluntária ou consequente da rejeição, que incide sobre pessoas de todos os escalões, levando frequentemente ao estabelecimento de valores e regras diferentes das socialmente aceites; esta prática retira do homem a possibilidade de se construir uma consciência coletiva e convivência coletiva (slideshare.net, 2013). Este pode ser causado por bloqueios emocionais, psicológicos e sociais. O ser humano para sobreviver tem como condição viver

⁶⁰ Para tornar-se um bom profissional e um ser humano realizado, o indivíduo deve conciliar a sua função com a capacidade e paixão pelo que faz (Minarelli, 2013).

⁶¹ São definidas inúmeras como características de empregabilidade: preparo técnico; capacidade de liderar pessoas; habilidade política; habilidade de comunicação oral e escrita em pelo menos dois idiomas; habilidade de vendas; capacidade de utilização dos recursos tecnológicos (Minarelli, 2013).

⁶² A idoneidade implica confiança de parte a parte e entre outros fatores, podem-se considerar: ética; conduta; correção; respeito; responsabilidade (Minarelli, 2013).

⁶³ Cuidar do equilíbrio, do desgaste exagerado, cuidar do corpo, pessoas saudáveis tem bons relacionamentos e interação de maneira favorável, evitar vícios como fumo, álcool e drogas. Manter sua auto-estima e sua capacidade de realizar projetos (Minarelli, 2013).

⁶⁴ A perda do emprego significa a perda da entrada de receita. Você deve fazer uma reserva mês a mês; a reserva é uma defesa, uma garantia que o sustenta. O projeto profissional deve ocorrer paralelamente. Seu negócio próprio de qualquer dimensão, também pode ser uma fonte alternativa de renda (Minarelli, 2013).

⁶⁵ Quem conhece pessoas, adquire informações importantes e relevantes, uma pessoa cuidadosa registra seus relacionamentos. Guarda e cuida deles, retorna as ligações, que podem ser oportunidades de trabalho. Em termos profissionais é muito importante ter uma networking, uma forma de se manter conectado a sua rede de relacionamentos. Mantenha contato com essas pessoas (Minarelli, 2013).

em sociedade, seja na questão social ou biológica. Esta premissa não tinha visibilidade em muitos dos beneficiários que integraram o projeto, pois dadas as suas características individuais/sociais encontravam-se socialmente excluídos. Tendo por base a nossa amostra e segundo a equipa multidisciplinar do PI, 89.7% dos beneficiários caracterizavam-se por se encontrar em elevado isolamento social por motivos diversos. A integração no projeto como atividade ocupacional foi para alguns dos beneficiários uma resposta ao isolamento socio geográfico em que se encontravam.

Percebeu-se a existência de segmentos sociais que são permanentemente afastados e marginalizados e que não conseguem iniciar estratégias de integração social, em virtude da desmotivação e do desinteresse. As pessoas perderam gradualmente as poucas aptidões que detinham, esqueceram hábitos de trabalho e adquiriram hábitos e estilos de vida caracterizados pelo conformismo e desmotivação, atingindo muitas vezes situações críticas, associadas ao surgimento de problemas como o alcoolismo, a criminalidade, a violência e a deterioração das relações sociais e familiares (Equipa do Projeto, 2011).

O desemprego de longa duração, a dependência de prestações sociais e a ausência de atividades ocupacionais são fatores que geram no indivíduo situações de comodismo, de inércia e de apatia. Esta situação não é, de todo, favorável a uma procura ativa de emprego que poderia alterar a situação. Verificou-se que as situações de pobreza e vulnerabilidade evidenciam contornos diversificados, no entanto, a sua maioria está associada à falta de emprego e, conseqüentemente, à falta de recursos económicos para fazer face às despesas do agregado familiar e, ainda é acrescida do facto de algumas famílias

mono parentais, nomeadamente mãe e filhos, que, após a separação ou divórcio, se vêem confrontadas com filhos a seu cargo e despojadas de qualquer rendimento. A par destes problemas, a falta de motivação que atinge o indivíduo, leva-o muitas vezes, à inatividade propositada, à recusa em procurar emprego. O indivíduo cria e interioriza uma imagem de si desvalorizada, francamente negativa, que passa para o exterior e que se traduz na recusa em procurar emprego, mas também na recusa dos outros em contratá-lo, devido à sua imagem marcadamente negativa (Equipa do Projeto, 2011). Muitos dos beneficiários acumularam ao longo dos tempos desfavorecimentos culturais, educacionais e económicos e habitacionais, ficando afastados do convívio social e acabaram por entrar em círculos de exclusão dos quais só conseguem sair, se houver intervenção externa. Assim sendo, foi necessário reforçar neste público as competências sociais e profissionais através de um encaminhamento para ações de formação, sensibilização e outras que ajudassem a estimular competências e reforçassem a integração social para que se pudesse alterar trajetos e reformular projetos de vida (Equipa do Projeto, 2011).

6.2. Objetivo Geral do PI e critérios para a sua verificação

O PI tem por objetivo a promoção da inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combate ao isolamento, desertificação e à exclusão social. Assim, o projeto em análise visa (re) integrar os indivíduos socialmente excluídos em atividades que os dotem de características de empregabilidade e de convivência societal, afastando-os das situações de isolamento e potenciando a minoração de situações de pobreza e exclusão social. Pretende-se alcançar este objetivo através de um acompanhamento / encaminhamento individualizado e sistémico

que potencie alterações comportamentais e outras nestes beneficiários (Equipa do Projeto, 2011). O trabalho desenvolvido centra-se numa ação, sendo ela a promoção das competências dos vários beneficiários, contribuindo assim para a (re)inserção social e profissional. Esta ação é essencial e tem um cariz de intervenção sistémica, dado que a disfuncionalidade familiar, na maioria das situações caracteriza-se por uma panóplia de problemáticas associada a cada um dos elementos da nossa amostra, não se limitando apenas a um problema em específico. Acredita-se que este projeto de parceria e de ação integrada ao potenciar as competências e a possibilitar uma atividade ocupacional centrada na aprendizagem contínua está a contribuir em larga escala para a (re)inserção social e profissional dos seus beneficiários, a minorar significativamente as situações de isolamento, assim como a potenciar uma melhoria nas vivências diárias dos diversos agregados familiares dos beneficiários.

Aplicando a metodologia de avaliação proposta por Mendes (2006) foram definidos critérios de verificação do cumprimento dos objetivos:

1. Realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa / intervenção sistémica do PI, no sentido da melhoria das suas competências pessoais;
2. Realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa/ intervenção sistémica do PI, no sentido da melhoria das suas competências sociais;
3. Realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa / intervenção sistémica do PI, no sentido da melhoria das suas competências profissionais;

4. Verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de uma redução das situações de analfabetismo (aumento da alfabetização);
5. Verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de um aumento da escolaridade;
6. Verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de realojamentos;
7. Verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de um aumento nos conhecimentos em tecnologias de informação e comunicação redutor da infoexclusão;
8. Verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de uma (re) inserção social;
9. Verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de uma (re) inserção profissional;
10. Verificação durante a permanência ativa / intervenção sistémica do PI, de redução de situações de pobreza e/ou exclusão social;

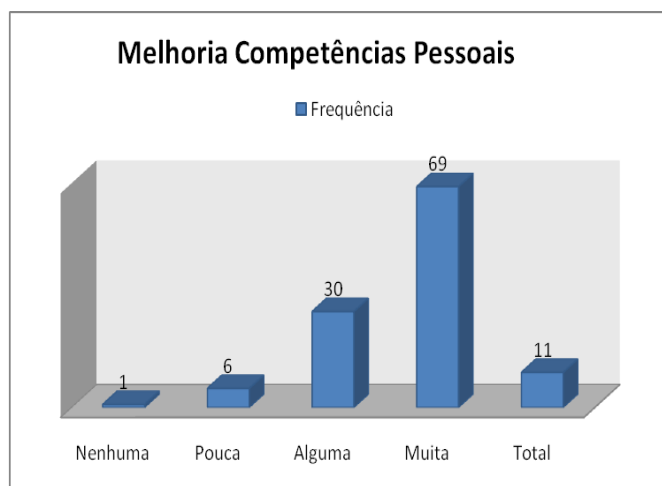
Optámos por iniciar a análise dos dados pelo exame de cada um dos critérios individualmente, de modo a aferir o seu grau de cumprimento e, concomitantemente, o grau de eficácia do PI. Os resultados obtidos resultam das respostas aos inquéritos elaborados à equipa multidisciplinar, tal como apresentado na metodologia.

6.2.1. Critério 1:

Relembramos que o 1.º critério prende-se com a realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa / intervenção sistémica do projeto, no sentido da melhoria das suas competências pessoais.

Gráfico n.º 6

Grau de cumprimento do critério 1



Analisando o gráfico verificamos que em apenas 9.4% dos casos a realização de mudanças nas competências pessoais dos beneficiários foi total, mas em 59% as mudanças foram muitas e em 25.6 % foram algumas. Em 5.1% dos casos realizaram-se poucas mudanças e em 0.9% não se realizaram mudanças a este nível. Os resultados parecem ser muito satisfatórios, pois apenas num beneficiário é que não se realizou qualquer mudança. Mesmo nos casos em que as melhorias foram poucas, cerca de 0.9%, significa, que mesmo apesar de poucas, existiram.

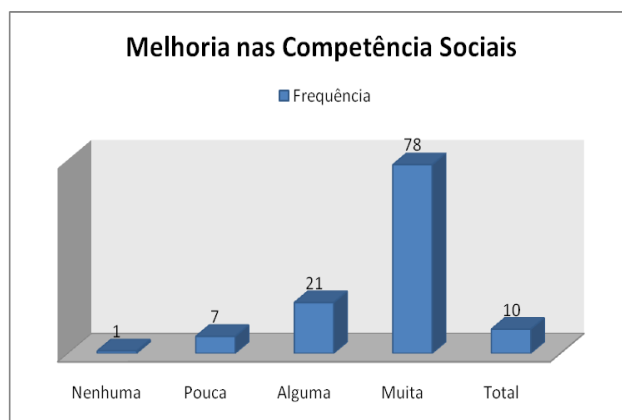
62.2. Critério 2:

Um 2.º critério para a avaliação da eficácia do projeto prende-se com a realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa / intervenção sistémica do projeto, no sentido da melhoria das suas competências sociais.

A análise do grau de cumprimento deste critério para a nossa amostra encontra-se retratada no gráfico seguinte:

Gráfico n.º 7

Grau de cumprimento do critério 2



Em 66.7% dos casos consideraram-se muitas melhorias nas competências sociais, em 17.9% algumas e em 8.5% totais melhorias. Contudo, na nossa amostra 6% teve poucas melhorias e 0.9% nenhuma melhoria a este nível.

6.2.3. Critério 3:

Um dos objetivos centrais do projeto aquando da sua implementação é aumentar a inserção profissional dos beneficiários. Como tal um dos critérios

considerados na avaliação da eficácia do projeto é a realização de mudanças por parte do beneficiário, durante a permanência ativa / intervenção sistémica do projeto, no sentido da melhoria das suas competências profissionais.

Gráfico n.º 8

Grau de cumprimento do critério 3



Analisando o gráfico constatamos que em 47% dos casos houve muita melhoria nas competências profissionais, em 30.8% houve alguma e em 13.7% houve total melhoria. Em 2.6% não houve nenhuma melhoria e em 6% houve pouca.

6.2.4. Sumula dos Critérios 1, 2 e 3:

Após a análise dos critérios anteriores constata-se que a redução das situações de pobreza e exclusão social da nossa amostra foram reais, pois o acesso a uma ocupação, a uma alimentação saudável, a um acompanhamento multidisciplinar de retaguarda, a bens e serviços inacessíveis até então potenciou, efetivamente esta minoração. Estas afirmações são corroboradas pela do presid.CM que refere

Andreia Gomes

Sim efetivamente houve (impacto), pois a execução do projeto, apesar das suas limitações possibilitou que as situações de pobreza e exclusão social fossem reduzidas enquanto participaram ativamente (...) e em muitas situações extravasaram mesmo o tempo de participação, mantendo-se ainda atualmente ... O ensinar a pescar foi efetivamente o grande trunfo (...), pois deu a possibilidade aos participantes de se desenvolverem a diversos níveis e domínios, assim como aos filhos destes a possibilidade de participar em Campos de Férias, no Espaço Ser Mais Criança e noutras atividades ... A participação no projeto foi para alguns um motor de mudanças, para aqueles que efetivamente tiveram vontade em que ela ocorresse ...

Face ao exposto, o PI potenciou a minoração das situações de pobreza e exclusão social e, paulatinamente, a empregabilidade dos beneficiários, pois permitiu o aumento das competências sociais e profissionais, aumentou a capacidade de iniciativa e ajudou na procura de emprego. Muitas vezes as pessoas não se sentiam com capacidade para dar o passo, porque a auto estima era baixa e o medo da rejeição estavam muito presentes (...) (equipa multidisciplinar).

Este projeto permitiu a aquisição, desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências dos beneficiários, o que lhes aumentou a possibilidade de acesso a um emprego, bem como, à criação do auto emprego,

(...) deu-lhes a possibilidade de se dotarem e/ou aumentar conhecimentos em domínios que alguns já tinham conhecimento, pelas especificidades rurais do concelho, área das oficinas tradicionais. Possibilitou o aumento de conhecimentos em TIC e a melhoria da alfabetização, assim como noutros domínios diversos pela participação nas diversas jornadas sociais... a participação ... contribuiu para o aumento da empregabilidade, apesar de sabermos a dificuldade que existe

em termos de inserção efetiva no mercado de trabalho pelo elevado índice de desemprego no concelho. Para alguns dos participantes, este aumento de empregabilidade foi reduzido pois não procuraram, nem para isso trabalharam, pois efetivamente não pretendiam que tal acontecesse (presid.CM).

Há que ressaltar que existem situações em “que o acompanhamento tem de ser feito de forma permanente, pois se assim não for as pessoas voltam a regredir”. Esta situação prende-se com o facto de em alguns elementos da nossa amostra terem ocorrido mudanças positivas nas suas vidas, mas que necessitam de um acompanhamento de proximidade contínuo e que findo o projeto poderão regredir. Segundo a opinião da equipa multidisciplinar, “quando estes projetos terminam muitos beneficiários ficam entregues a si próprios, nem todos, aliás é sempre um número reduzido que consegue encetar estratégias para mudar e muitas vezes mudam, mas fruto de um acompanhamento permanente ...”. Existe a consciência de que no concelho subsistem muitas situações de pobreza e exclusão social e esta consciência ainda foi mais desperta pelo PI que as sinalizou. Assim sendo, as situações passaram a ser do conhecimento das entidades o que permite uma continuidade no acompanhamento de proximidade,

o PI foi de extrema importância ... por exemplo até pelo diagnóstico (...) pessoas portadoras de deficiência e incapacidade. (...) não existia um conhecimento relativamente a esta população e isso foi muito importante para se definir estratégias de intervenção. (equipa multidisciplinar)

Esta situação pode ser avaliada enquanto constrangimento da própria especificidade do projeto, pois dada à sua limitação temporal e à sua não sustentabilidade em termos de algumas ações, podemos ser confrontados com

retrocessos nas mudanças sociais conseguidas através do percurso individual dos beneficiários.

6.2.5. Critério 4:

Outro elemento importante para a verificação da eficácia do projeto em análise prende-se com o critério verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste, de uma redução das situações de analfabetismo, através de um aumento da alfabetização.

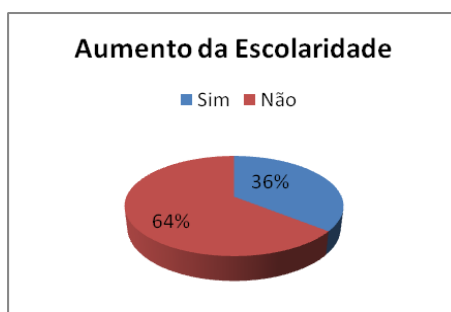
Dos 117 casos da amostra, 77 (65.8%) não contemplavam nos objetivos definidos para a intervenção ações de alfabetização e, concomitantemente, redução de analfabetismo, dado que estes tinham escolaridade igual ou superior ao 2.º ciclo (6.º ano). Da análise dos dados relativos aos que tinham esta ação prevista (analfabetos e 1.º ciclo) concluímos que a totalidade dos beneficiários teve uma redução do analfabetismo (34.2%).

6.2.6. Critério 5:

Apesar da redução das situações de analfabetismo, nem todos os elementos da nossa amostra conseguiram um aumento de escolaridade. Este é outro critério a considerar, verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de um aumento da escolaridade.

Gráfico n.º 9

Cumprimento do critério 5



Do total da nossa amostra, apenas 36.0% conseguiram um aumento de escolaridade através do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências⁶⁶, enquanto que 64.1% não o conseguiram.

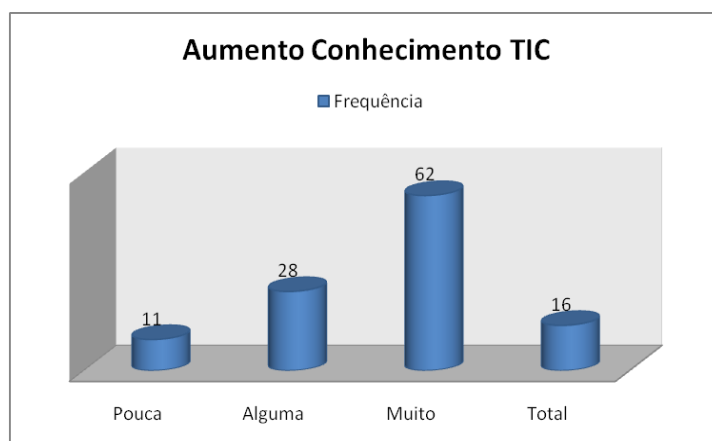
6.2.7. Critério 6:

Relativamente a este critério importa referir que a questão dos realojamentos é um critério que apenas se aplica a 3 casos e que foi cumprido a 100%.

6.2.8. Critério 7:

No que concerne à confirmação do critério em análise, verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de um aumento nos conhecimentos em tecnologias de informação e comunicação redutor da infoexclusão, os resultados podem ser analisados através do gráfico seguinte:

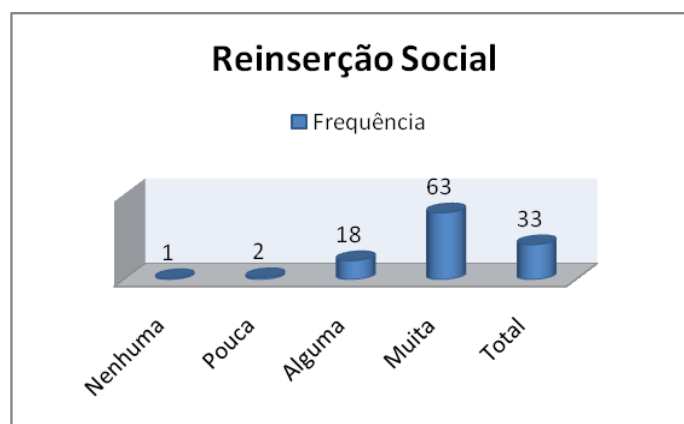
⁶⁶ O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais tem em vista a melhoria dos níveis de certificação dos adultos com 18 ou mais anos de idade que não possuem certificação na sua área profissional, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida. Através deste processo são reconhecidas as competências que os adultos adquiriram ao longo da vida, fora dos sistemas formais de educação e formação, em contextos passíveis de gerar aprendizagens. Pretende-se, assim, contribuir para o aumento dos níveis de qualificação e de empregabilidade dos adultos e incentivar a formação ao longo da vida através da valorização de todas as aprendizagens realizadas (Portaria n.º 1082 – A/2001).

Gráfico n.º 10**Grau de cumprimento do critério 7**

Como podemos constatar todos os beneficiários tiveram um aumento de conhecimentos em novas tecnologias de informação e comunicação, apesar de terem tido graus diferenciados de evolução. Assim sendo, 53% teve muito aumento de conhecimentos e 13.7% teve total aumento. Da nossa amostra, 23.9% teve algum aumento de conhecimentos e 9.4% teve pouco.

6.2.9. Critério 8:

Analisando o critério 8, verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de uma (re) inserção social, podemos analisar os resultados através do gráfico seguinte.

Gráfico n.º 11**Grau de cumprimento do critério 8**

De acordo com os dados constatamos que 28.2% dos beneficiários conseguiram uma (re)inserção social total, 53.8% muita e 15.4% alguma. Contudo, houve 1.7% de beneficiários que conseguiram pouca e 0.9% que não conseguiram qualquer (re)inserção social.

Apesar de não existir uma (re)inserção social total, parece-nos que os resultados são extremamente positivos tendo por base a tipologia de beneficiários do PI.

Um fenómeno que se encontrava na génese do projeto e que convém ser aludido prende-se com a questão do isolamento social. O concelho é geograficamente disperso, com muitos lugares isolados e com uma parca rede de transportes; a integração ou encaminhamento para o projeto foi um contributo para o isolamento sócio geográfico. Sendo o isolamento social, um distanciamento, um alheamento à sociedade que impede ou dificulta as relações interpessoais e sociais características do ser humano, este projeto, pela sua ambivalência, estratégia de operacionalização e resposta contribuiu para a

minoração deste tipo de abstrações da sociedade, quanto mais não seja pela sua sinalização,

permitiu às pessoas que tivessem disponíveis ações que os retirassem de casa e lhes permitissem o convívio com pares, o conhecimento de novas áreas e novos espaços ... uma ocupação, e em alguns casos uma integração efetiva. Acho que neste domínio o projeto foi muito importante e eficaz. A retirada das pessoas de vivências quotidianas, ..., sem nada para fazer, a não ser viver disfuncionalidades sociais, agudizar situações de depressão e de isolamento, aumentar situações de risco ... pelo menos houve um conhecimento das histórias de vida dos participantes, foi traçada uma intervenção individual / sistémica e a equipa multidisciplinar e mesmo as técnicas da Câmara Municipal tentaram ... em todas as situações potenciar a melhoria das condições de vida dos participantes ... nas situações em que tal não foi efetivamente conseguido, pelo menos ficou a sinalização e a possibilidade do encaminhamento para outras ações, possivelmente mais ou menos adequados ... (presid.CM)

Tendo por base a opinião anterior, as pessoas substituíram o tempo passado em contextos familiares desestruturados por um tempo regulado por novas regras e comportamentos, pautado por estratégias de proteção e familiarização e pela aquisição de novos hábitos e comportamentos saudáveis indutores de (re) inserção social.

6.2.10. Critério 9:

A verificação durante a execução do projeto e/ou após término deste de uma (re) inserção profissional foi outro critério utilizado nesta avaliação da eficácia do projeto.

Gráfico n.º 12

Cumprimento do critério 9



Como podemos constatar pelos resultados, apenas 20.5% dos beneficiários tiveram uma (re) inserção profissional contra os 79.5% que, apesar de terem frequentado o projeto durante o período de vigência deste, não foram (re) inseridos profissionalmente.

O aumento de competências na nossa amostra foi considerável, contudo efetivamente a “integração profissional foi bastante reduzida. As competências estavam lá, mas muitos beneficiários não quiseram ou não souberam utilizá-las (...)” (equipa multidisciplinar). Correlacionado com esta situação não podemos deixar de frisar as próprias características do Município que inviabilizam a real integração profissional (parca existência de ofertas de emprego, a fraca industrialização e deficit nos transportes). Estas questões são elencadas pelo presid.CM quando questionado se a reinserção profissional ocorreu em todos os beneficiários,

não, (...) o concelho tem muitas limitações em termos de (re) inserção no mercado de trabalho, pois não existem ofertas e quando existem, normalmente são (re) integrados pessoas com ciclos de vida ditos “normais” ... todos sabemos que muitos dos beneficiários (...), têm trajetórias de vida marcadas por algum

tipo de disfuncionalidade e, num meio pequeno como é o concelho de Castelo de Paiva, tudo se sabe ... existindo da parte do empregador a preferência por pessoas sem problemas sociais (...). Outra situação prende-se com as competências e com a disponibilidade para trabalhar ..., para muitos a disponibilidade para trabalhar não existe (...), pois quem quer é a prestação de RSI. Dadas as dificuldades do território e as limitações de alguns dos beneficiários esta inserção não aconteceu." Apenas "um número reduzido de beneficiários foi integrado profissionalmente, devido (...) concelho com poucas oportunidades de emprego, mas também a determinados vícios enraizados nas pessoas, que se foram criando ao longo do tempo: viver de subsídios ou de formações (equipa multidisciplinar).

As especificidades da nossa amostra, no que se reporta às problemáticas associadas e vivenciadas por cada indivíduo em análise, também, em determinados casos é um constrangimento à (re) integração, pois são criados estereótipos que os acompanham por um longo período das suas vidas. Outra situação que importa aprofundar prende-se com a questão da subsidiodependência, anteriormente reportada, assim como a transferência de responsabilidades para outrem (serviços e/ou família) são realidades muito visíveis em muitos dos beneficiários em análise e que constroem efetivamente a (re) integração profissional: "também alguns se encontram dependentes de subsídios e não querem mudar a situação ... tivemos beneficiários que se achavam donos de muitos direitos e nada de deveres ... os mais complicados de mudar ..." (equipa multidisciplinar). Esta situação representa efetivamente uma resistência à mudança e uma habituação às situações de desestruturação que muitos vivenciam diariamente.

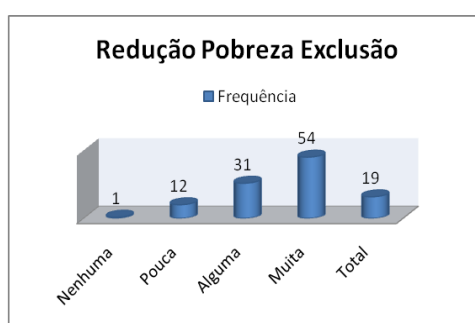
Apesar de diminutas existiram (re) integrações profissionais. A criação da ICA – Incluir Cooperativa Artesanal C.R.L., resultado final planeado e alcançado no âmbito do projeto, foi uma resposta à (re) integração profissional de 20 beneficiários. Segundo o coordenador esta criação “permite que os interessados continuem a adquirir, desenvolver e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos. A participação que se tem conseguido em feiras e exposições é outro fator importante para a reinserção profissional ...”

6.2.11. Critério 10:

Analisando o critério em causa, verificação da redução de situações de pobreza e/ou exclusão social podemos afirmar que os resultados são extremamente positivos tal como pode ser avaliado pelo gráfico seguinte:

Gráfico n.º 13

Grau de cumprimento do critério 9



Como podemos constatar apenas em um dos beneficiário (0.9%) não houve qualquer redução da sua situação de pobreza e/ou exclusão social. Em 10.3%

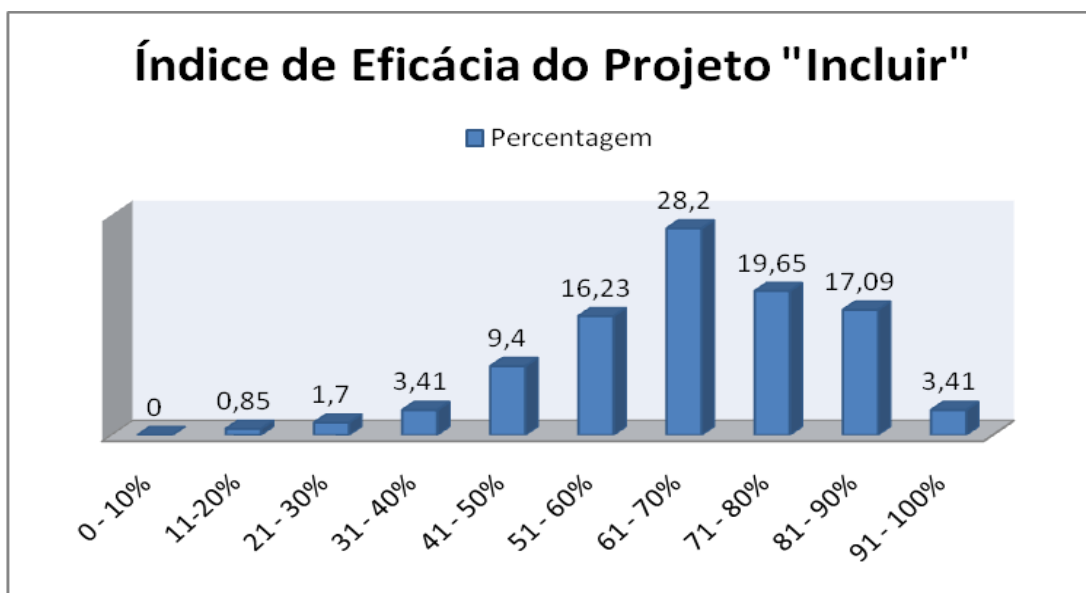
houve pouca melhoria, em 26.5% alguma, em 46.2% muita e em 16.2% houve total melhoria.

6.3. Índice de Eficácia do Projeto Incluir (IEPI)

Tendo por base os pressupostos metodológicos anteriormente apresentados na metodologia, calculamos, para todos os beneficiários, os índices de cumprimento de critérios obtidos e desejados, bem como o índice de eficácia.

Gráfico n.º 14

Índice de Eficácia do PI na amostra (%)



Os resultados obtidos do cálculo do índice de Eficácia do PI, nos 117 casos acompanhados e alvo desta análise, mostram-nos que este índice varia entre os 11% e os 100%, existindo 4 casos em que o índice de eficácia é total (IEPI = 100%). Em média o índice de eficácia do projeto da amostra considerada para

esta análise é de 65.84%, sendo que em 93.98% dos casos o índice de eficácia do projeto é superior a 40%.

Dado que o IEPI foi calculado com base nos resultados obtidos na análise dos critérios definidos para avaliar o cumprimento dos objetivos do projeto, este índice demonstra que os objetivos do projeto foram atingidos para a amostra considerada.

No cômputo geral é feita uma análise acerca da importância, do impacto e da eficácia do projeto pelos diversos intervenientes diretos entrevistados, assim como pelos próprios parceiros. Assim sendo, e centrando-nos na questão da inovação há que referir que a criação da ICA foi realmente algo inovador e que materializou efetivamente a presença do projeto no terreno. A ICA foi um reflexo ao nível do município do projeto, assim como alterou hábitos, permitiu a aquisição de competências e acima de tudo a integração social de muitas pessoas, pelo menos durante a frequência deste.

Relativamente à eficácia do projeto, o coordenador assume que “o projeto ultrapassou os objetivos a que se propôs em sede de candidatura e hoje tem a sua identidade ativa na ICA que é uma entidade empregadora, com uma génese de inclusão social, que presta serviços para a comunidade”. Contudo, pela análise anteriormente efetuada encontramos-nos perante uma dualidade de resultados, pois se efetivamente o projeto superou e ultrapassou os objetivos estatísticos na maioria das suas ações, ao longo desta investigação comprovamos que, em termos de eficácia dos resultados para as reais mudanças nas suas condições de vida a conclusão não é similar. Estas constatações são visíveis nas afirmações do presid.CM ao referir que o PI foi eficaz, mas ressalvando a existência de

limitações (...). Penso que existe uma grande diferença entre as estatísticas / grau de sucesso do projeto e o real (re) inserção dos beneficiários, no entanto houve um conhecimento das situações. Mais especificamente, em termos de números foi um projeto excelente, mas que não reflete a real integração dos beneficiários, pois tal não aconteceu ... quanto mais não seja, para os beneficiários dependentes de prestações sociais que foram “obrigados” a participar em muitos casos; alguns destes quando encontravam uma forma de se “ausentar” das ações não olhavam para trás, pois não reconheciam necessidade de participar... nem mais-valias associadas à participação.

Esta situação foi visível no decurso e desenvolvimento do PI, assim como na opinião expressa pela equipa multidisciplinar,

foi um projeto longo, que envolvia muitas parcerias e que teve no decorrer do mesmo muitos beneficiários, no entanto considero que se tivessem aproveitado todas as potencialidades das parcerias, provavelmente ter-se-ia chegado mais longe. Ao nível de números os objetivos (...) foram largamente alcançados, mas ao nível de situações resolvidas poder-se-ia ter ido bem mais longe. (equipa multidisciplinar).

Relativamente aos parceiros, dos 13 questionários considerados nesta análise (15 parceiros em candidatura) 46% consideram que o grau de eficácia do PI foi elevado, 31% moderado e 23% reduzido.

Concluindo, pensamos que o comentário efetuado pelo presid.CM reflete a avaliação do projeto aludindo às suas restrições e potencialidades:

Penso que este tipo de projetos direcionados às pessoas e a preocupação com as pessoas são muito importantes e devem de ser desenvolvidos com profissionalismo e com um índice de relações humanas sempre presente, evitando-se juízos de valor e preconceitos. (...) isto aconteceu no

desenvolvimento do projeto. (...) este projeto de parceria alargada foi o primeiro e muitos do género poderão ser implementados no concelho, numa lógica de territorialidade e proximidade, possibilitando às pessoas espaços de partilha de conhecimentos, de ocupação, de (re) inserção nos vários domínios, ... para muitos o facto de se sentirem úteis é uma mais valia. Penso que terão que se repensar as parcerias e trabalhar em prol da sua efetiva consolidação no território, ... em muitas situações não existe efetivamente um real trabalho em rede, pois ainda existem muitas capelinhas, ... com a situação atual do país têm que ser deixados de lado em prol da própria sustentabilidade das diversas IPSS. Neste aspeto acho que o projeto ficou aquém das expectativas. No entanto, no trabalho direto com as pessoas acho que foi muito positivo e permitiu respostas de proximidade, concertadas e adequados a problemas específicos e individualizados, que para uns foram interiorizadas como adequadas e potenciadoras de mudanças e, para outros, foram simplesmente ignoradas. O ensinar a pescar é extremamente importante, mas o território não é autossuficiente em respostas de integração, nomeadamente profissional, tendo que as instituições funcionar como polos catalisadores de estratégias de mudança no território, zelando pela integridade dos cidadãos.

Esta era a 1.^a fase da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006)⁶⁷, que consideramos concluída.

⁶⁷ Consistia em avaliar se os objetivos de um determinado programa foram cumpridos, depois de clarificar quais os critérios de desempenho considerados para avaliar o cumprimento dos objetivos, como é que esses critérios foram definidos e como é que se relacionam (Mendes, 2006).

6.4. Restrições de Implementação

Segundo Mendes (2006), a 2.^a fase desta análise centra-se na procura dos motivos pelos quais algumas ou todas as metas do projeto não foram alcançadas, se for o caso. Essa falta de cumprimento dos objetivos definidos leva-nos a falhas de implementação do projeto, com origem no incumprimento de restrições que poderão ser de três tipos diferentes: restrições de viabilidade, restrições de racionalidade individual e restrições de compatibilidade de incentivos (Mendes, 2006).

A análise destas restrições tem como finalidade avaliar o cumprimento dos objetivos do PI e os seus desvios de implementação, assim como procurar as razões que estão na base do baixo IEPI verificado em alguns casos.

6.4.1. Restrições de Viabilidade

As restrições de viabilidade das fases de implementação de um projeto prendem-se com limitações em domínios diversos, tal como apresentamos anteriormente.

Segundo Mendes (2006), a formulação da política e a avaliação de restrições de viabilidade são o que normalmente exige mais atenção. Assim sendo, e tendo presente que as restrições de viabilidade condicionam a implementação de um projeto e que, por este motivo, exigem uma avaliação cuidada é o que vamos desenvolver.

a. Viabilidade de recursos materiais

Dado o número de ações que compõem o projeto são inúmeros os recursos materiais para a sua execução.

Quadro n.º 16**Recursos Materiais**

Ação / Recursos materiais		Assegurados por
1	Espaço físico; Material de escritório e consumíveis; viatura	SCMCP - entidade parceira e financiamento Projeto
2	4 Espaços físicos: Oficina de cerâmica - uma mufla, barro, tintas, azulejos e diversos materiais; Oficina de jardinagem - estufa, plantas, utensílios de agricultura, adubos e sementes; Oficina de gastronomia - equipamentos e utensílios domésticos e géneros alimentares para a confeção; Oficina de tecelagem e bordados - teares, lãs, sarapilheiras, linho e agulhas diversas. Viatura para o transporte dos intervenientes.	Financiamento do projeto Entidades parceiras Entidade Executora Entidade promotora
3	Material de escritório e consumíveis; Viatura para deslocações às diversas ações e aos domicílios; Recursos materiais (disponibilizar aos agregados familiares dos beneficiários)	Financiamento do projeto; Entidades parceiras; Executora e promotora
4, 5, 6,	Materiais de escritório, consumíveis	Financiamento do projeto, entidade promotora e entidade executora
7	Viatura para transporte dos intervenientes	

Andreia Gomes

8	Material de escritório, consumíveis; lanches e almoços para os participantes, equipamentos desportivos e culturais, viatura (recurso do projeto e da entidade promotora), entradas em espaços exteriores ao PI (espaços de entretenimento / lazer).	Financiamento do projeto, entidade promotora e entidade executora.
9	Espaço com material lúdico, de escritório e consumíveis, materiais reciclados, televisão e vídeo, equipamentos desportivos, etc.;	Financiamento do projeto AJSNSI - entidade parceira
10	Equipamentos informáticos, materiais de escritório, consumíveis e internet;	Entidade Executora Financiamento do projeto

Após a análise da tabela há que ter em consideração algumas questões, nomeadamente relativamente às oficinas tradicionais. Esta é sem dúvida, a ação que maior volume de recursos materiais necessita, tendo em conta o facto de serem cinco. Numa primeira fase de execução do projeto, estes espaços foram assegurados pelos diversos parceiros, no entanto com o desenvolvimento do mesmo estes passaram a ser assegurados maioritariamente pela entidade promotora e entidade executora. No que concerne à equipa multidisciplinar os recursos materiais referenciados são para disponibilizar aos agregados familiares dos beneficiários que revelam necessidades a esse nível, estes são na sua maioria disponibilizados pela Loja Social da Rede Social local (géneros alimentares, roupas, eletrodomésticos e mobiliário). Relativamente aos últimos bens elencados, por vezes não se encontravam disponíveis, contudo, este facto apesar de acarretar uma necessidade não satisfeita de forma imediata, não constitui um impedimento à implementação do projeto.

Avaliando as ações no seu todo podemos afirmar que, por vezes, era difícil assegurar na sua plenitude todos os recursos tanto pela falta de espaços disponíveis, disponibilização de recursos pelos parceiros, assim como pelo acesso a determinados bens necessários que não se encontravam à venda no Município e obrigavam a deslocações a Penafiel e/ou ao Porto (materiais para as oficinas tradicionais). Estes podem ser um entrave a execução do projeto, pelo constrangimento em termos de obtenção e acesso.

Convém referir que no início da implementação do projeto o volume de recursos foi elevado pela necessidade efetiva de (re) conversão de espaços e aquisição de recursos materiais para determinadas ações. No entanto, após a implementação efetiva do mesmo, estas necessidades foram reduzidas. Outra questão que importa aflorar é os veículos, pertença do projeto, para assegurar o desenvolvimento das diversas ações; são duas viaturas (uma de nove lugares e outra de cinco) e podem constituir um entrave à implementação e ao funcionamento do projeto pelo elevado número de transportes que têm que ser assegurados, associado à dispersão territorial do concelho e falta de transportes públicos.

Relativamente aos recursos disponibilizados por algumas entidades parceiras, a determinada altura de desenvolvimento do projeto foi um entrave à sua implementação efetiva, pela “desconfiança dos parceiros e rivalidades entre estes” (inquérito à equipa multidisciplinar), pois deixaram de assegurar os recursos que lhes estavam imputados em candidatura.

Pelo exposto, consideramos que o PI dadas as dificuldades elencadas, apresenta necessidades a nível de recursos materiais que podem comprometer a sua

execução e/ou eficácia. Este comprometimento ainda se agudiza mais, findo o seu financiamento próprio, sendo estas necessidades, sem dúvida, um entrave.

b. Viabilidade de recursos humanos

Os recursos humanos afetos e indispensáveis ao pleno funcionamento do projeto são elevados e diversificados de acordo com as ações.

Quadro n.º 17**Recursos Humanos**

	Ação / Recursos Humanos	Vínculo
1	Psicóloga e Administrativa	Contrato de trabalho a termo certo (tempo inteiro)
2	5 Monitores de ofícios artesanais	Contrato de trabalho a termo certo (tempo inteiro)
3	Psicólogo, Sociólogo, Assistente Social, Administrativo Jurista e Enfermeiro	Contrato de trabalho a termo certo (tempo inteiro) Prestação de serviços (meio tempo)
4, 5, 6, 7	Professores, formadores, oradores	Prestação de serviços
8	Monitores Auxiliares de Serviços Gerais	Prestação de serviços Contrato de trabalho a termo certo (tempo inteiro)
9	Educadora de infância Auxiliares de Serviços Gerais (os mesmos anteriormente referenciados)	Prestação de serviços Contrato de trabalho a termo certo (tempo inteiro)
10	Formador	Prestação de serviços

O coordenador do projeto, com contrato de trabalho a termo certo, é comum a todas as ações do projeto.

Face ao exposto, e analisando os relatórios anuais de execução do projeto concluímos que os recursos humanos consomem uma elevada percentagem do financiamento disponível. No entanto, há que referir que pontualmente existem ações que são desenvolvidas por recursos humanos afetos à entidade executora e demais parceiros.

Dado que cada ação tem definidos e imputados os seus recursos e que existe um trabalho de proximidade entre estes e o coordenador do projeto, a partilha de recursos pelas diversas ações não é um constrangimento, mas sim um complemento para a eficácia do projeto.

Analisando no seu todo os recursos humanos, estes não são uma restrição à implementação do projeto, à sua eficácia, e conseqüentemente ao cumprimento dos objetivos traçados para a intervenção.

c. Viabilidade de recursos tecnológicos

Tendo em conta o anteriormente referido, este projeto, apesar de assentar muito da sua dinâmica nas relações humanas também necessita de equipamentos tecnológicos, nomeadamente para que os recursos humanos possam desenvolver o seu trabalho (burocrático, de preparação e desenvolvimento das ações). Para as atividades, em termos gerais, são utilizados computadores, impressoras e videoprojetor. Equipamentos de fácil acesso à entidade executora.

Outro tipo de recursos mais específicos, mas que não inviabilizam a implementação do projeto, são alguns necessários às oficinas tradicionais: mufla, estufa e teares. Apesar de não serem considerados tecnológicos, optamos por os incluir aqui pela sua especificidade. Estes, dadas as tradições do concelho, são de fácil acesso e estão garantidos, pelo que não inviabilizam a eficácia do projeto.

Assim sendo, este tipo de restrições não limita o PI quanto ao cumprimento dos seus objetivos.

d. Disponibilidade de conhecimento relevante

O conhecimento necessário à execução e bom funcionamento do PI tem vindo a ser adquirido, através da experiência, assim como através de formações específicas. Paralelamente a esta situação, cada profissional tem um *background* de conhecimentos e formação básica necessária, pois apesar de não serem todos licenciados, têm formações específicas no seu domínio de atuação, assim como formação escolar / profissional adequada.⁶⁸

No arranque do projeto a equipa técnica (equipa multidisciplinar e coordenador do projeto) teve uma formação inicial que incidiu em metodologias de intervenção comunitária e de parcerias, ministrada por técnicos do ISS,IP. Estes recursos humanos foram os mediadores de transmissão de conhecimentos aos restantes profissionais afetos ao PI. Com o desenvolver do projeto, os diversos recursos humanos foram frequentando ações específicas desenvolvidas ao nível do Município, assim como do exterior. Algumas delas diretamente associadas à

⁶⁸ Situação confirmada através da avaliação curricular os recursos humanos afetos ao Projeto.

tipologia de intervenção em desenvolvimento (promovidas pela entidade financiadora), assim como outras de índole mais específico em termos de intervenção em comunidade e diversas problemáticas sociais. Apesar de sabermos que os diversos profissionais têm os conhecimentos necessários para a implementação do projeto e para garantir a sua eficácia, não podemos retirar conclusões desta análise acerca da disponibilidade do conhecimento relevante para o projeto.

e. Restrições orçamentais

De acordo com o coordenador do projeto, há restrições orçamentais elevadas que dificultam a disseminação do projeto para outros territórios, assim como no que toca ao surgimento de novas ações complementares decorrentes das ações em curso, mas não inviabilizam.

A execução financeira prevista foi alcançada. De realçar que se realizaram ações que não estavam previstas e que houve necessidade de ajustamentos e reprogramações. As parcerias ativas contribuíram para minimizar algumas situações que apresentaram um maior índice de dificuldade para realização.
(coordenador do PI)

Exemplo disto é o facto decorrente do diagnóstico sobre a deficiência ter surgido a necessidade de espaços de integração para estes cidadãos, contudo apesar de ter sido criado o CODI, o número de vagas foi diminuto por constrangimentos orçamentais, assim como o monitor foi captado de outra ação. Outro exemplo é o PaivaAmigo, que funciona assente na disponibilização de materiais pelos parceiros e a execução das obras por um profissional do projeto.

Também refere que existem restrições orçamentais no que se reporta

à falta de um valor pecuniário⁶⁹ a disponibilizar aos beneficiários, como fator de motivação para a participação; os salários dos técnicos são salários baixos pelo elevado número destes; a questão dos transportes para as ações está condicionada pela existência de apenas dois veículos para todas as ações, assim com a dificuldade de trabalho efetivo em parceria no seu efetivo espírito. (coordenador PI)

Outra questão que convém ser ressalvada é que este projeto foi elaborado numa lógica de parceria, de partilha de recursos em prol do combate à pobreza e à exclusão social, em que todos os parceiros disponibilizavam algum tipo de recurso, possibilitando assim a (re) conversão do financiamento para os recursos humanos e outras questões. Contudo, tal não aconteceu como foi perspectivado e isto pode ser aflorado através da questão que colocamos à equipa multidisciplinar acerca da relação com as entidades parceiras, à qual referiram que mantinham uma boa relação, “agora com a coordenação e algumas entidades nem sempre foi pacífica, devido muitas vezes à gestão das situações.”; “a coordenação ... deveria de ter tido uma outra forma de se relacionar com as parcerias.” (equipa multidisciplinar). Esta situação também é referenciada pelo presid.CM quando questionado se acha que os parceiros do Projeto participaram ativamente, ao que respondeu:

Penso que muitos não... a comparticipação do estado para a execução do projeto foi elevada e alguns parceiros não viram a aplicação do financiamento de forma

⁶⁹ Tal situação não foi contemplada no projeto, no entanto com a implementação do mesmo chegou-se à conclusão ser muito importante a sua existência, como fator motivador para a participação, assim como meio para frequência, uma vez que os beneficiários têm despesas decorrentes da participação / inclusão no projeto (transportes, alimentação, etc. em determinadas ações). Outra situação é o facto de muitos beneficiários serem beneficiários de RSI o que obrigou a um acordo com o ISS, de modo a que estes não fossem prejudicados em termos de prestação social pela participação nas oficinas tradicionais e, pontualmente, receberem uma verba esporádica pelo trabalho realizado (Equipa do Projeto, 2011).

clara ... foi um entrave ao bom funcionamento das parcerias (...) dificuldade revelada por alguns dos parceiros. As parcerias poderiam ter sido dinamizadas e fortalecidas através do projeto, tendo sido este também um dos objetivos do mesmo, mas tal não aconteceu pois alguns dos parceiros acabaram por se desinteressar, deixando correr...

Face ao exposto, o não funcionamento das parcerias, foi uma restrição orçamental à implementação do projeto. Por exemplo, determinada entidade parceira tinha acordado a disponibilização de um qualquer recurso e, aquando da sua necessidade não o fez. Esta situação obriga as entidades, promotora e executora, a encontrar outra solução para a execução da ação.

Não basta dizer que caso exista financiamento o projeto não fica comprometido por restrições orçamentais, pois tal não é a realidade, em virtude de as parcerias não serem eficazes. Mesmo com um financiamento para os recursos humanos na totalidade, este não é suficiente para uma implementação eficaz do mesmo pelo exposto anteriormente, assim como pela quantidade de recursos materiais que têm que ser frequentemente disponibilizados, apesar de o coordenador do PI assumir que a “execução financeira prevista foi alcançada.”

Na falta de financiamento específico, é muito difícil, apesar de não ser impossível, suportar a execução do projeto na sua plenitude e de modo eficaz. Para tal é efetivamente necessário um trabalho de parceria consistente.

Concluimos que o PI possui inerentes algumas restrições de viabilidade relevantes que, caso não sejam monitorizadas poderão ser um entrave a sua implementação de modo eficaz.

6.4.2. Restrições de Racionalidade Individual

Qualquer projeto para ser eficaz tem como condição indispensável a participação dos intervenientes no mesmo, pelo que deverá oferecer aos potenciais agentes incentivos do seu interesse, sob pena de não conquistar a sua colaboração. Caso o projeto não cumpra esta condição, encontramos-nos face a um tipo de limitação designada por restrição de racionalidade individual (Mendes, 2006).

Este tipo de restrições pode ser avaliado em três grupos de intervenientes no projeto – equipa do projeto (coordenador e equipa multidisciplinar), parceiros e beneficiários, devido ao diferente papel assumido por cada um deles.

Relativamente à equipa do projeto foi importante investigar quais as razões que os motivam para o desempenho da sua função⁷⁰. No que concerne ao coordenador este demonstra grande motivação para o exercício da sua função, pois quando questionado acerca dos incentivos para o seu desempenho menciona que é “ter um projeto em que acredito e um objetivo final a alcançar que contribua para o bem-estar da população a intervencionar e as políticas sociais da área de intervenção”. Através desta observação podemos concluir que o facto de existir um projeto “à medida” das necessidades das populações locais, assente numa lógica de territorialidade e subsidiariedade, é sem dúvida uma mais valia para o concelho e um exemplo vivo das políticas sociais ativas.

Outra questão que nos permite concluir acerca da existência de interesse na colaboração com o projeto é o facto de o coordenador ter assumido esta função desde o seu início, associado ao seu espírito de proatividade constante que

⁷⁰ Esta informação foi recolhida através da realização de entrevistas.

pode ser comprovado quando questionamos a equipa multidisciplinar acerca da acessibilidade deste,

(...) acessível, era fácil seguir as suas indicações ... no entanto era muito ambicioso e tinha ideias que nos faziam andar com a cabeça às voltas e que implicava muitas horas de trabalho, mas foi graças a isso que algumas ações que não estavam previstas se tivessem executado ... por exemplo o PaivaAmigo e o CODI ... (...).

Esta ambição exacerbada de implementação efetiva do projeto e do surgimento de novas respostas comprova efetivamente a vontade de tornar o projeto eficaz, contudo por vezes as situações assumiam outros contornos diferenciados fazendo surgir algumas incompatibilidades em termos de ideias e metodologias de trabalho.

No que concerne aos incentivos da equipa multidisciplinar para colaborar no projeto, achamos importante questionar a mesma, assim como o coordenador. Relativamente à equipa multidisciplinar a motivação mais premente era o alcance dos objetivos propostos para a execução eficaz do projeto, ou seja “quando se fazia o trabalho e se atingiam os objetivos pretendidos”, isto é, a minoração de situações de pobreza e exclusão social em prol do “bem estar das pessoas” e do “desenvolvimento social do concelho e do enraizamento territorial de políticas locais de proximidade e subsidiariedade”. As respostas dos técnicos espelham o gosto que têm em participar no projeto, contudo deixam algumas reservas relativas à metodologia de trabalho da coordenação. A prioridade de desempenho destes técnicos era executar um bom trabalho “junto dos beneficiários, ajudá-los nas suas necessidades e atingir objetivos. Um

trabalho que não era fácil, mas ter um caso de sucesso já era uma vitória.”; pelas especificidades do trabalho técnico,

dadas as minhas funções de avaliação foram realmente perceber as mudanças efetuadas, se os objetivos estavam a ser atingidos ... mas num trabalho de equipa como o nosso, (...), a prioridade era o bem-estar das pessoas e estar presente para ajudar em qualquer situação. (equipa multidisciplinar).

No que se reporta ao coordenador, este acha que a equipa tinha incentivos para participar no projeto e que o seu desempenho foi crucial para a boa execução do mesmo, referindo que “ o projeto foi capaz de aumentar, gradualmente e de acordo com as necessidades, os tempos previstos para esta intervenção.” Esta afirmação permite-nos direcionar a nossa análise para outra área de incentivos, nomeadamente os pecuniários. Esta variável não foi diretamente estudada, contudo pelo nosso conhecimento sabemos que, por vezes, era uma desmotivação dos técnicos. A variação em termos de valor salarial / categoria / desempenho era visível numa fase inicial do projeto, sendo que colocou alguns constrangimentos, pois o volume de trabalho era similar e a remuneração diferente. Dada esta instabilidade foi necessária uniformização. Contudo, o profissionalismo dos técnicos não condicionou a implementação e o alcance dos objetivos propostos.

Este projeto pelo seu número de ações obriga, tal como já verificámos, a um corpo de profissionais elevado, polivalente e com características de empregabilidade vincadas, nomeadamente no que concerne à capacidade de adaptação às necessidades de desenvolvimento do projeto. Caso tal não acontecesse existiriam ações cujos resultados finais não atingiam os objetivos propostos. Relacionado com esta questão não podemos deixar de frisar a

criação de emprego associada a este projeto, apesar de não ter sido identificado diretamente. As respostas dos elementos da equipa multidisciplinar expressam o gosto pelo seu trabalho comparativamente com outro trabalho distinto e não face a uma situação de desemprego. Contudo, parece-nos pertinente expressar a nossa opinião referindo que um dos incentivos que estes profissionais têm para participar é a obtenção de um emprego (parcos em termos do território e de habilitações literárias em causa) com uma remuneração associada. A não participação no projeto reflete uma situação de desemprego para estes profissionais, pelo que a sua situação fica claramente preferível se eles participarem.

A equipa multidisciplinar desempenhou as suas funções durante os cinco anos de execução do projeto, o que nos leva a afirmar que estes têm incentivos para colaborar. Torna-se pertinente aferir a existência de fragilidades quanto aos incentivos e, concomitantemente, perceber a existência ou não de fatores desmotivadores. Segundo a equipa multidisciplinar existem dois fatores que originam situações de desmotivação, nomeadamente a metodologia de trabalho do coordenador por um lado e o comportamento de resistência à mudança pela parte de alguns dos beneficiários. Estas questões são visíveis nas seguintes afirmações:

muitas vezes não se atingir os objetivos propostos e algumas vezes ter vontade de fazer as coisas de forma diferente e não ter a permissão da coordenação. Talvez se houvesse outras estratégias outros objetivos tinham sido atingidos” (...) “ muitas vezes não concordar com o método de trabalho e as estratégias ... mas era algo que não dependia de mim ... mas foi o que mais me dececionou e também alguns beneficiários que simplesmente não querem mudar a sua forma de vida e por muitas tentativas elas acabavam por falhar ... mas mesmo assim

considero que valeu a pena ... mudaram-se hábitos ... atitudes ... atingiram-se alguns objetivos (equipa multidisciplinar).

Após a afloração dos incentivos e fatores de desmotivação da equipa do projeto podemos afirmar que para o coordenador não existem fatores de desmotivação que condicionem a implementação do PI, pois mesmo identificando as questões de alguns parceiros, esta questão foi minimizada pela participação ativa de outros. Esta situação reconverteu-se num incentivo para o coordenador, para através de maior esforço individual e rentabilização das parcerias ativas, alcançar os objetivos propostos em termos de projeto, não se verificando, como tal, restrições de racionalidade individual. No que concerne aos elementos da equipa multidisciplinar, estes assumiram que apesar de alguns constrangimentos, os fatores motivadores foram sempre superiores não condicionando assim a sua efetiva participação. Relativamente a este grupo a inexistência de vagas para trabalhar no projeto nunca foi uma realidade o que é um indicativo de que existem incentivos à participação no projeto o que também se confirma relativamente ao coordenador.

Para os demais elementos em análise, as restrições de racionalidade individual não parecem constituir um fator explicativo dos casos do PI em que se verifica um baixo IEPI. Isso poderia acontecer, por exemplo, no caso de existir falta de técnicos ou no caso de verificar o não desenvolvimento de alguma ação por falta de flexibilidade profissional e complementaridade no desenvolvimento das tarefas da equipa multidisciplinar, fatores que poderiam ser o espelho da falta de incentivos proporcionados para colaborarem no projeto.

Entidades parceiras

Pela experiência que possuímos, pela participação direta no trabalho em parceria e em concreto no PI como resposta sistémica de base territorial para os problemas diagnosticados⁷¹, podemos elencar alguns benefícios para a colaboração com o projeto em análise. A colaboração com este, pode constituir-se como uma ferramenta de trabalho da própria entidade parceira, nomeadamente no que concerne ao encontro de respostas individualizadas, de proximidade, sistémicas e territorializadas, adequadas às situações problema, para as quais não obtém resposta no seu diário funcionamento e área de intervenção específica. Assim como rentabilizar recursos individuais em prol de uma intervenção social concertada.

Para análise das afirmações dos incentivos dos parceiros colocamos uma questão à equipa do projeto, sendo interessante frisar que os elementos da equipa multidisciplinar assumem em determinada altura que desconhecem, mas acrescentam “era realmente que as pessoas fossem acompanhadas devidamente e que houvesse sucesso, não tenho conhecimento de qualquer outro incentivo que lhes fosse proporcionado ... mas existiriam outros que provavelmente desconheço.” No que se reporta ao coordenador ele refere que,

inicialmente o objeto estatutário e o cumprimento da sua missão. Com a forte divulgação do projeto e dos bons resultados que iam sendo alcançados os parceiros ativos viram o PI como a oportunidade de apoiar e resolver situações exclusivas que sozinhos não tinham possibilidade de concretizar.

Pela análise das respostas concluímos que efetivamente o projeto é uma resposta de proximidade e adaptada a realidades específicas do território.

⁷¹ Através da Rede Social Local foram diagnosticados os problemas que estão na base de elaboração do PI.

Contudo, não foi assumido por todos os parceiros do mesmo modo notando-se a presença de ruídos que deram azo ao surgimento de constrangimentos em termos de trabalho em parceria, existindo “a falta de participação de alguns parceiros, interesse e motivação social” (coordenador do PI). No entanto “as parcerias ativas iniciaram e concluíram a sua missão (...) é obvio que nem todas tiveram a mesma motivação e interesse.” (coordenador do PI).

Relativamente ao relacionamento, a equipa multidisciplinar assume ter uma boa relação com as entidades parceiras, no entanto em termos de relação destas com a coordenação referem que não é igual

(...) com a coordenação e algumas entidades nem sempre foi pacífica devido muitas vezes à gestão das situações (...); “ com uns parceiros sim com outros surgiram algumas dificuldades de proximidade, mas (...) as maiores dificuldades eram entre a coordenação e os parceiros. O relacionamento entre instituições é difícil e de alguma desconfiança.

Como forma de perceber a avaliação que as entidades parceiras fizeram ao PI incluímos no questionário duas questões de resposta aberta que incidiam em quais os aspetos positivos e, uma outra, acerca do que deveria de ser alterado no PI. Relativamente à primeira questão foi consensual considerar o projeto no seu todo positivo, dada a promoção e desenvolvimento de intervenção sistémica e individualizada, que abrange todo o território de Castelo de Paiva, assim como um número significativo de beneficiários com problemáticas sociais diversificadas e, que encontraram no projeto um ponto de âncora para a mudança. Contudo, importa referir que houve uma entidade parceira que afluíram ações em concreto considerando-as como centrais e responsáveis pela evolução social do território local, nomeadamente

o trabalho efetuado junto da população com deficiência teve enorme visibilidade e impacto, possibilitando conhecer em detalhe a situação de desfavorecimento e abandono deste público, bem como a necessidade de no futuro efetuar um trabalho de intervenção integrado e sistematizado (...) Outro aspeto muito positivo (...) projetos empreendedores, como seja as oficinas artesanais (..) que se podem considerar como mecanismos facilitadores e encorajadores de acesso ao mundo da empregabilidade e à inclusão ativa, efetivando-se a simbiose entre as competências pessoais, sociais e profissionais.

Como tal são visíveis os incentivos para a participação de algumas das entidades parceiras, dado que conseguem vislumbrar respostas sociais adequadas e concertadas com a realidade local.

Centrando a nossa análise nas respostas à segunda questão, que tem como principal objetivo aflorar fatores de desagrado das entidades, constatou-se a existência de “algumas dificuldades no trabalho colaborativo e na operacionalização das parcerias e das sinergias entre entidades” o que deu azo ao surgimento de “parcerias pouco definidas acabando algumas por se extinguir” (parceiro do PI). Outras questões foram elencadas, nomeadamente, a continuidade de financiamento público para o projeto, as condições contratuais de alguns técnicos e respetivas remunerações, a necessidade de apostar em projetos de carácter mais preventivo; necessidade de considerar a elegibilidade de uma verba afeta à criação de emprego para indivíduos portadores de multiproblemas; a necessidade premente de projetos assentes na mesma dinâmica de intervenção e com um trabalho efetivo de parceria (aposta efetiva no trabalho comunitário). Na nossa opinião os aspetos elencados, mais do que descontentamento face ao projeto são oportunidades de melhoria. Em suma

podemos afirmar que, nem todos os parceiros tinham a mesma opinião e conduta acerca da importância do PI.

Tendo em conta que apesar da diminuta participação de alguns parceiros o projeto foi implementado e alcançou os objetivos propostos esta situação, em certa medida, não pode ser interpretada como um entrave forte à implementação efetiva do projeto, mas pode ser considerada restrição de racionalidade individual. Concluímos que existem entidades parceiras que refletem restrições de racionalidade individual no que concerne a efetiva participação no projeto, facto que pode ser comprovado pela não resposta de alguns parceiros ao inquérito que lhes foi enviado, alguns alegando desconhecimento. Contudo, as restantes entidades enunciam vários incentivos para a sua participação, designadamente o desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida no território.

Beneficiários

Para a análise dos incentivos dos beneficiários não houve uma participação direta dos mesmos neste estudo, tendo-nos socorrido das diversas entrevistas realizadas aos diversos intervenientes, das histórias de vida analisadas, assim como da nossa experiência empírica no PI.

O maior incentivo para a participação é efetivamente a resposta de intervenção individualizada, sistémica, adaptada, de proximidade para as situações/problemas dos beneficiários, fossem eles de que índole fosse, tanto em termos de desestruturação familiar ou meramente necessidade de uma ocupação temporária. De forma a apurarmos se o projeto motiva à participação

no mesmo pelos incentivos que oferece, achamos pertinente aflorar acerca da existência de beneficiários que tivessem desistido do mesmo. Esta situação já foi anteriormente confirmada, pelas estatísticas apresentadas em termos de resultados, e mesmo relativamente à definição da amostra do presente estudo, contudo, pode ser fundamentada nas respostas da equipa multidisciplinar: “durante o decorrer do projeto alguns desistiram por diferentes motivos ... ou por integração no mercado de trabalho (poucos) ou por não sentirem que o projeto estava adequado às suas necessidades ou por motivos pessoais.” Dos 2737 beneficiários que passaram pelo projeto, 139 desistiram, 117 tiveram uma frequência contínua e os restantes participações pontuais.

Esta equipa assume que os incentivos para a participação dos beneficiários no projeto são consideráveis, nomeadamente “a integração social ... ou seja estar integrados em atividades que lhes proporcionasse um relacionamento com outras pessoas e ... a aquisição de algumas competências para ingressar no mercado de trabalho”, o acesso a serviços de forma mais facilitada e adequada às suas reais necessidades, a aquisição de competências através da participação em sessões de esclarecimento e ações de formação contínua, o acompanhamento de proximidade, os momentos de convívio e entretenimento, um incentivo monetário (apenas para quem participava nas oficinas tradicionais) em alguns períodos do ano fruto do trabalho que executavam, respostas de integração em períodos de férias / interrupções letivas para os filhos, entre outros. Resumindo,

além da integração nas oficinas tradicionais do projeto, onde adquiriam algumas competências ao nível do saber fazer, também participavam em ações que permitiam a aquisição de competências ao nível do saber estar e do saber ser. Por outro lado, tinham sempre que necessário o acompanhamento da equipa

multidisciplinar para os ajudar a resolver os seus problemas ou para encaminhar para outros serviços (equipa multidisciplinar).

De acordo com o presid.CM, que enumera todos os aspetos já referenciados, acrescenta

o grande incentivo foi a sinalização, o encaminhamento das pessoas que se encontravam isoladas social e geograficamente permitindo-lhes uma ocupação e concedendo-lhes ferramentas para mudanças e evolução em termos de competências sociais, pessoais e profissionais ... penso que funcionou na lógica de 'não dar o peixe, mas sim uma cana e ensinar a pescar'.

Os incentivos para a participação dos beneficiários são efetivamente a minoração de situações de pobreza e exclusão social, a redução de situações de isolamento social apoiados por uma retaguarda profissional predisposta a contribuir de modo eficaz para essas mudanças sociais em prol de um concelho mais coeso e de respostas adequadas às reais necessidades dos beneficiários. Segundo o coordenador do PI,

a proximidade diária entre a equipa multidisciplinar e os indivíduos pertencentes aos grupos desfavorecidos permitiu desenvolver competências sociais, estabelecer e acompanhar o cumprimento de regras e comportamentos que ao longo do tempo foram maximizando os índices de motivação e participação dos beneficiários.

Em suma podemos concluir que as restrições de racionalidade individual não assumem expressividade na nossa amostra.

6.4.3. Restrições de Compatibilidade de Incentivos

Aflorados os incentivos proporcionados pelo PI aos seus intervenientes, urge a indispensabilidade de averiguar se esses incentivos provocam naqueles intervenientes comportamentos compatíveis com os objetivos do projeto. Para que possamos considerar o projeto eficaz é imperioso que os incentivos proporcionados aos intervenientes do projeto sejam compatíveis com os objetivos do projeto (Mendes, 2006). Portanto, analisamos as restrições de compatibilidade de incentivos com o intuito de averiguar se um dos fatores que justifica a redução de situações de pobreza e exclusão social em análise, assim como o baixo IEPI verificado em alguns casos, está relacionado com a adoção, por parte dos intervenientes, de comportamentos contrários aos pretendidos, face aos objetivos do projeto.

O estudo das restrições de compatibilidade de incentivos não se pode abster das restrições de racionalidade individual anteriormente analisadas, pelo que a metodologia seguida nesta análise norteou-se pela lógica anterior, considerando os mesmos três grupos de intervenientes: equipa do projeto, parceiros e beneficiários.

Equipa do projeto (coordenação e equipa multidisciplinar)

Dadas as diferenças em termos de papéis desempenhados no projeto é pertinente que a análise dos elementos da equipa seja efetuada de modo independente. Assim sendo, iniciando a nossa análise pela coordenação, não encontramos qualquer lógica para que esta, de modo intencional, adotasse comportamentos que colocassem em causa os objetivos do projeto. Não

obstante, consideramos premente a recolha de opinião dos restantes intervenientes no projeto, relativamente a alguns comportamentos desta.

Num primeiro momento é importante expor o tipo de comportamentos que o projeto prevê por parte da coordenação. A principal função do coordenador é coordenar o trabalho que os profissionais adstritos vão desenvolvendo com os beneficiários, é liderar de modo a unir todos os elementos e motivar para o alcance dos objetivos do projeto. A execução desta função pretende que a coordenação atue no sentido de:

- promover reuniões de coordenação com equipa multidisciplinar, demais profissionais adstritos ao projeto com caráter semanal e com os parceiros (caráter mensal -reuniões de trabalho);
- promover reuniões de Conselho de Parceiros com caráter trimestral (reuniões de monitorização de resultados);
- tornar-se um apoio importante e acessível aos profissionais do projeto, no acompanhamento das situações e desenvolvimento das ações;
- avaliar e filtrar ideias novas que possam ser úteis na execução de determinada ação em prol de um aumento de eficácia do projeto;
- manter uma relação próxima com as entidades parceiras.

As reuniões de coordenação são vistas pelo projeto de elevada valia e cuja realização deverá ser rigorosamente cumprida de acordo com a periodicidade das reuniões com destinatários/participantes nas mesmas – profissionais ou parceiros (reunião de trabalho ou reunião de monitorização de resultados). Iniciando a nossa análise pelas reuniões com os parceiros e, tendo em

consideração o facto de participarmos nas mesmas, podemos afirmar que são realizadas de acordo com o predefinido e, facilmente comprovado pelas respetivas atas. Relativamente às reuniões com a equipa multidisciplinar e demais profissionais, o coordenador do PI na entrevista realizada refere que estes sempre estiveram presentes nas reuniões de coordenação e que “no mínimo havia uma reunião mensal com todos os parceiros e semanalmente com a equipa multidisciplinar e outras ações do projeto”. Segundo este, o apoio da coordenação foi importante para o projeto, uma vez que

o acompanhamento da coordenação permitiu que se atingissem todos os objetivos propostos na execução e monitorização do PI. Para além disso preocupou-se sempre com a planificação, proposta e execução de novas medidas inovadoras que foram de encontro às necessidades que os grupos desfavorecidos iam demonstrando. É exemplo, o CODI que despoletou o fenómeno da deficiência em Castelo de Paiva. (...). A coordenação preocupou-se com a sustentabilidade do Projeto (...). São exemplos a constituição da ICA – Incluir Cooperativa Artesanal CRL que permite a integração de mais de vinte indivíduos pertencentes aos grupos desfavorecidos, bem como, a manutenção dos postos de trabalho, anteriormente associados ao projeto.

Depreendemos pelas afirmações do coordenador que este sempre teve em linha de conta os objetivos do projeto e o alcance dos mesmos, e enveredou esforços para ter atitudes proativas em termos de eficácia do mesmo, nomeadamente na promoção de ações complementares em prol da inclusão social e combate ao isolamento, à desertificação e à exclusão social.

Os elementos da equipa multidisciplinar confirmam a importância do apoio da coordenação para o seu trabalho. No entanto, existiam situações em que havia algumas discordâncias em termos de estratégias de atuação/determinadas

metodologias e comportamentos, tal como podemos depreender das afirmações seguintes:

muito importante, aprendi muitas coisas com o coordenador, tinha boas ideias e boas formas de as por em prática, no entanto houve momentos em que as estratégias utilizadas não eram as mais corretas (...) mas no geral sempre houve bastante abertura da parte do coordenador e sempre trabalhamos bem.”; “foi, apesar de que considero que deveria ter estado mais presente, de ter tido uma outra forma de se relacionar com as parcerias. Muitas vezes o que se pretendia eram números e obter sucesso junto dos beneficiários não era muitas vezes a prioridade (equipa multidisciplinar).

Estes comportamentos do coordenador podem condicionar a motivação dos recursos humanos.

Outra situação que consideramos premente analisar foi o facto de a coordenação ser acessível aos profissionais a desempenhar funções no PI. O projeto prevê que os profissionais se dirijam à coordenação sempre que se justifique, de forma a obter o apoio necessário no acompanhamento das situações e desenvolvimento das ações. Pela nossa participação direta no projeto e pela proximidade com o coordenador, podemos afirmar que este sempre se assumiu como uma pessoa acessível e tal foi confirmado pela equipa multidisciplinar. Não obstante, por vezes apresentava comportamentos que prejudicavam a sua imagem de coordenação;

Sim era acessível, mas muitas vezes tinha ideias que não eram fáceis de se concretizar e gostava que prevalecessem (...). Acho que perdeu por muitas vezes não ouvir a opinião dos outros, no entanto acho que mesmo assim conseguiu mais valias para o concelho.”; “era fácil seguir as suas indicações ... no entanto, era muito ambicioso e tinha ideias que nos faziam andar com a cabeça às voltas e

que implicava muitas horas de trabalho, mas foi graças a isso que algumas ações que não estavam previstas se tivessem executado ... (...) o PaivaAmigo e o CODI ... se bem que considero que ficaram bastante aquém do previsto e que poderia ter-se feito mais nesse sentido (equipa multidisciplinar).

Por fim consideramos que era de extrema pertinência que a coordenação mantivesse uma relação estreita com as entidades parceiras. De acordo com o que já foi exposto e tendo por base o nosso conhecimento empírico, somos a afirmar que esta relação nem sempre foi pacífica com alguns dos parceiros, tendo mesmo alguns abandonado a parceria, alegando incompatibilidades com a metodologia de gestão. Apesar destas incompatibilidades, trimestralmente era reunido o Conselho de Parceiros com o objetivo de monitorizar, avaliar o trabalho desenvolvido e proporcionar mais um espaço de debate. Contudo, em termos de participação dos parceiros era reduzida, o que foi confirmado através da análise das folhas de presença das respetivas reuniões.

Após a análise efetuada, consideramos que o coordenador do projeto não desempenha algumas das suas funções de acordo com as orientações do PI, nomeadamente as que se relacionam com a manutenção de uma relação próxima com as entidades parceiras, tendo em conta que algumas optaram por desistir da parceria e este, não as conseguiu motivar de modo a continuar. Relativamente às restantes funções consideramos que efetivamente as cumpriu. Pensamos não estar aqui a explicação dos casos de baixo IEPI, apesar de que a não participação de alguns parceiros obrigou a uma reformulação das ações.

Continuando a nossa análise relativa a avaliação dos comportamentos da equipa do projeto, vamos centrar-nos agora na equipa multidisciplinar. Esta é central ao desenvolvimento de todo o PI, pelo que urge ser efetuada a avaliação dos seus comportamentos, nomeadamente no que concerne à compatibilidade

destes com os objetivos do projeto. Os que consideramos na presente análise são os que se encontram definidos na metodologia do projeto, a saber:

- intervenção sistémica e individualizada nas famílias vulneráveis / encaminhadas para o projeto potenciando a sua (re) inserção social;
- elaboração e aplicação de planos individuais de intervenção com vista à definição e execução de projetos de vida;
- desenvolvimento de ações de sensibilização com vista à promoção de melhorias nas competências pessoais, sociais e profissionais;
- cumprimento das diretrizes dadas pela coordenação;
- avaliação e monitorização da execução do projeto;
- comunicação e relacionamento estreito com as entidades parceiras do projeto.

Pelo nosso conhecimento, assim como pelos dados apresentados anteriormente relativos às intervenções efetuadas pela equipa multidisciplinar podemos afirmar que esta se comporta de acordo com os objetivos predefinidos. O trabalho desenvolvido por esta equipa é de extrema valia, pois

permitiu uma intervenção de proximidade no terreno permitindo uma familiarização contínua, durante os cinco anos de duração do projeto, com os indivíduos pertencentes aos grupos desfavorecidos. Esta proximidade promoveu, o exercício da cidadania ativa, o acesso a direitos e deveres cívicos, bem como, uma melhor saúde mental dos indivíduos (coordenador do PI).

Esta proximidade diária entre a equipa e os beneficiários contribuiu efetivamente para o desenvolvimento das competências destes. A realização de planos individualizados/personalizados de intervenção originou respostas específicas e adequadas a cada situação/problema, sendo assim uma mais valia significativa para os processos de mudança social pré diagnosticados. Estes planos individuais integravam o beneficiário no projeto, nas diversas ações em

curso e disponibilizavam o tipo de acompanhamento necessário a cada um (social, psicológico, jurídico, enfermagem, ocupacional, lúdico, educacional e informacional) tendo sempre como prioridade no desenvolvimento “um acompanhamento sistémico aos grupos desfavorecidos promovendo a sua integração social e profissional” (coordenador do PI).

A participação da equipa multidisciplinar nas diversas reuniões de trabalho realizadas pela coordenação⁷² tinha uma obrigatoriedade que era cumprida, salvo algumas exceções devidamente justificadas.⁷³

O cumprimento das diretrizes dadas pela coordenação é outra tarefa da equipa multidisciplinar e tal acontecia, mesmo com discordância relativa a certas metodologias / comportamentos. Segundo os técnicos nem sempre é fácil seguir as orientações da coordenação, uma vez que a elevada ambição pelo desenvolvimento do projeto, de modo ao cumprimento estatístico do mesmo, pode condicionar a sua eficácia em termos de cumprimento real dos planos de intervenção elaborados. Sempre que sentiam necessidade estes técnicos recorriam à coordenação.

No que se reporta à relação que estabelecem com as entidades parceiras foi assumida como positiva, cordial e com alguma proximidade, com maior enfoque nas relações com os técnicos mediadores entre as entidades executora e parceiras.

Considerando o anteriormente exposto, não nos parece que nenhum dos fatores abordados constitua uma limitação ao cumprimento dos objetivos do projeto, pelo que concluímos que a equipa multidisciplinar no desempenho das suas funções adotam comportamentos adequados com os objetivos do projeto.

⁷² Semanal, mensal ou trimestral.

⁷³ Faltas ou férias.

Entidades parceiras

Relativamente às entidades parceiras há que referir que, algumas delas, adotaram comportamentos incompatíveis com os objetivos do projeto, uma vez que não cumpriram com o acordado no acordo de parceria subscrito aquando da apresentação da candidatura. As principais funções dos parceiros são:

- participação ativa no desenvolvimento do projeto;
- apoio logístico e técnico na operacionalização das ações;
- participação efetiva nas reuniões de trabalho e Conselho de Parceiros incluir;

De acordo com a equipa multidisciplinar, “ (...) as parcerias funcionam muito mal, cada um procura protagonismo e isso impede muitas vezes a melhoria das condições da população ... conseguem-se resultados, mas poderiam ser melhores.” Deste modo, estas entidades assumem comportamentos que podem colocar em causa o cumprimento dos objetivos do projeto⁷⁴. Há que referir que estes comportamentos, pelo nosso conhecimento empírico, se devem à não aceitação de certas metodologias de execução do PI. O presid.CM, enquanto promotor e parceiro do PI, é da opinião que o projeto se desenvolveu de acordo com os seus objetivos, mas assume que

(...) apesar de ter podido ser desenvolvido de outra forma ... em vez de existir uma preocupação excessiva com os números, penso que poderia ter existido uma preocupação mais acutilante com a supressão das necessidades reais dos participantes ... mas os seus grandes objetivos foram cumpridos,... existiram efetivamente redução de situações de pobreza e exclusão através de integração

⁷⁴ Esta situação foi anteriormente referida aquando da análise das restrições de racionalidade individual.

efetiva no mercado de trabalho e existiram outras situações, em que essa integração não foi efetiva, no entanto aumentaram e desenvolveram as suas competências ... integraram-se socialmente, assim como em determinados casos foram sinalizados e alvo de intervenção de outras estruturas, nomeadamente do serviço social da Câmara Municipal.

Tal como já aludimos anteriormente a resistência de determinados parceiros não influenciou o IEPI, pois apesar da necessidade de reformulação de ações, as mesmas foram cumpridas e os objetivos alcançados. No entanto, o objetivo do fortalecimento do relacionamento inter institucional não foi alcançado e parece ter havido algumas restrições de compatibilidade de incentivos ainda que não tenham afetado grandemente os resultados.

Beneficiários

Dos incentivos que são disponibilizados aos beneficiários, o principal prende-se, como já aludimos anteriormente, com a possibilidade de obtenção de respostas personalizadas de intervenção e acompanhamento, de acordo com um diagnóstico inicial pormenorizado. Tem-se em conta todas as especificidades do indivíduo e é considerado como ser único, no seio de uma sociedade em mutação constante. Segundo o presid.CM o principal incentivo à participação era

(...) ter um projeto direcionado à redução das situações de pobreza, nomeadamente assente numa intervenção sistémica orientada para a contribuição para mudanças positivas nos ciclos de vida de pobreza e exclusão social ... acho que os incentivos, cada um dos participantes os reconheciam á sua maneira.

Este motivo é um dos que faz com que as pessoas aceitem a integração no projeto ou sejam integradas, refletindo (des) motivação para a participação.

Contudo, é necessário que o comportamento destes seja avaliado ao longo do tempo de frequência do projeto. Com a presente dissertação, queremos avaliar se estes beneficiários adotaram comportamentos coadunados com os objetivos do projeto, nomeadamente no que respeita à sua cooperação no alcance das ações que se orientam para a redução de situações de pobreza e exclusão social através da promoção de competências pessoais, sociais e profissionais e/ou através da inclusão efetiva no mercado de trabalho, potenciando deste modo a promoção da inclusão social e o combate ao isolamento e à exclusão social. Os comportamentos esperados dos beneficiários prendem-se com a motivação destes em operacionalizar mudanças nas suas vivências quotidianas desestruturadas (na maioria dos beneficiários) de modo a efetivamente conseguirem uma (re) integração social e profissional. Para tal é importante uma participação ativa e motivada nas ações, contribuindo deste modo para a operacionalização eficaz dos seus novos projetos de vida. Estas atitudes são de extrema importância para o alcance dos objetivos definidos para a intervenção e, conseqüentemente para o alcance de IEPI elevados, dado que estes são os principais atores do PI.

No arranque do projeto foram sentidas muitas dificuldades, nomeadamente para cativar os beneficiários para o mesmo, pois a desconfiança, a desmotivação e o descrédito nas instituições, estavam demasiado presentes na vida de cada um. Com a colaboração de algumas entidades parceiras iniciou-se um processo sinuoso, mas que permitiu trabalhar áreas de competência muito importantes e, apesar de não se conseguir tudo o que era desejável, alteraram-se comportamentos e atitudes e, acima de tudo, chamou-se ao convívio as pessoas permitindo um desenrolar de relações sociais. Deu-se “material” que possibilita encetar processos de mudança (Equipa do Projeto, 2011).

De acordo com o enquadramento metodológico anteriormente apresentado, a informação relativa à evolução e/ou mudança dos comportamentos dos beneficiários foi recolhida através de questionário aplicado à equipa multidisciplinar que versava sobre os aspetos anteriormente elencados, entre outros. As questões centrais do inquérito são: “O que verificou durante a implementação / desenvolvimento do PI?” e “O que verificou no final da participação no PI?” As respostas obtidas aos diversos itens de cada uma das questões permitem-nos efetivamente avaliar as mudanças ocorridas individualmente em cada beneficiário, assim como o cálculo efetivo do seu IEPI (anteriormente apresentado). Quando questionados acerca da opinião que tinham face aos comportamentos dos beneficiários serem coincidentes com os objetivos do projeto, os elementos da equipa foram unânimes ao referir que “uns sim, outros não”. Segundo estes, a

finalidade (do projeto) era dotar as pessoas de competências para que conseguissem mudar o rumo das suas vidas, mas alguns apenas pretendiam depender do projeto. Verificou-se que alguns apesar de permanecerem no projeto durante um largo período de tempo não alteraram o seu percurso de vida.

Esta afirmação corrobora as conclusões retiradas relativas ao IEPI anteriormente apresentado, isto é “ em alguns momentos alguns beneficiários ... com mais dificuldades de integração não se comportavam de acordo com os objetivos (...) era um público com muitas dificuldades a diferentes níveis e isso torna o trabalho mais difícil ... mas também aliciante.”. Face ao exposto podemos afirmar que mesmo os beneficiários para os quais o IEPI foi baixo, o projeto potenciou algum tipo de mudanças que poderão não ter sido mais elevadas ou por motivos pessoais (fatores motivacionais) ou mesmo externos (conjuntura territorial).

A questão da compatibilidade de incentivos, na análise do presente grupo de intervenientes, tem uma importância elevada, uma vez que estamos perante um público com características muito peculiares, tal como anteriormente referenciamos. Com o objetivo de aferir o reconhecimento de mais valias por parte destes em relação ao PI colocamos uma questão aos elementos da equipa técnica e presid.CM que referiram que nem todos os beneficiários reconheciam mais valias ao projeto,

os que reconheciam eram aqueles que realmente pretendiam alterar a sua vida, os que apenas eram encaminhados muitas vezes fruto de acordos de inserção social, apenas o faziam por obrigatoriedade, tanto que muitos desses desistiam assim que os acordos eram cessados. Os que viam mais valias (...) eram realmente os que vinham por iniciativa própria e com vontade de alterar a sua vida (equipa multidisciplinar).

Segundo o presid.CM os que reconheciam mais valias

(...) foram aqueles que realmente pretendiam algumas mudanças na sua vida, que reconheciam a participação no projeto como uma possibilidade de mudança e que realmente estavam disponíveis para que esta acontecesse ... refiro-me àquelas pessoas que foram “atiradas” para situações de desemprego e isolamento social pelo encerramento de empresas e viram (...) uma possibilidade de ocupação e de aumento de conhecimentos, melhorando assim a sua empregabilidade viram que podia surgir uma possibilidade efetiva de integração no mercado e não olharam para trás. Outro não, (...) o projeto é formatado para pessoas que se encontravam em risco de exclusão social. Muitas fazem parte de famílias disfuncionais, famílias que vivem em ciclos de pobreza geracional e que se acomodam a esta situação não procurando formas de alteração, vivendo muito dependentes de subsídios, nomeadamente do RSI. (...), os beneficiários do RSI

têm que cumprir o acordo de inserção; em alguns destes acordos a integração no PI era uma obrigatoriedade. Como tal, a participação para muitos destes era uma obrigação para receberem a prestação social e não a viam como qualquer possibilidade de mudança ...

Pelo nosso conhecimento da realidade local, as pessoas continuam muito dependentes do sistema, tendo-se verificado muitas vezes a procura da

equipa do projeto porque pretendiam soluções imediatas a nível monetário: ou formação profissional ou o RSI. Muitas vezes quando isso não lhes era permitido simplesmente não ficavam ou então ficavam porque não encontravam outras alternativas (equipa multidisciplinar).

A conjuntura do concelho nos anos anteriores, pelo encerramento de várias empresas com um número elevado de pessoas, deu azo a um volume considerável de formação financiada, criando uma dependência em relação à mesma. Isto constitui-se como um factor de acomodação relativamente à procura de emprego e subsidi dependência.

Contudo, todos acabavam, ainda que alguns de forma residual, por beneficiar de mais valias, apesar de não as reconhecerem. Passaram a ter acesso a determinados serviços (enfermagem, apoio jurídico, psicológico e social) que até à sua integração eram inacessíveis ou por desconhecimento, por isolamento geográfico e/ou falta de vontade. Exemplo disso foi referido pela equipa multidisciplinar, o “ concelho é disperso geograficamente e tem lugares onde o acesso é bastante difícil, não existe uma rede de transportes ... tivemos beneficiários que não tinham qualquer acompanhamento médico há muitos anos e que passaram a ter acesso a esse serviço”.

Para o coordenador do PI a motivação dos beneficiários era elevada, assumindo como as principais motivações “a ocupação nas oficinas tradicionais. O acesso a direitos e deveres que antes não tinham. A retaguarda familiar que o projeto lhes ofereceu. A convivência e familiarização.” Contudo, apesar do referenciado existiam algumas situações residuais, nomeadamente no que concerne a apoio pecuniário, fator motivador à participação e que se encontrava, de certo modo, condicionado pela candidatura elaborada, tal como abordado anteriormente na análise das restrições orçamentais. Como tal, a questão monetária convém ser analisada. Os beneficiários deste projeto em termos de mais valias monetárias diretas pela sua participação não tinham, com exceção da alimentação, transporte e uma contribuição monetária pontual pelos produtos elaborados e vendidos no âmbito das oficinas tradicionais. Esta situação, dadas as características dos beneficiários e as vivências de situações de pobreza e exclusão social, condicionou, em certa medida, a participação motivada destes. Contudo, cientes destas dificuldades houve propostas de reformulação da candidatura, com vista a minorar estas questões. Segundo o coordenador, “em sede de candidatura eram poucos os incentivos, mas durante a sua execução criaram-se mecanismos para o incentivo da participação e manutenção dos beneficiários no projeto.” Assim sendo foi mais um incentivo encontrado para a participação motivada dos beneficiários.

6.4.4. Restrições de Implementação: Conclusões

Pelas diversas análises efetuadas podemos afirmar que o PI tem algumas fragilidades que poderão tornar-se restrições à sua implementação. Restrições orçamentais e outras correlacionadas com os comportamentos assumidos por alguns dos intervenientes, nomeadamente parceiros e beneficiários do projeto que não manifestam disponibilidade para colaborar com o mesmo, pois não vislumbram contributos para a mudança social através da operacionalização / participação no mesmo. Estes adotam comportamentos desadequados face aos objetivos do projeto, comprometendo os objetivos do projeto e, paulatinamente, originando um baixo IEPI.

CAPÍTULO VII. CONCLUSÃO

Com a presente dissertação fundamentamos algumas convicções que possuíamos, quando avançamos com o presente estudo. No que se reporta à eficácia do projeto, em termos dos seus beneficiários e de mudanças efetivas nos estilos e formas de vida destes, os dados que apuramos confirmam esta situação na nossa amostra, no entanto houve situações em que ocorreram taxas de sucesso mais baixas cujos motivos tentamos explicar através da Metodologia de Análise de Implementação de Mendes (2006).

Ficou demonstrado que, de uma forma geral, os objetivos do PI foram alcançados para a amostra em análise, dado que em média o índice de eficácia do projeto da amostra considerada para esta análise foi de 65.84%, sendo que em 93.98% dos casos o índice de eficácia do projeto foi superior a 40%. Pela análise das restrições de implementação concluímos que o projeto tem algumas inerentes, nomeadamente orçamentais e de compatibilidade de incentivos, mas que se conseguiram criar estratégias de reação, monitorização e alavancagem das mesmas, enquanto este foi financiado pelo ISS, I.P. Contudo, esta situação já não é verificável findo esse financiamento, podendo mesmo constatar-se alguns retrocessos em determinadas situações.

No que concerne ao fortalecimento das parcerias o real objetivo do projeto, no nosso entender, não foi alcançado, contudo consideramos que foi uma experiência muito positiva, pois deu-nos pistas para a elaboração de futuros acordos de parceria, e para a necessidade premente do trabalho na lógica do *empowerment* e do envolvimento real de todos em todas as fases de qualquer processo de elaboração de candidaturas, independentemente de com que tipo de agente se trabalha. Os relacionamentos interpessoais, associados a disputas

de poder institucional e interinstitucional, por vezes, dão azo a constrangimentos de compatibilidade de incentivos. Pensamos que esta situação foi visível ao longo da presente dissertação. Relativamente aos beneficiários encontramos pessoas motivadas e com vontade manifesta e expressa de aceitar e colaborar na operacionalização dos seus planos individuais de mudança e, pessoas nas quais estes sentimentos não assumiam tanta expressividade, nomeadamente beneficiários de RSI ou qualquer outra prestação associada. Nestes, a motivação é menor, a resistência à mudança é maior e, conseqüentemente, a participação nas ações propostas é reduzida, sendo também reduzido o IEPI.

Ficou versada a importância da existência de projetos com incidência territorial, específicos às necessidades de cada território, rentabilizando recursos endógenos e potenciando a reconversão de fatores de risco em oportunidades de melhoria. Ou seja, o PI foi o reflexo de uma política de proximidade decorrente do trabalho da Rede Social, com reflexos positivos no Município no que concerne a mudanças sociais positivas, assim como no despertar de consciências para a realidade social local, assim como institucional. Com o desenvolvimento desta dissertação, surgiram novas questões que numa oportunidade futura, poderão ser alvo de estudo, nomeadamente a percepção dos motivos de resistência à participação no PI tanto por alguns beneficiários, como parceiros, assim como a importância efetiva de uma avaliação em qualquer projeto, principalmente os de cariz social onde não se pode fazer extrapolações diretas entre os dados estatísticos e as mudanças sociais decorrentes do mesmo.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, J. et al.1994. **Exclusão Social –Factores e Tipos de Pobreza e Exclusão Social**. Oeiras. Celta.

Capucha, L.2005. **Desafios da Pobreza**. Oeiras. Celta Editora.

Capucha, L. et al. 2005. **Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social – Relatório Final**. Lisboa. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Costa, Alfredo B.1998. **Exclusões Sociais**. Lisboa. Fundação Mário Soares. Gradiva.

Costa, Alfredo B.2001. **Exclusões Sociais**. Lisboa. Gradiva.

Costa, Alfredo B (coord) et al.2008. **Um olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidades e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo**. Lisboa. Gradiva

Equipa PI. 2011. **Relatório de Avaliação Final do PI**. Castelo de Paiva. Centro Social de Santa Maria de Sardoura.

Estivill (coord) et al. 1997. **O Partenariado Social na Europa. Uma Estratégia Participativa na Europa**. Porto. Rede Europeia anti Pobreza/Portugal

Gestão, Gabinete de. 2008. **Promover a Inovação Social Recursos Equal de Referência**. Lisboa. MTSS.

Gestão, Gabinete de. 2008. **Histórias de Sucesso de Inovação Social**. Lisboa. MTSS.

Gestão, Gabinete de. 2008. **Animação Territorial Caminhos para a Inovação Social**. Lisboa. MTSS.

Instituto Nacional de Estatística. 2011. **Sistema de Metainformação**. www.ine.pt

Instituto Nacional de Estatística. 2011. **Censos 2011**. www.ine.pt

Instituto de Emprego e Formação Profissional. 2012. **Centro de Emprego: Estatísticas Mensais**. Lisboa. www.iefp.pt

Minarelli, José Augusto. 1995. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo. Gente.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho. 2003. **Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social 2003-2005**. Lisboa. MSST.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho. 2007. **Plano Nacional de Ação para a Inclusão Social 2006-2008**. Lisboa. MSST.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho. 2003. **Relatório Conjunto sobre a inclusão, SEC 2003 – 1425**. Lisboa. MSST.

Núcleo Executivo da Rede Social. 2003. **Diagnóstico Social de Castelo de Paiva**. Castelo de Paiva. Rede Social.

Núcleo Executivo da Rede Social. 2005. **Candidatura ao PI**. Castelo de Paiva. Rede Social.

Núcleo Executivo da Rede Social. 2007. **Plano de Desenvolvimento Social 2006/2009 de Castelo de Paiva**. Castelo de Paiva. Rede Social.

Núcleo Executivo da Rede Social. 2012. **Diagnóstico Social de Castelo de Paiva**. Castelo de Paiva. Rede Social.

Pereirinha, J. 2008. **Política Social. Formas de Atuação no Contexto Europeu**. Lisboa. Universidade Aberta.

Quivy, Raymond, Campenhoudt, L.V.1992. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa. Gradiva.

Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal. 2012. **Indicadores sobre a Pobreza – Portugal e União Europeia**. Porto. EAPN

Rodrigues, Eduardo V. 2010. **Escassos Caminhos – Os Processos de imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção**. Porto. Afrontamento.

Ruivo, Fernando. 2002. **Poder Local e Exclusão Social**. Coimbra. Quarteto.

Ruivo, Fernando.2000. *O Estado Labiríntico: O poder relacional entre Poderes Local e Central em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento

Artigos

Costa, José António. s.d. **Empregabilidade o conceito e sua relação com o trabalho em Portugal**. Módulo M3 Organização do Trabalho, a gestão das pessoas e a mudança – Pós graduação em Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Recursos Humanos. ISLA. 1-4.

Mendes, A.2011. Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação Social. **II Mosaico Social em Santa Maria da feira**.

Mendes, Américo M. S. Carvalho. 2006. Implementation analysis of forest programmes: Some theoretical notes and an example. **Forest Policy and Economics**, 8.2006: 51-528.

Estivill, J. et al. 2008. **A Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão Social**. Porto. Rede Europeia anti Pobreza/Portugal

Rodrigues, Eduardo V. et al. 1999. A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. **Sociologia**.9: 63-99.

Rodrigues, Eduardo V. et al. 2000. O Estado Providencia e os Processos de Exclusão Social: Considerações Teóricas e Estatísticas em Torno do Caso Português. **Sociologia**.10: 173-200.

Felizes, Joel.2000. **Três abordagens do poder local enquanto formas diferenciadas de construção das identidades – uma breve exploração**, apresentação comunicada ao IV Congresso Português de Sociologia, APS: CD-ROM.

Portas, Nuno.1979.O Poder Local: que Futuro?. **Cadernos Municipais**. 2. 9-17.

Portas, Nuno.1988. Sobre alguns problemas da descentralização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 25/26, 61-78.

Ruivo, Fernando; **Francisco**, Daniel. 1999. O Poder Local entre Centro e Periferia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 52/53, 281-306.

Ruivo, Fernando.1991.Um Estado Labiríntico: a propósito das relações entre o Poder Central e o Poder Local em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. nº 33, 189-200.

Decreto-lei / Despachos / Regulamentos

Decreto-lei n.º 115/2006 (2006. Junho06). Diário da República n.º 114/06 – I Série A. n.º 114 pp.4276-4282.

Decreto-lei n.º 7/2003 (2003. Janeiro03). Diário da República n.º 12/03 – I Série A. n.º 12 pp.130-136.

Decreto-lei n.º 221/2012 (2012. Outubro12). DIÁRIO DA REPÚBLICA: I SÉRIE, n.º 198 pp.5858 – 5861.

Lei n.º 147/99 (1999. Setembro99). Diário da República n.º 147/99 – I Série A. n.º 204 pp.6115 – 6132.

Lei n.º 8/2009 (2009.Fevereiro09). Diário da República n.º 34/09 – I Série A. n.º 34 pp.1145 – 1148.

Resolução n.º 197/97 (1997. Novembro97). Diário da República n.º 267 – I Série B. n.º 267. Pp.6253-6255.

Despacho n.º 23088/2006 (2006.Novembro06). Diário da República n.º 218 – II Série A. pp. 25215-25216.

Despacho n.º 6716 – A/2007 (2007.Abril07) Diário da República n.º 68 – II Série. Parte C. pp. 8960 (2).

Portaria n.º 1082-A/2001 (2001.Setembro01). Diário da Republica n.º 206/01 – I Série B. n.º 206 pp. 5774 (2) – 5774 (11).

Portaria n.º 730/2004 (2004.Junho04). Diário da Republica n.º 147/04 – I Série B. n.º 147 pp. 3869-3871.

Portaria n.º 396/2007 (2007.Abril07). Diário da República n.º 65 – I Série. n.º 396 pp. 2073-2078.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. 2005. **Regulamento Interno Conselho Municipal de Segurança**. Castelo de Paiva. CMCP.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. 2002. **Regulamento Interno Conselho Municipal de Educação**. Castelo de Paiva. CMCP.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. 2005. **Regulamento Interno Proteção Civil**. Castelo de Paiva. CMCP.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. 2001. **Regulamento Interno Conselho Municipal de Cultura e Desporto**. Castelo de Paiva. CMCP.

Conselho Local de Ação Social. 2001. **Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social**. Castelo de Paiva. Rede Social.

Câmara Municipal de Castelo de Paiva. 2005. **Regulamento Interno Comissão Saúde**. Castelo de Paiva. CMCP.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castelo de Paiva. 2006. **Regulamento Interno da CPCJ**. Castelo de Paiva. CPCJ.

Dissertação de Mestrado

Cerca, I. 2007. **O Poder Local e Educação: Que Relação?**. Coimbra. Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia

Nunes, M. 2009, **Evolução da Área Social nos municípios durante o último quartel do séc. XX**. Porto. Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Rodrigues, Barbara.2012. **Avaliação de um Projecto de Preservação da Unidade Familiar: o Projecto Família**. Porto. Universidade Católica Portuguesa.

Vasconcelos, Cristina. 2011. **A Rede Social do Concelho de Ovar e a sua Percepção do Combate à Pobreza e Exclusão Social**. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Informação disponível web:

www.qca.pt/iniciativas/equal.asp

www.seg-social.pt

br.innatia.com – família disfuncional

Wikipedia.org - empregabilidade

slideshare.net.2013 – isolamento social

Phills, Deiglmeier& Miller. 2008. **Inovação Social**. slideshare.net.2013 –
isolamento social

Wikipedia.2013.Emregabilidade.Minarelli, José Augusto. www.wikipedia.pt

ANEXOS

Anexo I

Indicadores sobre Pobreza e Exclusão Social

(EAPN,2012)

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL - INDICADORES

Risco de pobreza e exclusão social

No ano de 2010 cerca de 115, 5 milhões de pessoas na EU-27 (23%) encontravam-se em risco de pobreza e exclusão social. Estes dados dissimulam variações importantes entre Estados-membros, tal como pode ser visualizado através do quadro seguinte:

Quadro n.º 1

Risco de Situação de Pobreza (%)

Bulgária	42%
Letónia	38%
Lituânia	33%
Hungria	30%
República Checa	15%
Suécia	15%
Holanda	15%

Fonte: Statistics in focus, 9/2012, Population and social conditions, European Commission.

Quadro n.º 2

Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário (%), 2010

	Crianças e jovens (0-17)	Pessoas em idade ativa (18-64)	Idosos (> = 65)	Total
EU 27	26,9	23,3	19,8	23,4
Bélgica	23,2	20,0	21,0	20,8
Bulgária	44,6	36,9	55,9	41,6
Republica Checa	18,9	14,1	10,1	14,4
Dinamarca	15,1	19,5	18,4	18,3
Alemanha	21,7	20,8	14,8	19,7
Estónia	24,0	21,8	19,0	21,7
Grécia	28,7	27,7	26,7	27,7
Espanha	29,8	25,1	22,6	25,5
França	23,0	20,0	12,0	19,3
Itália	28,9	24,7	20,3	24,5
Letónia	42,0	37,0	37,7	38,1
Lituânia	34,3	34,0	30,0	33,4
Luxemburgo	22,3	17,5	6,1	17,1
Hungria	38,7	30,5	16,8	29,9
Malta	24,4	19,1	21,9	20,6
Holanda	16,9	16,5	6,2	15,1
Áustria	18,8	16,1	15,8	16,6
Polónia	30,8	27,6	24,4	27,8
Portugal	28,7	24,1	26,1	25,3
Roménia	48,7	39,7	39,9	41,4
Eslovénia	15,2	18,1	22,8	18,3
Eslováquia	25,3	20,2	16,7	20,6
Finlândia	14,2	17,1	19,5	16,9
Suécia	14,5	15,0	15,9	15,0
Reino Unido	29,7	21,2	22,3	23,1

Fonte: Eurostat

Quadro n.º 3

Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social (%), 2011

	Pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais	Pessoas em situação de privação material severa	Pessoas entre os 0-59 anos que vivem em agregados com uma baixa intensidade de trabalho	Pessoas que se encontram abaixo de um dos três critérios 2011
% do total da população				
EU 27	16,9	8,8	10	24,2
Bélgica	15,3	5,7	13,7	21
Bulgária	22,3	43,6	11,0	49,1
Republica Checa	9,8	6,1	6,6	15,3
Dinamarca	13,0	2,6	11,4	18,9
Alemanha	15,8	5,3	11,1	19,9
Estónia	17,5	8,7	9,9	23,1
Grécia	21,4	15,2	11,8	31,0
Espanha	21,8	3,9	12,2	27
França	14,0	5,2	9,3	19,3
Itália
Chipre	14,5	10,7	4,5	23,5
Letónia	19,3	30,9	12,2	40,1
Lituânia	20,0	18,5	12,3	33,4
Luxemburgo	13,6	1,2	5,8	16,8
Hungria	13,8	23,1	12,1	31,0
Malta	15,4	6,3	8,3	21,4
Holanda	11,0	2,5	8,7	15,7
Áustria	12,6	3,9	8,0	16,9
Polónia	17,7	13,0	6,9	27,2
Portugal	18,0	8,3	8,2	24,4
Roménia	22,2	29,4	6,7	40,3
Eslovénia	13,6	6,1	7,6	19,3
Eslováquia	13,0	10,6	7,6	20,6
Finlândia	13,7	3,2	9,8	17,9
Suécia	14,0	1,2	6,8	16,1
Reino Unido	16,2	5,1	11,5	22,7

Fonte: Eurostat

Quadro n.º 4

Taxa de risco de pobreza antes e depois das transferências sociais (TS) em % e o limiar de risco de pobreza (para uma pessoa) em 2009 e em 2010

	Risco de pobreza antes das TS		Risco de pobreza depois das TS		Limiar do risco de pobreza em euros	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
EU 27	25,1	25,7	16,3	16,4	-	-
Portugal	24,3	26,4	17,9	17,9	4 969	5 207

Fonte: Eurostat

Exclusão Social: Taxa de Privação Material⁷⁵

Quadro n.º 5

Indicadores de privação material, Portugal

Ano de Referência	2006	2007	2008	2009 (PO)
Taxa de privação material	22,4%	23%	21,5%	22,5%
Taxa de privação material severa	9,6%	9,7%	9,1%	9%
Intensidade da privação material	3,7%	3,6%	3,7%	3,6%
EU - SILC	2007	2008	2009	2010 (PO)

Fonte: EU-SILC 2007-2010

⁷⁵ Indicador não monetário de condições de vida para mensurar a exclusão social definido pelo Comité de Proteção Social: “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne, frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, u telefone ou carro próprio.”

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL - INDICADORES

Taxa de Risco de Pobreza⁷⁶

Quadro n.º 6

Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20,4%	19,4%	18,5%	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%	18,0%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (homens)	19,2%	18,7%	17,7%	17,2%	17,9%	17,3%	17,3%	17,6%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (mulheres)	21,6%	20,1%	19,1%	19,0%	19,1%	18,4%	18,4%	18,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou = 17 anos)	24,6%	23,7%	20,8%	20,9%	22,8%	22,9%	22,4%	22,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18-64 anos)	17,0%	15,9%	15,7%	15,2%	16,3%	15,8%	15,7%	16,2%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (> 65 anos)	28,9%	27,6%	26,1%	25,5%	22,3%	20,1%	21,0%	20,0%
EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Fonte:EU-SILC2004-EU-SILC2011-INE

⁷⁶ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2011, INE, Julho de 2012; www.ine.pt;

Quadro n.º 7**Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho**

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total com emprego	12,4%	11,9%	11,2%	9,7%	11,8%	10,3%	9,7%	10,3%
Total sem emprego	27,8%	26,6%	26,3%	26,9%	24,8%	24,4%	24,5%	24,3%
Desempregados	32,0%	28,4%	31,1%	32,2%	34,6%	37,0%	36,4%	36,0%
Reformado	25,8%	25,1%	22,9%	23,1%	20,1%	17,4%	18,5%	17,9%
Outros inativos	29,0%	27,9%	29,0%	30,2%	28,3%	29,9%	28,0%	28,4%
EU – SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Fonte:EU-SILC2004-EU-SILC2011-INE

Quadro n.º 8**Taxa de Risco de Pobreza segundo a composição do agregado familiar**

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total sem crianças dependentes	20,0%	18,5%	18,9%	18,7%	16,1%	15,4%	16,5%	15,8%
1 Adulto sem crianças	35,2%	37,1%	34,9%	33,0%	31,0%	28,0%	30,1%	27,5%
2 Adultos ambos com menos de 65 anos, sem crianças	16,2%	15,2%	18,3%	17,6%	16,5%	16,4%	16,6%	16,2%
2 Adultos, pelo menos 1 c/65 ou + anos, sem crianças	30,0%	28,1%	25,8%	26,4%	21,7%	18,7%	20,3%	19,5%
Outros agregados, sem crianças	11,5%	8,7%	9,5%	9,3%	7,4%	8,7%	9,1%	9,1%
Total, com crianças dependentes	20,6%	20,0%	18,1%	17,7%	20,4%	19,9%	19,1%	20,1%
1 Adulto com pelo menos 1 criança	34,8%	31,5%	41,2%	33,6%	38,9%	37,0%	37,0%	27,9%
2 Adultos com 1 criança	12,8%	14,7%	12,1%	12,2%	16,7%	13,4%	12,6%	15,6%
2 Adultos com 2 crianças	24,0%	23,9%	18,6%	17,0%	20,6%	19,4%	17,1%	19,8%
2 Adultos com 3 ou + crianças	41,0%	42,0%	37,8%	43,3%	31,9%	36,1%	33,2%	34,5%
Outros agregados com crianças	17,5%	14,9%	15,8%	16,3%	18,0%	20,1%	20,7%	19,5%
EU – SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Fonte:EU-SILC2004-EU-SILC2011-INE

Nota 1: No contexto deste inquérito, até 2006 foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre os 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU – SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes”, todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Quadro n.º 9

Taxa de Risco de Pobreza considerando as transferências sociais (TS) Portugal

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer TS	41,3%	40,8%	40,2%	40,0%	41,5%	41,5%	43,4%	42,5%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26,5%	25,7%	25,1%	24,2%	24,9%	24,3%	26,4%	25,4%
Taxa de risco de pobreza após TS	20,4%	19,4%	18,5%	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%	18,0%
EU – SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Fonte:EU-SILC2007-EU-SILC2011-INE

Quadro n.º 10

População em risco de pobreza ou exclusão social

Ano do inquérito	2008	2009	2010	2011
População em risco de pobreza ou exclusão	26,0%	24,9%	25,3%	24,4%
EU – SILC	2004	2005	2006	2007

Fonte:EU-SILC2008-EU-SILC2011-INE

Quadro n.º 11

Coeficiente de Gini.⁷⁷

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Coeficiente de Gini	37,8	38,1	37,7	36,8	35,8	35,4	33,7	34,2
U – SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Fonte: EU-SILC -INE

Quadro n.º 12

Indicadores de Privação Material Portugal⁷⁸

Ano de referência dos dados	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de privação material	21,7%	21,2%	19,9%	22,4%	23,0%	21,5%	22,5%	20,9%
Taxa de privação material severa	9,9%	9,3%	9,1 %	9,6%	9,7%	9,1%	9,0%	8,3%
Intensidade da privação material	3,7%	3,7%	3,7%	3,7%	3,6%	3,7%	3,6%	3,6%
EU – SILC	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011

Fonte:EU-SILC2004-EU-SILC2011-INE

A taxa de atividade de 2001 para 2011 sofreu uma variação negativa na ordem dos -1,72% ao nível do Continente. As variações negativas são visíveis também ao nível do Norte e região do Tâmega e Sousa (Castelo de Paiva insere-se nesta NUT III).

⁷⁷ Coeficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimentos) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo) (INE). Desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo de 100% for o coeficiente de Gini.

⁷⁸ INE, Destaque – Estatísticas do Emprego 2.º trimestre de 2012, 14 de agosto de 2012 www.ine.pt.

Dados relativos a região Tâmega e Sousa (Castelo de Paiva insere-se na NUT III)

Quadro n.º 13

Taxa de atividade

Unidades Territoriais	Taxa de atividade								
	2001			2011			Variação 2001-2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Continente	48,41%	54,94%	42,32%	47,58%	51,53%	43,98%	-1,72%	-6,20%	3,91%
Norte	51,11%	58,84%	43,90%	47,59%	52,33%	43,24%	-6,89%	-11,06%	-1,50%
Tâmega e Sousa	50,71%	61,57%	40,20%	47,03%	53,99%	40,42%	-7,26%	-12,31%	0,54%
Castelo de Paiva	47,39%	56,11%	38,88%	44,62%	52,40%	37,45%	-5,84%	-6,62%	-3,67%

Fonte: INE

Anexo II

Ficha de Sinalização / Planos de Intervenção Individuais



Centro Social de Santa Maria de Sardoura



Projecto Incluir

Avaliação da situação socioeconómica

Inquérito a aplicar aos Beneficiários **Processo n.º:** ____ **Nº de Ordem** _____

Nome _____

Acção em que participa:

Acção 1 - Estudo/Diagnóstico Concelhio Sobre Deficiência

Acção 2 - Oficinas de Tradicionais

Qual?

Acção 3 - Equipa Multidisciplinar

Acção 4 - Ações de Alfabetização

Acção 5 - Formação Sócio Comunitária

Qual?

Acção 6 - Ciclo de Seminários

Qual?

Acção 7 - Jornadas Sociais

Qual?

Acção 8 - Campo de Férias

Acção 9 - Espaço Ser Mais Criança

Acção 10 - Espaço de Inclusão Digital

Data de Inicio ____ / ____ / ____

I – Caracterização por Género, Habilitações e Qualificações

1.1 – Sexo

Masculino

Feminino

1.2 – Idade _____

1.3 – Estado Civil

Solteiro

Casado

Viúvo

Divorciado

Separado

União de Facto

1.4 – Habilitações Literárias

Analfabeto

1º Ciclo (4ª Classe)

2º Ciclo (6º Ano)

3º Ciclo (9º Ano)

Ensino Secundário (12º Ano)

Ensino Superior

Formação Profissional

1.5– Situação Profissional

Empregado (a) Qual? _____

Desempregado (a)

Outra Qual? _____

1.5.1 – Se se encontra desempregado (a), indique os motivos:

Inexistência de ofertas no mercado

O curso foi inadequado ao contexto geográfico

Motivos de saúde

Baixo nível de escolaridade

Falta de vontade própria

Outro (s) Qual (ais)?

II – Caracterização Geográfica

2.1 – Residência

Morada

Freguesia _____ Localidade _____ Código

Postal _____ - _____

Contacto (s) _____

III – Caracterização Socioeconómica

3.1 – Agregado Familiar

- Nuclear
- Recomposto
- Unitário
- Alargado
- Monoparental
- Outra
- Qual? _____

3.2 – Constituição do Agregado familiar

	Grau de parentesco	Idade
A	Beneficiário	
B		
C		
D		
E		
F		
G		

3.2.1 – No seu agregado familiar existe algum dos problemas abaixo mencionados? (Coloque uma cruz em todos os casos aplicáveis)

- | | |
|---|--------------------------|
| Deficiência mental e/ou psicológica e/ou física | <input type="checkbox"/> |
| Desemprego | <input type="checkbox"/> |
| Alcoolismo | <input type="checkbox"/> |
| Prostituição | <input type="checkbox"/> |
| Acamados | <input type="checkbox"/> |
| Analfabetismo | <input type="checkbox"/> |
| Baixos níveis de escolaridade | <input type="checkbox"/> |
| Graves problemas de saúde | <input type="checkbox"/> |
| Criminalidade | <input type="checkbox"/> |
| Toxicodependência | <input type="checkbox"/> |
| Problemas com justiça | <input type="checkbox"/> |
| Doenças infecto-contagiosas | <input type="checkbox"/> |
| Outro (s) | <input type="checkbox"/> |

Qual/

quais _____

3.3 – Proveniência dos Rendimentos

- Salário Mensal
- Pensão
- Reforma
- Subsídio de Doença
- Subsídio de Desemprego
- RSI
- Outros Quais? _____

3.3.1 – Em termos gerais, qual é a estimativa que faz do rendimento líquido mensal do agregado?

- <250 Euros
- Entre 250 a 500Euros
- Entre 500 a 1000 Euros
- Entre 1000 a 1500 Euros
- Mais de 1500 Euros

3.3.2 – Quantas pessoas do seu agregado contribuem para o rendimento do mesmo? _____

3.3.3 – Possui Viatura Própria?

- Sim
- Não

3.3.4 – Nos últimos 5 anos, a sua situação financeira tem vindo a:

Melhorar

Manter

Piorar

3.3.5 – O agregado familiar debate-se com frequência com alguns dos seguintes problemas financeiros?

Pagamento da renda de casa

Pagamento do empréstimo (carro, casa)

Pagamento de contas correntes (água, luz, etc.)

Pagamento de compras a prestações

Pagamento de despesas com a saúde

Pagamento de despesas com a educação

Pagamento de despesas com a alimentação

Outros

Quais? _____

3.3.6 – Na sua opinião, a explicação para os problemas de pagamento referidos atrás devem-se a:

Salários em atraso/não pagamento de salários

Atrasos no pagamento das pensões da Segurança Social

Atrasos nos pagamentos dos subsídios de desemprego

Despedimento de alguns elementos do agregado

Andreia Gomes

Doença prolongada de alguns elementos do agregado

Outros Quais? _____

3.3.6.1 – Face a esses problemas, alguma vez recorreu aos serviços da Assistente Social?

Sim

Não

3.4 – De um modo geral, qual ou quais têm sido as suas principais dificuldades, relativamente ao meio em que vive?

Transportes

Ensino/Formação profissional

Meio ambiente

Saúde

Emprego/desemprego

Espaços recreativos e desportivos

Relações de vizinhança

Serviço de apoio social

Outras Quais? _____

3.5 – Que motivos encontra para não estar empregado?

- Inexistência de ofertas de emprego
- Baixo nível de escolaridade
- Falta de vontade própria
- Motivos de saúde
- Outros Quais? _____

3.5.1 – O que tem feito para mudar a situação?

- Nada
- Inscrevi-me no Centro de Emprego
- Pedi ajuda à Segurança Social
- Inscrevi-me na UNIVA
- Contactei várias empresas
- Outra situação Qual? _____

3.6 – Situação Habitacional

3.6.1 – Zona de Residência

- Zona de Apartamentos
- Zona de Vivendas
- Bairro Social

- Ilhas
- Zona Histórica
- Área Degradada

3.6.2 – Tipo de Alojamento

- Quarto
- Andar
- Casa Ilha
- Barraca
- Casa Individual
- Parte de Casa
- Instituição Qual? _____
- Outra Qual? _____

3.6.3 – Regime de Ocupação

- Própria
- Alugada
- De Família
- Emprestada
- Outra Qual? _____

3.6.4 – Estado de Conservação

Mau

Razoável

Bom

Muito Bom

Excelente

3.6.5 – Número de Divisões

0 – 2

3 – 5

6 – 8

9 – 11

Mais de 11

3.6.6 – Água Canalizada

Sim

Não

3.6.7 – Eletricidade

Sim

Não

3.6.8 – Quarto de Banho

Completo

Incompleto

Fora de Casa

Sugestões /Críticas:

Assinatura (facultativa)

MODELO EQUIPA MULTIDISCIPLINAR:



Descrição da situação:

Plano de Intervenção Individual:

Domínio		Diagnóstico	Objetivos	Atividade	Responsáveis	Indicadores	
						Fonte	Definição
1. –	1.2. –	1.2.4. –; 1.2.5. – 1.2.6. –	1.2.4. – 1.2.5. – 1.2.6. –	1.2.4. – 1.2.5. – 1.2.6. –			
	1.3. –	1.3.1. –	1.3.1. –	1.3.1. –			

Resultados
Descrição:

Anexo III

Inquérito Equipa Multidisciplinar

Avaliação da eficácia do PI

Anexo IV

Guião de Entrevista Equipa Multidisciplinar

Transcrição das Entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Equipa Multidisciplinar – serviço social, psicologia e sociologia)

O PI

1. Quanto tempo esteve a desempenhar funções no PI?
2. Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI?
3. Dos indivíduos que permaneceram no projeto, desde o seu início, houve algum há que, em algum momento pondera-se a desistência? Se sim, porquê?
4. Acha que os indivíduos se comportaram de acordo com os objetivos do PI?
5. Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto?
6. Que incentivos tinham para a participação no mesmo?
7. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?
8. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?
9. E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como?
10. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?
11. O que acha ter sido a sua prioridade no seu desempenho ao longo do projeto?
12. Que incentivos acha que os parceiros tinham para participar ativamente no projeto?
13. Considera que a relação que mantinha com as entidades parceiras era consistente e de proximidade?
14. O que mais o motivou enquanto executou tarefas no projeto?
15. O que o desmotivou?
16. Acha que a coordenação foi um apoio importante para o seu trabalho?
17. O coordenador era acessível e era fácil seguir as suas indicações?
18. Considera que o PI teve reflexos ao nível do Município? Se sim quais?

19. E ao nível do trabalho desenvolvido com os beneficiários?

20. Considera o PI eficaz?

21. Por último, tem algum comentário que pretenda fazer?

ENTREVISTA N.º 1

(Equipa Multidisciplinar – serviço social, psicologia e sociologia)

1. Quanto tempo esteve a desempenhar funções no PI? Durante 5 anos
2. Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI? Os incentivos que os beneficiários tinham para participar no PI eram além da integração social... ou seja estar integrados em atividades que lhes proporcionasse um relacionamento com outras pessoas e....também a aquisição de algumas competências para ingressar no mercado de trabalho
3. Dos indivíduos que permaneceram no projeto, desde o seu início, houve algum há que, em algum momento pondera-se a desistência? Se sim, porquê? Sim... durante o decorrer do projeto alguns desistiram por diferentes motivos...ou por integração no mercado de trabalho ou por não sentirem que o projeto estava adequado às suas necessidades ou por motivos pessoais.
4. Acha que os indivíduos se comportaram de acordo com os objetivos do PI? Sim, embora em alguns momentos alguns beneficiários... com mais dificuldades de integração não se comportavam de acordo com os objetivos... mas nada que não estivéssemos a prever....era um público com muitas dificuldades a diferentes níveis e isso torna o trabalho mais difícil. mas também aliciante
5. Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto? Sim..sim claro até porque alguns deles não tinham acesso a determinados serviços e com a integração no projeto beneficiaram deles (enfermagem, apoio jurídico, psicológico e social), situações muitas vezes fruto de desconhecimento de como aceder aos serviços e outras vezes pelo isolamento geográfico... o concelho é muito disperso geograficamente e

tem pequenos lugares onde o acesso é bastante difícil, não existe uma rede de transportes... tivemos beneficiários que não tinham qualquer acompanhamento médico há muitos anos e que passaram a ter acesso a esse serviço.

6. Que incentivos tinham para a participação no mesmo? Os incentivos era mesmo o acesso aos serviços,... a aquisição de diferentes competências através da participação em sessões de esclarecimento... em formações capazes de ajudar no dia a dia e o acompanhamento por uma equipa técnica para ajudar e encaminhar.. por outro lado também se proporcionaram momentos de convívio em diferentes épocas do ano.
7. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê? Sim ...sem dúvida tal como foi referido existiam muitos casos de isolamento social e geográfico... o PI foi muito importante na resolução de muitas dessas questões
8. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê? Sim ..até porque contribuiu para a aquisição de competências sociais e profissionais, aumentou a capacidade de iniciativa e ajudou na procura de emprego. Muitas vezes as pessoas não se sentiam com capacidade para dar o passo, porque a auto estima baixa e o medo da rejeição estavam muito presentes em muitos beneficiários.
9. E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como? Claro!... sem dúvida que sim... no entanto ficou aquém das necessidades. O concelho tem muitas situações de exclusão e de situações de pobreza. Mas o facto de as situações passarem a ser do conhecimento das entidades permite fazer um acompanhamento próximo e nessa vertente o PI foi de extrema importância .. por exemplo até pelo diagnóstico efetuado relativamente às pessoas portadoras de deficiência e incapacidade. Até então não existia um conhecimento

relativamente a esta população e isso foi muito importante para se definir estratégias de intervenção.

10. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê? Não ...o contexto do concelho não permite uma fácil integração profissional, existe uma fraca industrialização, a situação económica do país também não foi favorável, mas também a situação de alguns beneficiários com muitas problemáticas associadas impede muitas vezes a integração... mas por outro lado tivemos também alguns que se encontram dependentes de subsídios e não querem mudar a situação...culpa talvez do sistema e provavelmente de todos nós que fazemos parte do mesmo. Tivemos beneficiários que se achavam donos de muitos direitos e nada de deveres... estas situações, na minha perspectiva são os mais complicados de mudar...muitos vícios enraizados.
11. O que acha ter sido a sua prioridade no seu desempenho ao longo do projeto? A minha prioridade...ummm... dadas as minhas funções de avaliação foram realmente perceber as mudanças efetuadas, se os objetivos estavam a ser atingidos... mas num trabalho de equipa como o nosso, eramos uma equipa multidisciplinar, a prioridade era o bem-estar das pessoas e estar presente para ajudar em qualquer situação.
12. Que incentivos acha que os parceiros tinham para participar ativamente no projeto? Realmente não sei, os parceiros,... mas segundo a minha análise era realmente que as pessoas fossem acompanhadas devidamente e que houvesse sucesso, não tenho conhecimento de qualquer outro incentivo que lhes fosse proporcionado... mas existiram outros que provavelmente desconheço
13. Considera que a relação que mantinha com as entidades parceiras era consistente e de proximidade? Pessoalmente era, o relacionamento entre mim e as entidades foi sempre cordial.. agora com a coordenação e

algumas entidades nem sempre foi pacífica devido muitas vezes à gestão das situações mas quem melhor lhe poderá responder será o coordenador do projeto e as entidades envolvidas.

14. O que mais o motivou enquanto executou tarefas no projeto? O bem estar das pessoas
15. O que o desmotivou? Muitas vezes não concordar com o método de trabalho e as estratégias...mas era algo que não dependia de mim... mas sim foi o que mais me dececionou e também alguns beneficiários que simplesmente não querem mudar a sua forma de vida e por muitas tentativas elas acabavam por falhar... mas mesmo assim considero que valeu a pena... mudaram-se hábitos...atitudes...atingiram-se alguns objetivos
16. Acha que a coordenação foi um apoio importante para o seu trabalho? Muito importante aprendi muitas coisas com o coordenador, tinha boas ideias e boas formas de as por em prática, no entanto houve momentos em que as estratégias utilizadas não eram as mais corretas... na minha opinião... e vale pelo que vale... mas no geral sempre houve bastante abertura da parte do coordenador e sempre trabalhamos bem.
17. O coordenador era acessível e era fácil seguir as suas indicações? Bastante acessível, era fácil seguir as suas indicações... no entanto era muito ambicioso e tinha ideias que nos faziam andar com a cabeça às voltas e que implicava muitas horas de trabalho mas foi graças a isso que algumas ações que não estavam previstas se tivessem executado... por exemplo o Paiva Amigo e o CODI...se bem que considero que ficaram bastante aquém do previsto e que poderia ter-se feito mais nesse sentido.
18. Considera que o PI teve reflexos ao nível do Município? Se sim quais? Sim ...teve... pelo menos pelo conhecimento acerca das situações e das que se conseguiram resolver, foi um projeto longo, que envolvia muitas parcerias e que teve no decorrer do mesmo muitos beneficiários, no

entanto considero que se tivessem aproveitado todas as potencialidades das parcerias provavelmente ter-se-ia ido mais longe. Ao nível de números os objetivos do projeto foram largamente ultrapassados, mas ao nível de situações resolvidas poder-se-ia ter ido bem mais longe.

19. E ao nível do trabalho desenvolvido com os beneficiários? Exatamente como referi... conseguiram-se resolver muitas situações... mas considero que poder-se-ia ter feito muito mais.

20. Considera o PI eficaz? Sim..... Foi um projeto que valeu a pena mas pelo tempo de execução....5 anos é muito tempo....podíamos ter ido mais longe... se todas as potencialidades fossem verdadeiramente aproveitadas sim tínhamos ido bem mais longe

21. Por último, tem algum comentário que pretenda fazer? Considero este projeto e outros muito importantes para uma maior proximidade à população, no entanto considero que as parcerias funcionam muito mal, cada um procura protagonismo e isso impede muitas vezes a melhoria das condições da população... consegue-se resultados mas poderiam ser muito melhores. Considero também que quando estes projetos terminam muitos beneficiários ficam entregues a si próprios, nem todos, aliás é sempre um número reduzido consegue encetar estratégias para mudar e muitas vezes mudam mas fruto de um acompanhamento permanente... considero que se devia exigir mais de quem está envolvido nestes projetos... provavelmente a população beneficiava.

ENTREVISTA N.º 2

1. Quanto tempo esteve a desempenhar funções no PI? Durante 5 anos
2. Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI?
Além da integração nas oficinas tradicionais do projeto, onde adquiriam algumas competências ao nível do saber fazer, também participavam em ações que permitiam a aquisição de competências ao nível do saber estar e do saber ser. Por outro lado tinham sempre que necessário o acompanhamento da equipa técnica(enfermeira, psicóloga, jurista, técnica de serviço social), para os ajudar a resolver os seus problemas ou para encaminhar para outros serviços.
3. Dos indivíduos que permaneceram no projeto, desde o seu início, houve algum há que, em algum momento pondera-se a desistência? Se sim, porquê? Durante o percurso do projeto alguns beneficiários foram desistindo por variados motivos: integração profissional (poucos), motivos pessoais ou então porque não encontraram no projeto respostas para os seus problemas.
4. Acha que os indivíduos se comportaram de acordo com os objetivos do PI? Uns sim outros não. A finalidade era dotar as pessoas de competências para que conseguissem mudar o rumo das suas vidas, mas alguns apenas pretendiam depender do projeto. Verificou-se que alguns que apesar de permanecerem no projeto durante um largo período de tempo não alteraram o seu percurso de vida.
5. Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto? Alguns sim, outros não. Os que reconheciam eram aqueles que realmente pretendiam alterar a sua vida, os que apenas eram encaminhados muitas vezes fruto de acordos de inserção social, apenas o faziam por obrigatoriedade, tanto que muitos desses desistiam assim que os acordos eram cessados. Os que viam mais valias no projeto eram

realmente os que vinham por iniciativa própria e com vontade de alterar a sua vida.

6. Que incentivos tinham para a participação no mesmo? Os incentivos eram além de terem acesso a alguns serviços com outra facilidade, também recebiam(os da oficinas tradicionais) um incentivo monetário em alguns períodos do ano fruto do trabalho que executavam.
7. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê? Sim ...até porque recorreram ou foram encaminhados para o projeto pessoas isoladas social e geograficamente. O concelho é muito disperso geograficamente e tem muitos lugares bastante isoladas e também não tem uma rede de transportes eficaz.
8. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê? Sim porque aumentou as competências, no entanto efetivamente a integração profissional foi bastante reduzida. As competências estavam lá mas muitos beneficiários não quiseram ou não souberam utilizá-las apesar do esforço das pessoas envolvidas.
9. E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como? Sim apesar de existirem situações em que o acompanhamento tem de ser feito de forma permanente, pois se assim não for as pessoas voltam a regredir.
10. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê? Não ... um número reduzido de beneficiários foi integrado profissionalmente, devido por um lado ao próprio concelho com poucas oportunidades de emprego, mas também a determinados vícios enraizados nas pessoas, que se foram criando ao longo do tempo: viver de subsídios ou de formações.
11. O que acha ter sido a sua prioridade no seu desempenho ao longo do projeto? A prioridade era fazer um bom trabalho junto dos beneficiários,

ajudá-los nas suas necessidades e atingir objetivos. Um trabalho que não era fácil, mas ter um caso de sucesso já era uma vitória.

12. Que incentivos acha que os parceiros tinham para participar ativamente no projeto? Desconheço.
13. Considera que a relação que mantinha com as entidades parceiras era consistente e de proximidade? Com uns parceiros sim com outros surgiram algumas dificuldades de proximidade, mas a minha ideia era que as maiores dificuldades era entre a coordenação e os parceiros. O relacionamento entre instituições é difícil e de alguma desconfiança.
14. O que mais o motivou enquanto executou tarefas no projeto? Quando se fazia o trabalho e se atingiam os objetivos pretendidos.
15. O que o desmotivou? Muitas vezes não se atingir os objetivos propostos e algumas vezes ter vontade de fazer as coisas de forma diferente e não ter a permissão da coordenação. Talvez se houvesse outras estratégias outros objetivos tinham sido atingidos.
16. Acha que a coordenação foi um apoio importante para o seu trabalho? Foi, apesar de que considero que deveria ter estado mais presente, de ter tido um a outra forma de se relacionar com as parcerias. Muitas vezes o que se pretendia era números e obter sucesso junto dos beneficiários não era muitas vezes a prioridade.
17. O coordenador era acessível e era fácil seguir as suas indicações? Sim era acessível mas muitas vezes tinha ideias que não eram fáceis de se concretizar e gostava que prevalecessem as suas ideias. Acho que perdeu por muitas vezes não ouvir a opinião dos outros, no entanto acho que mesmo assim conseguiu mais valias para o concelho.
18. Considera que o PI teve reflexos ao nível do Município? Se sim quais? Sim. Alterar hábitos, permitir aquisição de competências e acima de tudo a integração social de muitas pessoas pelo menos enquanto estavam no PI.

19. E ao nível do trabalho desenvolvido com os beneficiários? Fez-se muito mas poder-se-ia ter feito mais
20. Considera o PI eficaz? Sim mas segundo a minha perspectiva o trabalho podia ter sido mais e melhor. 5 anos dava para implementar mais coisas e trabalhar outras vertentes que não se concretizaram. Apesar de tudo valeu a pena.
21. Por último, tem algum comentário que pretenda fazer? Apesar de pessoalmente considerar que foi um projeto muito positivo, acho que as pessoas continuam muito dependentes do sistema, muitas vezes são subsídio dependentes. Verifiquei durante estes cinco anos que as pessoas procuravam muitas vezes a equipa do projeto porque pretendiam soluções imediatas a nível monetário: ou formação profissional ou o RSI. Muitas vezes quando isso não lhes era permitido simplesmente não ficavam ou então ficavam porque não encontravam no momento outras alternativas. Acho que a conjuntura do concelho, nos anos anteriores, com encerramento de algumas indústrias que empregavam um número considerável de pessoas abriu portas a um volume grande de formação financiada, criando nas pessoas uma dependência em relação à mesma. E esse fator contribuiu para uma acomodação das pessoas relativamente à procura de emprego. Por outro lado considero que estes projetos terminam a maioria das pessoas perdem o acompanhamento que tinham e acontece muitas vezes o retrocesso do que se atingiu.

ENTREVISTA n.º 3

1. Quanto tempo esteve a desempenhar funções no PI? 5 anos
2. Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI? Integração dos referidos indivíduos nas oficinas dos projetos ajudando-os a entregar-se fazendo-lhes ver que só tinham vantagens na aprendizagem.
3. Dos indivíduos que permaneceram no projeto, desde o seu início, houve algum há que, em algum momento pondera-se a desistência? Se sim, porquê? Sim, porque não conseguem adaptar-se, por motivos pessoais e, é mais fácil estar em casa sem fazer nada.
4. Acha que os indivíduos se comportaram de acordo com os objetivos do PI? Sim e não. Sim, porque têm gosto em aprender; outros não por comodismo ou porque não sabem ou não querem alterar o percurso da vida.
5. Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto? Uns sim outros não pelas mesmas razões da pergunta anterior.
6. Que incentivos tinham para a participação no mesmo? A valorização pessoal e, para além disso alguns recebiam algum incentivo monetário fruto do trabalho comunitário.
7. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê? Sim, para também haver melhor convívio entre os participantes.
8. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê? Penso que não. Por falta de empregos, mas também alguns continuam ser ter vontade de mudar o rumo da vida.
9. E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como? Não muito, (pois toco a mesma tecla) não sabem mudar o rumo da vida.

10. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê? Não
11. O que acha ter sido a sua prioridade no seu desempenho ao longo do projeto? Foi sempre ajudá-los a ter outra maneira de ver a vida e as prioridades dela
12. Que incentivos acha que os parceiros tinham para participar ativamente no projeto? Não sei.
13. Considera que a relação que mantinha com as entidades parceiras era consistente e de proximidade? Com alguns sim outros não.
14. O que mais o motivou enquanto executou tarefas no projeto? Conseguir atingir alguns objetivos, como mudar mentalidades, o que é muito difícil.
15. O que o desmotivou? Ver que não se consegue mudar a mentalidade das pessoas que não querem mudar. E, que não fazem nenhum esforço para melhorar a vida.
16. Acha que a coordenação foi um apoio importante para o seu trabalho? A coordenação é sempre muito importante, mas com muita boa vontade o que não acontece muitas vezes....
17. O coordenador era acessível e era fácil seguir as suas indicações? Às vezes
18. Considera que o PI teve reflexos ao nível do Município? Se sim quais? Não sei.
19. E ao nível do trabalho desenvolvido com os beneficiários? Fizeram muito, mas havia muito ainda para fazer
20. Considera o PI eficaz? Não muito
21. Por último, tem algum comentário que pretenda fazer? É necessário fazer a avaliação dos projetos que nunca é feita para se saber a realidade dos resultados dos mesmos.

Anexo V

Grelha de Análise Individual das Entrevistas

Grelha de Análise Individual de conteúdo da entrevista

Entrevistado/a: _____

N. º	Pergunta	Transcrição da resposta	Resposta – síntese de conteúdo
1	Quanto tempo esteve a desempenhar funções no PI?		
2	Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI?		
3	Dos indivíduos que permaneceram no projeto, desde o seu início, houve algum que, em algum momento pondera-se a desistência? Se sim, porquê?		
4	Acha que os indivíduos se comportaram de acordo com os objetivos do PI?		
5	Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto?		
6	Que incentivos tinham para a participação no mesmo?		
7	O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?		
8	O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?		
9	E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como?		
10	A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?		

11	O que acha ter sido a sua prioridade no seu desempenho ao longo do projeto?		
12	Que incentivos acha que os parceiros tinham para participar ativamente no projeto?		
13	Considera que a relação que mantinha com as entidades parceiras era consistente e de proximidade?		
14	O que mais o motivou enquanto executou tarefas no projeto?		
15	O que o desmotivou?		
16	Acha que a coordenação foi um apoio importante para o seu trabalho?		
17	O coordenador era acessível e era fácil seguir as suas indicações?		
18	Considera que PI teve reflexos ao nível do Município? Se sim quais?		
19	E ao nível do trabalho desenvolvido com os beneficiários?		
20	Considera o PI eficaz?		
21	Por último, tem algum comentário que pretenda fazer?		

Anexo VI

Grelha de Análise Conteúdo das Entrevistas

Grelha de análise comparativa do conteúdo das entrevistas realizadas aos Técnicos da Equipa Multidisciplinar

(Psicologia, Sociologia e Serviço Social)

N. º	Pergunta	AF 1	AF 2	AF 3
1	Quanto tempo esteve a desempenhar funções no PI?			
2	Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI?			
3	Dos indivíduos que permaneceram no projeto, desde o seu início, houve algum que, em algum momento pondera-se a desistência? Se sim, porquê?			
4	Acha que os indivíduos se comportaram de acordo com os objetivos do PI?			
5	Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto?			
6	Que incentivos tinham para a participação no mesmo?			
7	O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?			
8	O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?			
9	E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como?			
10	A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?			
11	O que acha ter sido a sua prioridade no seu desempenho ao longo do projeto?			
12	Que incentivos acha que os parceiros tinham para participar ativamente no projeto?			

13	Considera que a relação que mantinha com as entidades parceiras era consistente e de proximidade?			
14	O que mais o motivou enquanto executou tarefas no projeto?			
15	O que o desmotivou?			
16	Acha que a coordenação foi um apoio importante para o seu trabalho?			
17	O coordenador era acessível e era fácil seguir as suas indicações?			
18	Considera que PI teve reflexos ao nível do Município? Se sim quais?			
19	E ao nível do trabalho desenvolvido com os beneficiários?			
20	Considera o PI eficaz?			
21	Por último, tem algum comentário que pretenda fazer?			

Anexo VII

Guião de Entrevista Coordenador PI

Transcrição da Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Coordenador do Projeto)

O PI

1. O trabalho da equipa multidisciplinar foi de extrema valia para a execução do projeto?
2. E para a motivação da participação dos beneficiários?
3. Considera que esta equipa multidisciplinar teve o desempenho e a disponibilidade necessária para a boa execução do projeto?
4. Qual acha que deveria ter sido a prioridade da equipa no trabalho que desenvolveu com os indivíduos?
5. As reuniões de coordenação eram realizadas com que periodicidade?
6. A equipa multidisciplinar participava sempre nas reuniões de coordenação?
7. Acha que a coordenação foi um apoio importante para o projeto?
8. O n.º e formação dos técnicos foi suficiente para a execução do projeto?
9. Que incentivos acha que os parceiros tinham para encaminhar as pessoas para o PI?
10. Existiram entidades parceiras que deixaram de fazer encaminhamentos? Porquê?
11. Para si quais os principais incentivos para desempenhar a função de coordenação?
12. O que é que mais o desmotivou?
13. Acha que os beneficiários tinham incentivos para participar no projeto?
14. Numa escala global como classifica a motivação dos participantes? Quais acha que terão sido as principais motivações destes para a participação?
15. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?
16. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?

17. E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como?
18. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?
19. Considera que existiram restrições orçamentais que condicionaram o projeto?
20. E outras restrições? Se sim, quais?
21. Acha que o projeto foi inovador ao nível do trabalho com a comunidade?
22. Qual acha que foi o impacto do projeto ao nível do Município?
23. Considera o PI eficaz?

1. O trabalho da equipa multidisciplinar foi de extrema valia para a execução do projeto?

Sim. Este trabalho permitiu uma intervenção de proximidade no terreno permitindo uma familiarização continua, durante os cinco anos de duração do projeto, com os indivíduos pertencentes aos grupos desfavorecidos. Esta proximidade promoveu, o exercício da cidadania ativa, o acesso a direitos e deveres cívicos, bem como, uma melhor saúde mental dos indivíduos.

2. E para a motivação da participação dos beneficiários?

A proximidade diária entre a equipa multidisciplinar e os indivíduos pertencentes aos grupos desfavorecidos permitiu desenvolver competências sociais, estabelecer e acompanhar o cumprimento de regras e comportamentos que ao longo do tempo foram maximizando os índices de motivação e participação dos beneficiários.

3. Considera que esta equipa multidisciplinar teve o desempenho e a disponibilidade necessária para a boa execução do projeto?

Sim. De realçar que o projeto foi capaz de aumentar, gradualmente e de acordo com as necessidades, os tempos previstos para esta intervenção.

4. Qual acha que deveria ter sido a prioridade da equipa no trabalho que desenvolveu com os indivíduos?

A prioridade foi um acompanhamento sistémico aos grupos desfavorecidos promovendo a sua integração social e profissional.

5. As reuniões de coordenação eram realizadas com que periodicidade?

No mínimo havia uma reunião mensal com todos os parceiros e semanalmente com a equipa multidisciplinar e outras ações do projeto.

6. A equipa multidisciplinar participava sempre nas reuniões de coordenação?

Sim.

7. Acha que a coordenação foi um apoio importante para o projeto?

O acompanhamento da coordenação permitiu que se atingissem todos os objetivos propostos na execução e monitorização do PI. Para além disso preocupou-se sempre com a planificação, proposta e execução de novas medidas inovadoras que foram de encontro as necessidades que os grupos desfavorecidos não demonstrando. É exemplo, o CODI que despoletou o fenómeno da deficiência em Castelo de Paiva. Hoje mais de 100 pessoas portadoras de deficiência e/ou incapacidades encontram-se em formação e novos equipamentos estão a ser construídos.

A coordenação preocupou-se com a sustentabilidade do PI. São exemplos a constituição da ICA – Incluir Cooperativa Artesanal CRL que permite a integração de mais de vinte indivíduos pertencentes aos grupos desfavorecidos, bem como, a manutenção dos postos de trabalho, anteriormente associados ao projeto.

8. O n.º e formação dos técnicos foi suficiente para a execução do projeto?

Sim, para as ações que inicialmente estavam previstas.

9. Que incentivos acha que os parceiros tinham para encaminhar as pessoas para o PI?

Inicialmente o objeto estatutário e o cumprimento da sua missão. Com a forte divulgação do projeto e dos bons resultados que iam sendo alcançados os parceiros ativos viram o PI como a oportunidade de apoiar e resolver situações exclusivas que sozinhos não tinham possibilidade de concretizar.

10. Existiram entidades parceiras que deixaram de fazer encaminhamentos? Porque?

As parcerias ativas iniciaram e concluíram a sua missão no PI. É obvio que nem todas tiveram a mesma motivação e interesse.

11. Para si quais os principais incentivos para desempenhar a função de coordenação?

Ter um projeto em que acredite e um objetivo final a alcançar que contribua para o bem-estar da população a interencionar e as politicas sociais da área de intervenção, neste caso Castelo de Paiva.

12. O que é que mais o desmotivou? A falta de participação de alguns parceiros.

13. Acha que os beneficiários tinham incentivos para participar no projeto?

Em sede de candidatura eram poucos, mas durante a sua execução criaram-se mecanismos para o incentivo da participação e manutenção dos beneficiários no projeto.

14. Numa escala global como classifica a motivação dos participantes? Quais acha que terão sido as principais motivações destes para a participação?

Boa. A ocupação nas Oficinas Tradicionais. O acesso a direitos e deveres que antes não tinham. A retaguarda familiar que o projeto lhes ofereceu. A convivência e familiarização.

15. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?

Sim. As Pessoas passaram menos tempo em contextos familiares destrutturados, depararam-se com novas regras e comportamentos. Sentiram proteção e familiarização, bem como adquiriram novos hábitos e comportamentos saudáveis.

16. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?

Sim. O PI permitiu a aquisição, desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências pessoais e profissionais que lhes permite o acesso a um emprego, bem como, à criação do auto emprego.

17. E a minoração de situações de pobreza e exclusão social foi uma realidade? Porquê? Como?

O acesso a uma ocupação, a uma alimentação saudável e, a um acompanhamento multidisciplinar, são exemplos de situações que efetivamente diminuíram situações de pobreza e exclusão social.

18. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?

Em grande parte. A criação da ICA – Incluir Cooperativa Artesanal C.R.L permite que os interessados continuem a adquirir, desenvolver e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos. A participação que se vem conseguido em feiras e exposições é outro fator importante para a reinserção profissional dos beneficiários.

19. Considera que existiram restrições orçamentais que condicionaram o projeto?

A execução financeira prevista foi alcançada. De realçar que se realizaram ações que não estavam previstas e que houve necessidade de ajustamentos e reprogramações. As parcerias ativas contribuíram para minimizar algumas situações que apresentaram um maior índice de dificuldade para realização.

20. E outras restrições? Se sim, quais?

Falta de participação, interesse e motivação social de alguns parceiros.

21. Acha que o projeto foi inovador ao nível do trabalho com a comunidade?

Foi um projeto piloto, inovador e com objetivos arrojados, mas hoje conseguidos. O trabalho de proximidade, muitas das vezes em casa dos beneficiários, contribuiu para a integração social dos beneficiários. A comunidade aceitou e viu com bons olhos o trabalho social iniciado no PI e que hoje se encontra espelhado e desenvolvido pela ICA – Incluir Cooperativa Artesanal CRL, nomeadamente nas valências do artesanato, jardinagem e gastronomia.

22. Qual acha que foi o impacto do projeto ao nível do Município?

Muito Positivo pelas razões já elencadas.

23. Considera o PI eficaz?

O PI ultrapassou os objetivos a que se propôs em sede de candidatura e hoje tem a sua identidade ativa na ICA – Incluir Cooperativa Artesanal CRL que é

uma entidade empregadora, com uma g nese de inclusão social, que presta serviços para a comunidade.

Anexo VIII

Guião de Entrevista Presid.CM

Transcrição da Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA

(Presid.CM)

1. Quanto tempo esteve a assumir a presidência da CM enquanto o PI foi executado?
2. Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI?
3. Acha que o PI se desenvolveu de acordo com os seus objetivos?
4. Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto?
5. Que incentivos tinham para a participação no mesmo?
6. Acha que os parceiros do PI participaram ativamente no Projeto? Porque?
7. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?
8. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?
9. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?
10. Acha que o projeto foi eficaz?
11. Acha que houve um impacto na minoração das situações de pobreza e exclusão social no município?
12. Por último, tem algum comentário que pretenda fazer?

Entrevista Presid.CM de Castelo de Paiva

1. Quanto tempo esteve a assumir a presidência da CM enquanto o PI foi executado?

Desde o final de 2009 quando assumi a presidência da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, cerca de dois anos, sensivelmente...

2. Que incentivos acha que os indivíduos tinham para participar no PI?

Do que conheci do projeto existiam alguns incentivos para a participação no projeto, nomeadamente uma ocupação, a possibilidade de aumento de conhecimentos em vários domínios... artes e ofícios através das diversas oficinas tradicionais, em diversas temáticas relacionadas com diversos problemas sociais que afetam muitas das pessoas que estão integradas no projeto, por exemplo, alcoolismo, drogas, falta de competências parentais, iliteracia, economia doméstica, entre outras.

Para além disto pela participação no PI tinham acesso a serviços e acompanhamentos que de outro modo não acediam, muitos por desconhecimento, mas também alguns por falta de vontade em fazê-lo...

No entanto, penso que o facto de o projeto não ter contemplado uma contribuição monetária fixa, para alguns dos beneficiários era um entrave à participação ... isto é, os beneficiários à semelhança de todos nós, têm despesas que tem que suprir ... e o facto de muitas vezes estarem a desenvolver trabalhos ditos de integração ocupacional acabam por criar mais-valias para outros e não auferem quaisquer contribuição monetária, apesar de nas oficinas tradicionais está situação não ocorrer.

Em suma penso que o grande incentivo foi a sinalização, o encaminhamento das pessoas que se encontravam isoladas social e geograficamente permitindo-lhes uma ocupação e concedendo-lhes ferramentas para mudanças e evolução em termos de competências sociais, pessoais e profissionais ... penso que funcionou em muito como o ditado chinês “dar a cana e ensinar a pescar” ...

3. Acha que o PI se desenvolveu de acordo com os seus objetivos?

Penso que sim ... apesar de ter podido ser desenvolvido de outra forma ... em vez de existir uma preocupação excessiva com os números, penso que poderia ter existido uma preocupação mais acutilante com a supressão das necessidades económicas dos participantes em vez da “utilização” destes em prol do desenvolvimento da própria instituição ... mas os seus grandes objetivos foram, em certa parte, cumpridos em algumas situações dado que existiram efetivamente redução de situações de pobreza e exclusão através de integração efetiva no mercado de trabalho e existiram outras situações, em que essa integração não foi efetiva, no entanto aumentaram e desenvolveram as suas competências e integraram-se socialmente, assim como em determinados casos foram sinalizados e alvo de intervenção de outras estruturas, nomeadamente do serviço social da Câmara Municipal.

4. Acha que os participantes reconheciam mais-valias ao projeto?

Alguns sim, outros não. Os primeiros foram aqueles que realmente pretendiam algumas mudanças na sua vida, aqueles que reconheciam a participação no projeto como uma possibilidade de mudança e que realmente estavam disponíveis para que esta acontecesse ... refiro-me àquelas pessoas que foram “atiradas” para situações de desemprego e isolamento social pelo encerramento de empresas e viram no projeto uma possibilidade de ocupação e de aumento de conhecimentos, melhorando assim a sua empregabilidade viram que: Podia surgir uma possibilidade efetiva de integração no mercado e não olharam para trás.

Outros não, pois como sabe o projeto é formatado para pessoas que se encontravam em risco de exclusão social. Muitas fazem parte de famílias disfuncionais, famílias que vivem em ciclos de pobreza geracional e que se acomodam a esta situação não procurando formas de alteração destas situações, vivendo muitos dependentes de subsídios, nomeadamente do RSI. Como sabe, os beneficiários do RSI têm que cumprir o acordo de inserção; em alguns destes

acordos a integração no PI era uma obrigatoriedade. Como tal, a participação para muitos destes era uma obrigação para receberem a prestação social e não o viam como qualquer possibilidade de mudança ...

5. Que incentivos tinham para participação no mesmo?

Os incentivos eram aquilo que já fui referindo... penso que o principal era realmente ter um projeto direcionado à redução das situações de pobreza, nomeadamente assente numa intervenção sistémica orientada para a contribuição para mudanças positivas nos ciclos de vida de pobreza e exclusão social ... acho que os incentivos, cada um dos participantes os reconheciam á sua maneira. Enquanto para uns, eles existiam pois as diversas ações davam-lhes respostas a alguns dos seus problemas.

Problemas que realmente queriam ultrapassar e viam aqui um apoio para a mudança nas suas vidas e outros não, que o único incentivo era a prestação de RSI que recebiam mensalmente.

6. Acha que os parceiros do PI participaram ativamente no Projeto? Porque?

Penso que muitos não... a comparticipação do estado para a execução do projeto foi elevada e muitos parceiros não viram efetivamente a aplicação de verba em prol dos beneficiários ... o facto de não existir partilha de dividendos/mais-valias entre entidades foi um entrave ao bom funcionamento das parcerias. Mesmo com ações a desenvolver em espaços de parceiros, não existia uma partilha efetiva de recursos. A entidade parceira acarretava os custos de execução de determinada ação, mesmo existindo verba para o mesmo em termos de projeto. Isto foi uma dificuldade revelada por alguns dos parceiros.

As parcerias poderiam ter sido dinamizadas e fortalecidas através do projeto, tendo sido este também um dos objetivos do mesmo, mas tal não aconteceu pois os parceiros acabaram por se desinteressar, deixando correr ...

7. O PI foi importante para a redução do isolamento social? Porquê?

Sim, pois permitiu às pessoas que tivessem disponíveis ações que os retirassem de casa e lhes permitissem o convívio com pares, o conhecimento de novas áreas e novos espaços ... uma ocupação, e em alguns casos uma integração efetiva. Acho que neste domínio o projeto foi muito importante e eficaz. A retirada das pessoas de vivências quotidianas, de dias e dias passados em casa, sem nada para fazer, a não ser viver disfuncionalidades sociais, agudizar situações de depressão e de isolamento, aumentar situações de risco ... pelo menos houve um conhecimento das histórias de vida dos participantes, foi traçada uma intervenção individual / sistémica e a equipa multidisciplinar e mesmo as técnicas da CM tentaram afincadamente em todas as situações potenciar a melhoria das condições de vida dos participantes ... nas situações em que tal não foi efetivamente conseguido, pelo menos ficou a sinalização e a possibilidade do encaminhamento para outras ações, possivelmente mais ou menos adequados ...

8. O PI potenciou a empregabilidade dos beneficiários? Porquê?

Em certa medida sim, pois deu-lhes a possibilidade de se dotarem e/ou aumentar conhecimentos em domínios que alguns já tinham conhecimento, pelas especificidades rurais do concelho, área das oficinas tradicionais. Possibilitou o aumento de conhecimentos em TIC e a melhoria da alfabetização, assim como noutros domínios diversos pela participação nas diversas jornadas sociais. Esta participação nas diversas ações, sem dúvida contribuiu para o aumento da empregabilidade, apesar de sabermos a dificuldade que existe em termos de inserção efetiva no mercado de trabalho pelo elevado índice de desemprego no concelho. Para alguns dos participantes, este aumento de empregabilidade foi reduzido pois não o procuraram, nem para isso trabalharam, pois efetivamente não pretendiam que tal acontecesse.

9. A reinserção profissional dos beneficiários ocorreu em todos os beneficiários? Porquê?

Não, tal como referi anteriormente o concelho tem muitas limitações em termos de (re) inserção no mercado de trabalho, pois não existem ofertas e quando existem, normalmente são (re) integrados pessoas com ciclos de vida ditos “normais” ... todos sabemos que muitos dos beneficiários do projeto, têm trajetórias de vida marcadas por algum tipo de disfuncionalidade e num meio pequeno como é o concelho de Castelo de Paiva tudo se sabe ... existindo da parte do empregador a preferência por pessoas sem problemas sociais conhecidos. Outra situação prende-se com as competências e com a disponibilidade para trabalhar ... como já fomos falando, para muitos a disponibilidade para trabalhar não existe efetivamente, pois querem é a prestação de RSI. Dadas as dificuldades do território e as limitações de alguns dos beneficiários esta inserção não aconteceu.

10. Acha que o projeto foi eficaz?

Sim, apesar das suas limitações que já fui anunciando. Penso que existe uma grande diferença entre as estatísticas / grau de sucesso do projeto e o real (re) inserção dos beneficiários, no entanto houve um conhecimento das situações. Mais especificamente, em termos de números foi um projeto excelente, mas que não reflete a real integração dos beneficiários, pois tal não aconteceu ... quanto mais não seja, para os beneficiários dependentes de prestações sociais que foram “obrigados” a participar em muitos casos; alguns destes quando encontravam uma forma de se “ausentar” das ações não olhavam para trás, pois efetivamente não reconheciam necessidade de participar... nem mais-valias associadas à participação.

11. Acha que houve um impacto na minoração das situações de pobreza e exclusão social no município?

Sim efetivamente houve, pois a execução do projeto, apesar das suas limitações possibilitou que as situações de pobreza e exclusão social fossem reduzidas

enquanto participaram ativamente no projeto e em muitas situações extravasaram mesmo o tempo de participação, mantendo-se ainda atualmente ...

O ensinar a pescar foi efetivamente o grande trunfo deste projeto, pois deu a possibilidade aos participantes de se desenvolverem a diversos níveis e em diversos domínios, assim como aos filhos destes a possibilidade de participarem em campos de férias, no espaço ser + criança e noutras atividades ... A participação no projeto foi para alguns um motor de mudanças, para aqueles que efetivamente tiveram vontade em que ela ocorresse ...

12. Por último, tem algum comentário que pretenda fazer?

Penso que este tipo de projetos direcionados às pessoas e a preocupação com as pessoas são muito importantes e devem de ser desenvolvidos com profissionalismo e com um índice de relações humanas sempre presente, evitando-se juízos de valor e preconceitos. Penso que isto aconteceu no desenvolvimento do projeto. Penso também que este projeto de parceria alargada foi o primeiro e muitos do género poderão ser implementados no concelho, possibilitando às pessoas espaços de partilha de conhecimentos, de ocupação, de (re) inserção nos vários domínios ... para muitos o facto de se sentirem úteis é uma mais valia.

Penso que terão que se repensar as parcerias e trabalhar em prol da sua efetiva consolidação no território, ... em muitas situações não existe efetivamente um real trabalho em rede, pois ainda existem muitas capelinhas, ... com a situação atual do país têm que ser deixados de lado em prol da própria sustentabilidade das diversas IPSS. Neste aspeto acho que o projeto ficou aquém das expectativas. No entanto, no trabalho direto com as pessoas acho que foi muito positivo e permitiu respostas de proximidade, concertadas e adequados a problemas específicos e individualizados, que para uns foram interiorizadas como adequadas e potenciadoras de mudanças e, para outros, foram simplesmente ignoradas.

O ensinar a pescar é extremamente importante, mas o território não é autossuficiente em respostas de integração, nomeadamente profissional, tendo que as instituições funcionar como polos catalisadores de estratégias de mudança no território, zelando pela integridade dos cidadãos.

Anexo IX

Questionário Parceiros do PI

INQUERITO AOS PARCEIROS

Introdução

Este questionário insere-se num trabalho de investigação, no âmbito do Mestrado de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa, que pretende avaliar a eficácia de programas municipais de ação social, nomeadamente o PI. O objetivo deste questionário é recolher a opinião das entidades parceiras. Por esse motivo, solicita-se que responda ao presente questionário, da forma mais sincera possível. Todas as informações recolhidas têm como fim apenas a investigação referida e são estritamente confidenciais.

Instruções de Preenchimento

Responda a todas as questões de forma clara e precisa. Em algumas solicita-se que responda textualmente, utilizando o espaço para o efeito. Noutras apenas deverá assinalar com um X uma única resposta, no interior do respetivo quadrado. O questionário deverá ser preenchido em nome da entidade parceira, refletindo a opinião do(s) técnico(s) que participaram no PI.

QUESTÕES RELATIVAS AOS RESULTADOS ALCANÇADOS COM OS BENEFICIÁRIOS

Classifique as seguintes afirmações de acordo com a grelha de avaliação proposta:

1. O PI potenciou as competências pessoais nos beneficiários. *(assinale com um X apenas uma resposta)*
 - a. Nenhumas
 - b. Poucas
 - c. Algumas
 - d. Muitas
 - e. Total

2. O PI potenciou as competências sociais nos beneficiários. (*assinale com um X apenas uma resposta*)
- a. Nenhumas
 - b. Poucas
 - c. Alguma
 - d. Muitas
 - e. Total
3. O PI potenciou as competências profissionais nos beneficiários. (*assinale com um X apenas uma resposta*)
- a. Nenhumas
 - b. Poucas
 - c. Algumas
 - d. Muitas
 - e. Total
4. O PI integrou no mercado de trabalho os seus beneficiários. (*assinale com um X apenas uma resposta*)
- a. nenhuns
 - b. Poucos
 - c. Alguns
 - d. Muitos
 - e. Todos
5. O PI reduziu situações de pobreza e exclusão social (*assinale com um X apenas uma resposta*)
- a. Nenhumas
 - b. Poucas
 - c. Algumas
 - d. Muitas
 - e. Total

QUESTÕES RELATIVAS AO PI

6. Como classifica o grau de eficácia do PI (*assinale com um X apenas uma resposta*)

- a. Muito Reduzido ____
- b. Reduzido ____
- c. Moderado ____
- d. Elevado ____
- e. Muito elevado ____

7. Na opinião da entidade parceira, quais são os aspetos positivos do PI?

8. Identifica aspetos negativos no PI?

9. O que acha que deveria de ser alterado no PI?

Data de preenchimento: ____ / ____ / _____

MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO

